

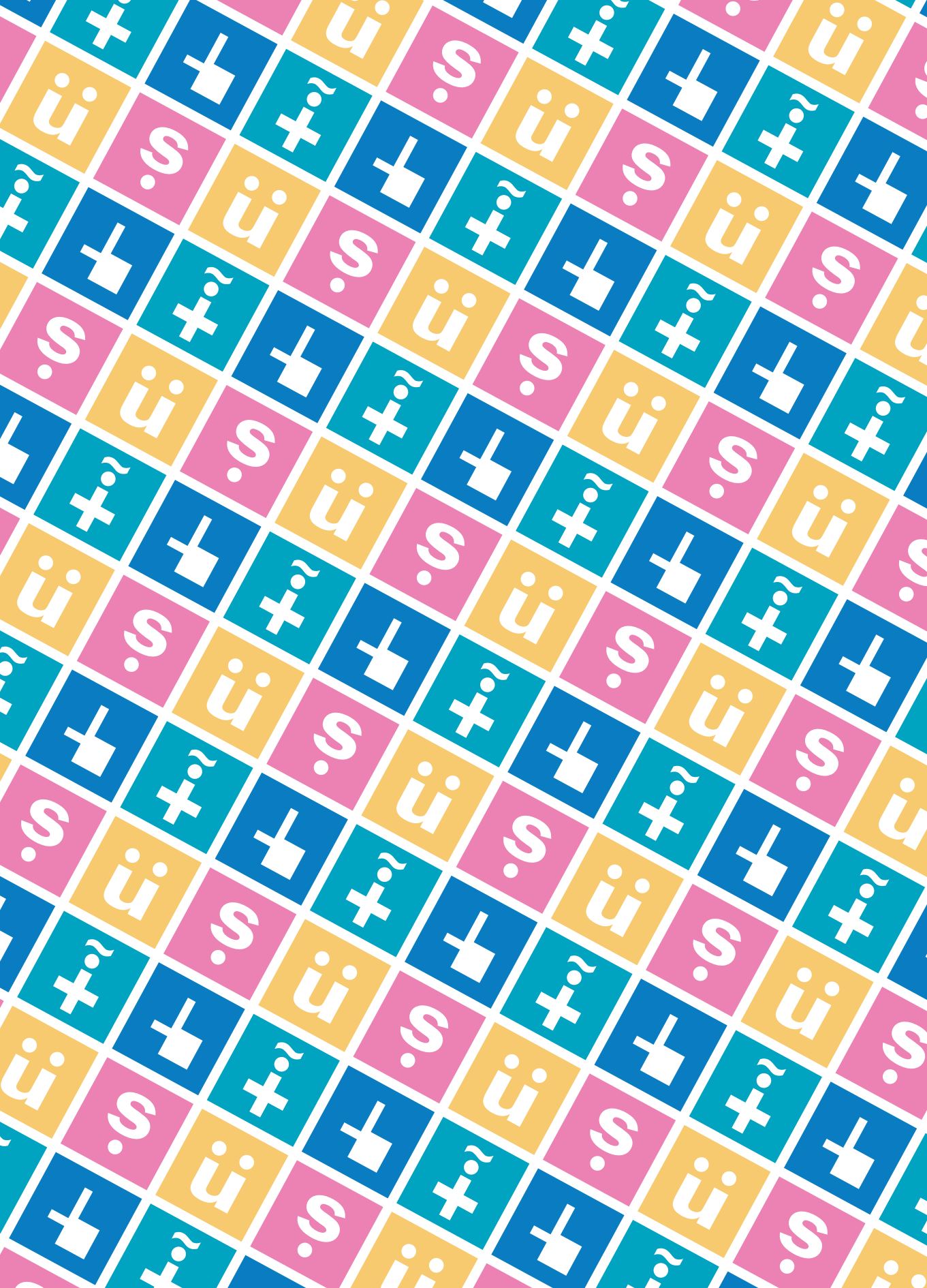
Inventário Nacional
da Diversidade Linguística
INDL

Guia de Pesquisa e Documentação

Volume 1

PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

IPHAN | 2016



© Iphan 2016

GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

VOLUME 1

PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Dilma Rousseff

MINISTRO DA CULTURA
Juca Ferreira

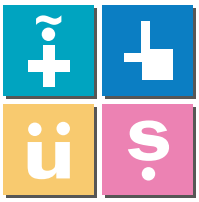
PRESIDENTA DO IPHAN
Jurema Machado

DIRETORIA DO IPHAN
Andrey Rosenthal Schlee - DEPAM
Luiz Philippe Peres Torelly - DAF
Marcos José Silva Rêgo - DPA
Robson Antônio de Almeida - PAC-CH
Vanderlei dos Santos Catalão - DPI

COORDENADORA GERAL DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO - DPI
Mônia Silvestrin

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SEP/Sul EQ 713/913 lote D, Edifício Lúcio Costa, 4° andar
Cep: 70390-135
TELEFONES: (61) 2024.5401/5402/5416
E-MAIL: diversidade.linguistica@iphan.gov.br
FACEBOOK: www.facebook.com/diversidadelinguistica
WWW.IPHAN.GOV.BR

I59g
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Brasil)
Guia de pesquisa e documentação para o INDL : patrimônio cultural e diversidade linguística / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília-DF, 2016.
2 v. ; 18 x 25 cm
ISBN: v. 1 978-85-7334-288-8
v. 2 978-85-7334-289-5
1. Diversidade Linguística. 2. Patrimônio Cultural. 3. INDL. I. Título.
CDD 410



Inventário Nacional da
Diversidade Linguística
INDL

Guia de Pesquisa e Documentação

Volume 1

PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

IPHAN | 2016

Organização, pesquisa e redação

Marcus Vinicius Carvalho Garcia
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Mônia Silvestrin
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Ana Paula Seiffert
CONSULTORA IPHAN/UNESCO

Flávia de Freitas Berto
CONSULTORA IPHAN/UNESCO

Thiago Costa Chacon
CONSULTOR IPHAN/UNESCO/UNB

Giovana Ribeiro Pereira
MESTRANDA PEP/IPHAN

Membros do GTDL 2006-2010

Aryon Rodrigues (*in memoriam*)
Carlos Augusto Abicalil
Dennis Moore
Edy de Freitas
Francisca Picanço
Gilvan Müller de Oliveira
José Carlos Levinho
Jurema Machado
Juscelina Nascimento
Márcia Sant'Anna
Maria Cecília Londres
Maria do Rosário Almeida
Nilza de Oliveira Martins Pereira
Suzana Grillo

Colaboradores

Américo Machado Filho
Cléo Vilson Altenhofen
Dante Lucchesi
Evangelina Cavalcante
Francisca Picanço
Gilvan Muller de Oliveira
Márcia Oliveira
Margarida Petter
Marianne Cavalcante
Marley Pertile
Ronice Muller de Quadros
Rosângela Morello
Síntia Bausen Kuster
Stella Maris Borttone
Yeda Pessoa de Castro

Comissão técnica do INDL

Célia Maria Corsino IPHAN/MINC
Mônia Silvestrin SUPLENTE

Bruna Franchetto MUSEU DO ÍNDIO/MJ
Alexander Noronha de Albuquerque SUPLENTE

Dennis Moore MUSEU GOELDI/MCTI
Hendrikus Van der Voort SUPLENTE

Nilza Pereira de Oliveira Martins IBGE/MPOG
Andrea da Silva Borges SUPLENTE

Viviane Fernandes Faria MEC
Suzana Martelletti Grillo Guimarães SUPLENTE

Consultoria e revisão técnica

Jorge Domingues Lopes UFPA

Design gráfico

Elayne Fonseca | CASA 8
Beatriz Ferreira
Inara Vieira

Logotipo

Diego Simas

Guia de Pesquisa e Documentação

Volume 1

PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

O GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO PARA O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA é um instrumento da Política da Diversidade Linguística e tem como objetivo disponibilizar orientações para a realização de inventários das línguas do Brasil, que podem servir de subsídio para solicitações de inclusão de línguas no INDL.

O GUIA está estruturado em dois volumes e um Suplemento Metodológico. O **VOLUME 1** traz uma apresentação geral da Política da Diversidade Linguística e do processo de inventário nas suas diferentes dimensões. O **VOLUME 2** apresenta o formulário do INDL e um roteiro temático de pesquisa. Como complemento aos volumes temáticos, foi desenvolvido um **SUPLEMENTO METODOLÓGICO** contendo orientações técnicas e ferramentas utilizadas em pesquisas já realizadas, de modo que sirvam de referência para consulta. Este Suplemento estará disponível em meio digital na área destinada à Diversidade Linguística do Portal do Iphan na internet.

VOLUME 1 ***PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA*** é dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a Política da Diversidade Linguística, suas linhas de atuação e seus instrumentos. O segundo capítulo aborda a relação entre diversidade linguística e patrimônio cultural.
O processo de inclusão de línguas no INDL é abordado no terceiro capítulo.
Do capítulo quatro ao seis são abordadas as diferentes dimensões que constituem a **PROPOSTA DE INVENTÁRIO**, desde os seus conceitos estruturantes até as orientações para organização dos arquivos audiovisuais, incluindo os temas documentação linguística, técnicas de pesquisa e tratamento de dados.

VOLUME 2 ***FORMULÁRIO E ROTEIRO DE PESQUISA*** é dividido em duas partes. A primeira trata do formulário do INDL, com as respectivas orientações para o seu preenchimento.
Já a segunda parte apresenta seções com orientações sobre os diversos temas de pesquisa relativos ao escopo do inventário. Nessa parte também são contempladas, do ponto de vista procedimental, algumas temáticas que requerem abordagem conceitual específica, tais como denominações, classificação genética, atitudes e representações, língua e variedades, usos linguísticos e escala de vitalidade linguística.

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA 10

1.1 ***Construção de uma política*** 11

1.2 ***Categorias de línguas*** 13

1.3 ***Linhas de atuação*** 14

1.4 ***Instrumentos*** 15

1.5 ***Atores*** 15

SEÇÃO 2 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL 17

2.1 ***Panorama da diversidade linguística no Brasil*** 19

2.2 ***Riscos à diversidade linguística*** 22

SEÇÃO 3 INCLUSÃO DE LÍNGUAS NO INDL 25

3.1 ***Princípios*** 25

3.2 ***Critérios*** 26

3.3 ***Requisitos para a solicitação de reconhecimento*** 26

3.4 ***Principais etapas*** 27

SEÇÃO 4 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO INVENTÁRIO 29

4.1 ***Tipos de inventário*** 30

4.2 ***Produtos*** 31

4.3 ***Conceitos estruturantes*** 33

4.3.1 *Língua* 34

4.3.2 *Comunidade* 36

4.3.3 *Território* 42

4.3.4 *Síntese e ilustrações* 45

SEÇÃO 5 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O INVENTÁRIO 49

5.1 ***Delimitação territorial e demográfica da pesquisa*** 49

5.2 ***Equipes*** 50

5.3 ***Etapas*** 52

5.4 ***Considerações sobre os dados da pesquisa*** 56

5.4.1 *Dados primários e dados secundários* 56

5.4.2 *Abrangência dos dados* 58

5.4.3 *Análise e interpretação de dados* 60

5.5 ***Técnicas de pesquisa*** 62

5.5.1 *Técnicas de pesquisa com os indivíduos* 63

5.5.2 *Técnicas de pesquisa com a comunidade* 71

SEÇÃO 6 ACERVO DIGITAL E DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA 74

6.1 ***Documentação de usos sociais da língua*** 75

6.1.1 *O que documentar?* 75

6.1.2 *Como documentar?* 76

6.1.3 *Equipe de documentaristas* 77

6.1.4 *Como editar as amostras de usos sociais da língua?* 79

6.2 ***Documentação de listas de palavras da língua*** 81

6.2.1 *Quais listas devem ser documentadas?* 81

6.2.2 *Como documentar as listas de palavras?* 82

6.3 ***Documentação gramatical*** 83

6.4 ***Armazenamento, organização e catalogação dos dados do acervo digital*** 84

6.4.1 *Fluxo de catalogação e organização dos dados* 84

6.4.2 *Metadados* 88

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 91

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 95

SEÇÃO 1

POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

O Decreto nº 7.387/2010, que instituiu o INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA (INDL), criou as condições para a elaboração de uma política específica para as línguas faladas no Brasil. Essa política tem como principal objetivo a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do Português e de suas variedades, compreende línguas indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, entre outras.

A produção de conhecimento e a documentação das línguas são elementos fundamentais dessa política, pois parte considerável da diversidade linguística no Brasil não foi suficientemente documentada e estudada. Muitas das línguas existentes correm risco de desaparecimento, motivo pelo qual é estratégica a realização de pesquisas que permitam não só gerar acervos sobre elas, mas também produzir diagnósticos para subsidiar a implantação de ações de fortalecimento e salvaguarda dessa diversidade.

Entre as ações de valorização previstas nessa política encontra-se o reconhecimento da importância das línguas como elementos de transmissão da cultura e como referências identitárias para os diversos grupos sociais que vivem no país. O papel relevante das línguas para a vida das pessoas e grupos, para a sua história e a sua memória passa a ser reconhecido por meio do título de "Referência Cultural Brasileira", emitido para cada língua incluída no INDL. Ao ser incluída nesse inventário, a língua fará "jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público" (BRASIL, 2010, Art. 5º).

Desse modo, a POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA procura articular diferentes dimensões do Estado e da sociedade civil para a valorização e promoção das línguas minoritárias faladas no Brasil, vindo ao encontro de um movimento crescente, em nível mundial, que luta pela garantia de **direitos linguísticos** a grupos linguísticos minoritários. Tal perspectiva parte do princípio de que, se as línguas integram o rol dos direitos humanos, os falantes têm o direito de usá-las nos ambientes públicos e privados e de transmiti-las para as futuras gerações. Portanto, isso requer que as línguas sejam tratadas, no âmbito de marcos legais específicos, como objetos de políticas públicas de fomento ao plurilinguismo.

Entre exemplos de ações relacionadas aos direitos linguísticos podemos citar: a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos; a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias[1]; os artigos 210 e 230 da Constituição Federal Brasileira, que garantem o direito às práticas linguísticas a populações indígenas; a Lei federal nº 10.436, que dispõe sobre o uso da Língua Brasileiras de Sinais (Libras) na educação e reconhece direitos fundamentais às comunidades surdas do Brasil; e os vários processos de cooficialização de línguas minoritárias em diferentes municípios do país.

1.1 Construção de uma política

Assinada em 1996, na cidade de Barcelona, pela UNESCO e por representantes de vários países, a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* é considerada um marco importante para o início das discussões a respeito de políticas voltadas para os direitos linguísticos.

Em 2000, mesmo ano em que a UNESCO publicou o *Atlas das Línguas em Perigo,* instituiu-se no Brasil, por meio do Decreto nº 3.551/2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Esse decreto também criou a possibilidade do reconhecimento de bens de natureza imaterial, como **Patrimônio Cultural do Brasil**, através do Registro. Embora não tivesse as línguas como objeto específico, essa nova política ensejou solicitações de reconhecimento também da diversidade linguística existente no país.

No ano seguinte ao da publicação do Decreto 3.551/2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recebeu o primeiro pedido de reconhecimento de uma língua como patrimônio imaterial brasileiro. Como o tema das línguas era muito diverso das categorias de bens culturais previstas no Decreto, o pedido de reconhecimento não pôde ser atendido naquele momento. Isso não significou, no entanto, que a questão estivesse encerrada. O assunto continuou em debate nos anos seguintes, impulsionado por forte mobilização da sociedade civil.

Em 2006, foi realizado o "Seminário sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas", por meio de parceria entre o IPHAN, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (CEC) e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). Contando com a participação de especialistas em diferentes línguas e em políticas linguísticas, representantes de instituições governamentais e falantes de línguas minoritárias, o Seminário teve como objetivo debater e propor estratégias para a preservação da diversidade linguística por meio da implantação de políticas públicas.

A partir do Seminário foi criado o Grupo de Trabalho para a Diversidade Linguística (GTDL), instituído pela Portaria IPHAN nº 586, de 11 de dezembro de 2006[2],

1. Juntas, elas reafirmam as relações entre língua, território, direitos coletivos e o papel do Estado no fortalecimento do multilinguismo.

2. Atualizada por meio da Portaria Iphan nº 274, de 03 de setembro de 2007.

com a missão de "analisar a situação linguística do Brasil, estudar o quadro legal dentro do qual a questão se insere e propor estratégias para a criação de uma política patrimonial compatível com a diversidade linguística no Brasil", conforme consta no Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho da Diversidade Lingüística do Brasil 2006-2007 (GTDL, 2008).

O GTDL, formado por representantes do Estado e da sociedade civil, esteve em atividade ao longo de quatro anos (de 2006 a 2009). À medida que os debates avançavam, tornou-se claro que as línguas necessitavam de um instrumento específico para o seu reconhecimento e valorização, diferente daquele utilizado para outros bens culturais.

Considerando a pouca informação existente e a situação de risco de desaparecimento da maior parte delas, entendeu-se que deveria ser dada prioridade à identificação e documentação dessas línguas. Ou seja, tornou-se evidente a necessidade de conhecer essa diversidade linguística para poder salvaguardá-la. Isso permitiria também colocar no mapa as diferentes línguas existentes, contribuindo para a mudança da percepção dominante de que o Brasil é um país onde se fala apenas uma língua. Nesse sentido, o inventário se apresentou como o instrumento mais apropriado para o conhecimento, reconhecimento e valorização das línguas faladas em território brasileiro.

Partindo dessa perspectiva, o GTDL propôs orientações metodológicas para a realização de inventários, que foram testadas entre os anos de 2008 e 2010, por meio da realização de oito projetos-piloto, contemplando cinco categorias de línguas. Também fez parte do escopo do grupo de trabalho a inclusão, no Censo IBGE 2010, do quesito "língua falada" para populações indígenas e a elaboração da proposta do marco legal para a Política, que resultou na publicação do Decreto Presidencial nº 7.387/2010.

Tendo em vista a natureza articuladora de diferentes dimensões da cultura e da vida social que as línguas possuem, entendeu-se que uma política pública para a preservação da diversidade linguística teria que envolver diferentes áreas e instituições do poder público. Dessa forma, a criação do INDL permitiu a constituição de uma política específica para a diversidade linguística, cuja responsabilidade para sua realização é compartilhada por cinco ministérios[3], necessitando também da participação ativa dos diferentes níveis de governo, assim como das instituições da sociedade civil.

Para outras informações sobre a criação do INDL e sobre a diversidade linguística como tema de políticas públicas indicamos as leituras abaixo:

- *Decreto Presidencial nº 7.387*, de 9 de dezembro de 2010.
- *Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil 2006-2007* (GTDL, 2008).

3. Conforme o Decreto 7.387/2010, os ministérios responsáveis pelo INDL são: Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Justiça (MJ) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

- *Dossiê Línguas do Brasil*, conjunto de artigos publicados em *Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN*, nº 6, de janeiro de 2007.
- *Línguas como patrimônio imaterial: etnografia de um debate* (CARDOSO, 2010). Dissertação que analisa o processo político de inclusão das línguas no campo do patrimônio cultural.
- *Línguas como patrimônio: relato de um processo de busca por reconhecimento* (GARCIA, 2006). Artigo que analisa o pedido de inclusão da língua Talian e o seminário sobre a criação do livro de registro das línguas, realizado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.
- *Línguas em Perigo e Línguas como Patrimônio Imaterial: duas ideias em discussão* (FRANCHETTO, 2005). Artigo publicado na *Revista do Patrimônio,* nº 32, que traz importante reflexão sobre o reconhecimento da diversidade linguística no Brasil.
- *Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL* (MORELLO, 2012). Artigo publicado na *Revista Gragoatá*, nº 32, que faz um histórico de desenvolvimento do INDL e salienta a importância das comunidades linguísticas para o futuro da política.

1.2 Categorias de línguas

Tendo em vista a amplitude da diversidade linguística existente no país, foram propostas cinco categorias de línguas no âmbito dessa política:

LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO: línguas alóctones trazidas ao Brasil por grupos de fala advindos principalmente da Europa, Oriente Médio e Ásia e que, inseridas em dinâmicas e experiências específicas dos grupos em território brasileiro, tornaram-se referência de identidade e memória. Exemplos: Talian, Pomerano, Hunsrükisch, entre outras.

LÍNGUAS INDÍGENAS: línguas autóctones, originárias do continente sul-americano – da porção que hoje corresponde ao território brasileiro – e faladas por populações indígenas. Exemplos: Guaraní, Kaingáng, Baniwa, Tukáno, Ninam, Maxakalí, Marubo, entre outras.

LÍNGUAS AFRO-BRASILEIRAS: línguas de origem africana faladas no Brasil. Essas línguas apresentam notáveis diferenças linguísticas em vários aspectos de sua estrutura gramatical, produzidas por mudanças históricas desencadeadas pelo contato com o Português, podendo ter ocorrido transferências gramaticais desde esse substrato africano (LUCCHESI et al., 2009). Exemplos: Gíria de Tabatinga, língua do Cafundó e variedades Afro-brasileiras do Português Rural.

LÍNGUAS DE SINAIS: línguas faladas por comunidades surdos, incluindo pessoas surdas e ouvintes, que se utilizam da modalidade visuo-espacial com sinais manuais e não manuais, tais como expressões faciais e corporais. Exemplos: Libras, Língua de Sinais Urubu-Ka'apor, Língua de Sinais do município de Jaicós do Piauí, entre outras.

LÍNGUAS CRIOULAS: línguas surgidas a partir da aquisição como língua materna por parte de um grupo social de uma língua Pidgin[4]. Exemplos: os Galibi-Marwórno, os Karipuna e os Palikur, que vivem no estado do Amapá e falam uma língua crioula formada a partir do Francês, como língua dominante, e de diferentes línguas africanas e indígenas da Guiana Francesa e Suriname.

Embora o Português seja língua oficial e majoritária do país, suas variedades podem ser objeto de ações de promoção e valorização. Essas variedades internas ao português decorrem de fatores históricos, geográficos e étnico-culturais que influenciam a conformação de elementos linguísticos que demarcam identidades de falares regionais (variedades diatópicas) e de segmentos sociais específicos (variedades diastráticas).

1.3 Linhas de atuação

A Política da Diversidade Linguística é estruturada a partir de duas linhas de atuação, denominadas ***Reconhecimento e Apoio e Fomento***.

A primeira linha de atuação acolhe todas as ações destinadas à *inclusão de uma língua* no INDL, em atendimento ao Decreto nº 7.387/2010. Já a segunda linha acolhe ações que podem contribuir para o fortalecimento e promoção das línguas e da diversidade linguística para além do Reconhecimento como Referência Cultural do Brasil.

As ações de Reconhecimento podem ser solicitadas a qualquer momento e devem atender aos requisitos necessários para a inclusão de línguas no INDL. As ações de Apoio e Fomento, por sua vez, podem ser implantadas com diferentes finalidades:

- apoiar a produção de conhecimento e documentação sobre diversidade linguística;
- fomentar a preservação e disponibilização de acervos documentais e bibliográficos de interesse para a salvaguarda da diversidade linguística;
- executar as ações de valorização e promoção das línguas reconhecidas;
- atender a necessidades de fortalecimento da língua apontadas no Dossiê de Inclusão no INDL;

4. Pidgins são línguas formadas em situações de contato entre duas ou mais línguas, em que uma língua dominante é profundamente reformulada em seu léxico, gramática e fonologia devido a um processo de aquisição parcial e pela influência da(s) língua(s) falada(s) pelo grupo social que veio a adotar esse pidgin como língua materna. Ao se tornar uma língua materna, a língua crioula também adquire características novas, tornando-se funcionalmente equivalente a qualquer outra língua materna.

- atender a demandas específicas não contempladas pelo INDL;
- desenvolver ações amplas de promoção da diversidade linguística.

1.4 Instrumentos

A Política da Diversidade Linguística atua por meio de dois instrumentos específicos: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e o Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL.

O **INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA** é o instrumento oficial de reconhecimento de línguas como referência cultural brasileira. Conforme previsto no Decreto Presidencial nº 7.387/2010, o INDL tem como objetivo a "*identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*" (BRASIL, 2010, Art. 1º).

Por ser um instrumento com a dupla finalidade de pesquisar as línguas e reconhecê-las como patrimônio cultural, o INDL deve permitir o mapeamento, a caracterização e o diagnóstico das diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira (BRASIL, 2010, Art. 4º). Ou seja, para que uma língua seja incluída no Inventário, é necessário, antes de tudo, produzir conhecimento sobre ela, documentar seus usos e realizar um diagnóstico sobre as suas condições de vitalidade.

Nesse sentido, foi elaborado o presente ***Guia de Pesquisa e Documentação,*** com o objetivo de orientar a produção de conhecimento e documentação sobre línguas, visando a sua inclusão no inventário. Esse Guia propõe um escopo de informações a serem produzidas sobre a língua, um conjunto de orientações teórico-metodológicas e um formulário para a sistematização dos resultados da pesquisa.

Podendo ser utilizado tanto para a produção de conhecimentos novos – em situações de identificação de línguas ainda não estudadas – quanto para a sistematização de conhecimentos já existentes, produzidos em outros contextos, O Guia, embora estruturado para servir ao INDL, também pode ser utilizado em ações de Apoio e Fomento, em situações de complementação e/ou aprofundamento dos conhecimentos já produzidos.

1.5 Atores

A execução da Política da Diversidade Linguística envolve muitos atores. Os mais importantes deles são as *comunidades linguísticas*, ou seja, os grupos de pessoas que falam determinadas línguas e que as reconhecem como parte integrante da sua identidade, do seu modo de viver e de estar no mundo. Para ter acesso às ações de preservação da diversidade linguística essas comunidades precisam atender a um requisito fundamental: estarem interessadas na preservação da(s) sua(s) lín-

gua(s). São elas que irão participar da produção e validação dos conhecimentos sobre a(s) língua(s); que irão solicitar à Comissão Técnica do INDL (CT-INDL) a inclusão da(s) língua(s) no Inventário; e que irão mobilizar os demais poderes públicos para a implantação de ações e políticas locais voltadas para o fortalecimento da(s) língua(s), assim como participar da execução dessas ações.

Outros atores importantes nesse contexto são os *poderes públicos* aos quais se refere o Decreto nº 7.387/2010. Eles devem participar não só do reconhecimento das línguas como referências culturais brasileiras, mas também das ações de promoção e valorização previstas. Entende-se por poderes públicos tanto o governo federal, nas suas diversas instâncias e órgãos, quanto os estados e municípios. O impacto e o alcance das ações de preservação da diversidade linguística dependem muito da articulação de todos esses atores, mas, em particular, dos poderes públicos locais e regionais, que são responsáveis diretos pelas áreas de educação, saúde e cultura, setores estratégicos para a garantia de direitos linguísticos.

Em nível federal, o MinC, o MCTI, o MEC; o MPOG e o MJ, e suas respectivas instituições vinculadas, são os principais atores responsáveis pelas ações de valorização e reconhecimento da diversidade linguística (BRASIL, 2010, Art. 7º).

Outros atores importantes são as instituições da sociedade civil que trabalham com o tema da diversidade linguística e dos direitos linguísticos, e ainda instituições de pesquisa que produzem conhecimento e documentam línguas. Atuando junto com as comunidades e com o poder público, elas são elementos fundamentais para a execução da política, pois geram subsídio para o desenvolvimento de outras ações de fortalecimento da diversidade linguística e contribuem para constituição e gestão de acervos sobre as línguas.

SEÇÃO 2

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL

A perspectiva antropológica de cultura e o conceito de diversidade cultural são elementos fundadores do campo do patrimônio imaterial (*cf.* UNESCO, 2003a; GTPI, 2012). A constituição da língua como objeto do campo patrimonial, portanto, parte da compreensão da diversidade linguística como elemento fundamental para a diversidade cultural (UNESCO, 2005), e da relação indissociável entre língua e cultura. Nesse contexto, cada língua é entendida como um fenômeno cultural singular e referencial para os grupos sociais.

Das três perspectivas de conceituação da diversidade linguística, que tomam como critério para a sua definição o número de línguas, o número de famílias linguísticas (diversidade filogenética) e as diferenças tipológico-estruturais entre as línguas (*cf.* NETTLE, 1998), duas são consideradas especialmente estratégicas do ponto de vista de uma política da diversidade linguística.

A primeira, ao tratar cada língua de maneira individual e, consequentemente, entender que a diversidade se dá pelo conjunto dessas línguas, permite que as ações de reconhecimento de línguas como patrimônio tenham como critério a autoidentificação das comunidades. Ou seja, reconhece-se determinada língua que é indicada por um grupo social como aquela que o representa, que se refere à sua história, ao seu modo de ser e estar no mundo. Essa dimensão identitária da língua é fundamental para o campo do patrimônio imaterial e remete à própria definição do conceito presente na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, promulgada pela UNESCO em 2003.

Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que **as comunidades, os grupos** e, em alguns casos, **os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.** Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, **gerando um sentimento de identidade e continuidade** e contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A definição apresentada pela Convenção aponta para os elementos estruturantes do campo do patrimônio imaterial, no qual também se inclui a diversidade linguística. A língua, entretanto, difere dos demais bens culturais por sua natureza transversal e por seu papel de articulação e transmissão da cultura. Nenhuma prática, nenhuma representação, nem conhecimentos ou técnicas são passíveis de serem transmitidos entre as diferentes gerações senão através da mediação exercida pela língua.

Nesse sentido, como uma língua não é melhor que outra, a possibilidade de serem incluídas no INDL existe para todas elas. E, na perspectiva patrimonial, da mesma forma como não se pode pensar a diversidade linguística sem se pensar em diversidade cultural, também não é possível dissociar a língua da comunidade de falantes para a qual ela possui um valor referencial.

O título de ***Referência Cultural Brasileira*** que uma língua recebe ao ser incluída no INDL explicita justamente esse sentido. Referência Cultural é o conceito articulador do patrimônio imaterial. Logo, falar em referência cultural implica reconhecer que certos bens e práticas culturais são portadores de sentidos e valores singulares, no que se refere ao modo de ser, viver e estar no mundo dos grupos sociais. Pensar uma língua como uma referência cultural significa entendê-la, portanto, como signo de identidade, de pertencimento.

Considerar as línguas como referências culturais implica também reconhecer o ponto de vista dos falantes sobre a própria língua, considerar a sua participação ativa na produção de conhecimento sobre ela e na definição de ações que a tenham como objeto. Mais do que informantes ou recenseadores de campo no processo da pesquisa, os falantes e os membros de comunidades são *intérpretes* da sua língua, enquanto bem cultural, e são também os seus gestores, seja participando da execução de ações previstas em planos de gestão ou regulamentadas por mecanismos legais, seja participando das instâncias decisórias nos processos de inventário.

Para entender a língua como objeto do campo do patrimônio cultural, portanto, é preciso compreender as relações existentes entre língua, cultura e sociedade. É por meio dos usos que uma língua se mantém viva, que atua como meio de comunicação, como expressão e transmissão de conhecimentos, ideias e valores de uma geração para outra. E também é pelo estudo dos seus usos que se compreende, de forma mais significativa, a dimensão identitária das práticas linguísticas.

Embora a ênfase para a inclusão no INDL seja dada na caracterização da especificidade de cada língua, a compreensão filogenética da diversidade linguística também é importante, pois ela nos permite construir uma grade de leitura diferente daquela que nos é dada pelo critério da autoidentificação. Portanto, a metodologia proposta neste Guia inclui, no seu escopo temático, informações sobre essas duas possibilidades de compreensão da diversidade linguística.

Por exemplo, na relação entre língua e variedades, o que uma classificação filogenética apontaria como variedades de uma mesma língua, poderiam ser classificadas como línguas distintas, a partir de critérios de autoidentificação das comunidades linguísticas. Nesse sentido, é importante que a documentação pro-

duzida sobre a língua contemple essas particularidades, abrangendo tanto a classificação filogenética quanto as classificações de cada comunidade.

Além da reflexão sobre a língua como objeto do campo do patrimônio cultural, o INDL requer também que se considerem os desafios da produção de conhecimento no âmbito de uma política pública. O primeiro deles é compreender que os processos de identificação e documentação das línguas possui uma finalidade prévia, que é gerar subsídios para o desenvolvimento de outras ações. No caso desse inventário, além da caracterização da língua como referência cultural, existe a necessidade de se realizar diagnósticos da situação em que ela se encontra, da sua vitalidade, assim como de discutir com as comunidades o que é necessário para a sua sustentabilidade.

Tão importante quanto demonstrar como uma determinada língua articula sentidos de pertencimento, como ela é representada e significada pelos seus falantes tendo em vista o contexto mais amplo da sua cultura, é diagnosticar os silêncios, os vazios, os fatores que podem comprometer a sua existência, principalmente diante de situações de ameaça às dinâmicas econômicas e socioculturais nas quais as comunidades se encontram inseridas.

Outra dimensão da natureza de política pública desse conhecimento é a necessidade de comparabilidade dos dados produzidos sobre as diferentes línguas. Nesse sentido, as pesquisas para o INDL sempre terão um escopo a ser atendido por meio da produção de conhecimento e da documentação audiovisual. Isso não exclui, de modo algum, a possibilidade de utilização de outras formas de produção de conhecimento e da abordagem de temas para além daqueles exigidos pelo processo de inclusão da língua no INDL.

A experiência desenvolvida no campo do patrimônio imaterial nos fornece inúmeros exemplos do potencial que instrumentos de pesquisa participativos possuem de fomentar o debate sobre cultura, sobre patrimônio e sobre outras questões que permeiam a vida nas comunidades. Muitos desses processos geram resultados e desdobramentos que vão além do que é requerido no âmbito das ações de reconhecimento como patrimônio cultural.

2.1 Panorama da diversidade linguística no Brasil

No Brasil, o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou um levantamento das línguas faladas no país – com base em um critério de autodeclaração – e chegou a um total de 274 línguas faladas por indígenas de 305 etnias diferentes. Distribuídas, segundo Rodrigues (1986), em dois grandes troncos linguísticos – Tupí e Macro-Jê – e em 40 famílias, além de 13 ou mais línguas isoladas (sem parentesco genético com outras línguas), as línguas indígenas brasileiras estão dispersas em boa parte do território nacional, mas especialmente na Amazônia, que concentra a maior diversidade linguística do país e a segunda do mundo, atrás apenas da Nova Guiné (cf. WEBER, 2010).

Como a definição do número de ***LÍNGUAS INDÍGENAS*** de determinada região depende do conceito de língua que se utiliza, havendo com frequência confusão na distinção entre etnia e língua, o IBGE, para preparar o Censo 2010, solicitou ao GTDL uma lista de línguas indígenas. A lista foi preparada tendo como base quatro níveis de classificação das línguas: tronco linguístico, família linguística, "língua de classificação" (definida seguindo a prática de muitos linguistas como uma ou mais variedades linguísticas que são mutuamente inteligíveis) e "língua de identificação" (com nomes de etnias que falam variedades da "língua de classificação")[5].

O número de línguas indígenas no país levantado pelo IBGE foi baseado na autodeclaração de indígenas motivada pela pergunta: "Qual a língua falada em casa?". Esse número, portanto, corresponde ao total de "línguas de identificação", incluindo também nomes de línguas consideradas extintas por muitos linguistas. Por isso, o número total é muito maior que o número de línguas indígenas para as quais há evidência de falantes. Considerando que é difícil ter certeza absoluta da extinção de uma língua e que a metodologia de autodeclaração do Censo não podia medir o conhecimento do recenseado, já se previa que várias pessoas se declarassem como falantes de línguas consideradas extintas[6].

Embora não contabilizadas pelo Censo, há outras línguas historicamente situadas e faladas no Brasil além das indígenas: línguas de imigração, de sinais, de comunidades afro-brasileiras e línguas crioulas.

Atualmente, conhecemos três grupos indígenas falantes de uma ***LÍNGUA CRIOULA*** de base francesa no Brasil, no norte do Amapá: Galibi-Marwórno, Karipúna do Norte e Palikur (MOORE, 2011, p. 228). Essa língua crioula se desenvolveu inicialmente fora do território nacional, mas hoje é falada por cerca de sete mil pessoas. Esses povos falam também duas línguas indígenas, o Palikur e o Galibi, além do Português e do Francês, numa situação de intenso contato entre as línguas e de plurilinguismo, como é característico de zonas fronteiriças.

Os ***FALARES AFRO-BRASILEIROS***, por sua vez, remontam à experiência histórica do tráfico de africanos escravizados, estendendo-se, a partir de 1538, por mais de três séculos, quando mais de quatro milhões de indivíduos, falantes de cerca de 200 línguas, passaram a ser trazidos à força para o Brasil (cf. LUCHESI et al., 2009). As línguas faladas por essas populações pertenciam a dois troncos linguísticos principais: Afro-Asiático e Níger-Congo. O segundo teve maior importância, sobretudo pela grande quantidade de falantes de línguas da família Banto (como o Quimbundo, o Quicongo e o Umbundo), mas também línguas do sub-grupo linguístico Kwa, representado pelas línguas Ewe, Fon, Mahi, Jeje, Mina, Ilió e Iorubá [Nagô]) (cf. PESSOA DE CASTRO, 1990, 2001; LUCHESI et al., 2009; RASO et al., 2011).

5. Por exemplo, a língua de classificação Tenetehara é falada por dois grupos, os Guajajára (Maranhão) e os Tembé (Pará), apenas com algumas diferenças dialetais.

6. Por esse motivo, 75 nomes de línguas foram incluídos no Censo 2010 como "línguas sem classificação atual", para deixar claro que há uma discrepância entre as declarações dos indivíduos e o conhecimento atual dos linguistas.

Estudos sobre a presença de línguas africanas no Brasil indicam que, apesar de o contato entre o Português e essas línguas não terem ensejado o surgimento de línguas crioulas, elas foram fundamentais para a constituição do Português falado no Brasil. Em comunidades mais isoladas, remanescentes de quilombos, e em grupos religiosos de matrizes africanas, encontram-se práticas linguísticas cujos conteúdos têm forte influência de línguas africanas (PESSOA DE CASTRO, 2005; LUCHESI et al., 2009).

É possível propor uma subdivisão dessas práticas linguísticas em três categorias: (1) aquelas com forte presença de léxico de origem africana como estratégia de resistência, mas também exercendo importantes funções nas relações sociais cotidianas e na transmissão cultural no interior de comunidades afrodescendentes (por exemplo, a Gira de Tabatinga, a "língua do Cafundó", as variedades faladas nos municípios de Patrocínio, Uberaba, entre outras); (2) variedades Afro-brasileiras do Português Rural, em que se apresentam notáveis diferenças linguísticas, sobretudo no sistema de concordância verbal e nominal (LUCHESI et al., 2009), além de importante presença de léxico de origem africana, mas notavelmente diferentes das línguas da primeira categoria; e (3) línguas de rituais – também conhecidas como línguas de santo ou de terreiro –, usadas pelos praticantes de religiões de matrizes africanas, especialmente durante celebrações religiosas.

As chamadas ***LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO***, cerca de 56 línguas alóctones trazidas por imigrantes (ALTENHOFEN, 2013), sofreram forte repressão linguística[7] e resistem, ainda hoje, a processos de deslocamento linguístico. Passaram a fazer parte do cenário linguístico do país a partir do final do século XIX com a vinda em massa de imigrantes europeus e asiáticos para ocupar terras ditas devolutas, oferecidas pelo Estado brasileiro. Com o passar das gerações, essas línguas adquiriram uma configuração própria que reflete a história da formação da sociedade brasileira. Muitas vezes tratadas como exóticas ou estrangeiras, as línguas de imigração são, na verdade, línguas maternas de milhões de brasileiros e a sua representatividade histórica, demográfica, sociocultural e geográfica é atestada em diversos levantamentos e estudos (RASO et al., 2011, p. 37).

Embora pesquisas recentes indiquem a presença de comunidades falantes de idiomas de imigração em todo o território brasileiro (OLIVEIRA; ALTENHOFEN, 2011), essas línguas estão presentes, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Destacam-se como línguas de imigração com características geodemográficas amplas no Brasil, hoje, Japonês, Talian, Pomerano, Hunsrückisch, Hochdeutsch, Coreano e Platt.

As ***LÍNGUAS DE SINAIS*** diferenciam-se das demais categorias de línguas aqui relacionadas por sua modalidade, ou seja, trata-se de uma língua visuo-espacial. Dentre as línguas de sinais existentes no Brasil, a mais difundida é a Libras, sobretudo pelo fato de ser reconhecida legalmente por meio da Lei nº 10.436/2002 e

7. Sobretudo durante o regime do Estado Novo, com a Campanha da Nacionalização do Ensino. A respeito do tema, consultar Oliveira (2000).

regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. A Libras, usada em várias cidades de todas as regiões do país, é uma língua difundida a partir das redes sociais estabelecidas especialmente pelos surdos brasileiros, por meio das associações de surdos, mesmo antes da era da internet.

O estudo científico da Libras é também bastante recente, assim como da língua de sinais Ka'apor, falada por indivíduos de etnia homônima no Maranhão. Estudos recentes apontam para a existência de outras línguas de sinais nativas no país, como é o caso da língua de sinais falada na cidade de Jaicós, no povoado de Várzea Queimada, Piauí (cf. TUYAMA, 2013). Embora haja indícios documentais da existência dessas línguas, ainda é necessária a realização de pesquisas para sua identificação e documentação.

A ***LÍNGUA PORTUGUESA*** teve um processo de formação em que línguas africanas e indígenas, sobretudo a partir das línguas gerais paulista e amazônica, tiveram um importante papel na constituição do idioma nacional, tanto para a forma culta quanto para a forma popular, especialmente em sua variedade rural. A essas influências se somam as contribuições dos imigrantes e dos processos migratórios para os quais contribuiu a grande extensão do território brasileiro. Há uma ampla riqueza de usos, práticas e variedades no âmbito da própria língua portuguesa falada no Brasil, diferenças estas de caráter regional (variações diatópicas) e social (variações diastráticas). Desse modo, podemos também falar em uma grande variedade interna do Português do Brasil.

Somos, portanto, um país de muitas línguas, como a maioria dos países que possuem falantes de mais de uma língua. Algumas estimativas colocam o Brasil entre os oito países com maior diversidade linguística do mundo com base no número de línguas faladas em território brasileiro (Cf. MORELLO, 2013)[8]. No entanto, apesar da existência de várias línguas em território nacional, apresentamos *déficits* de plurilinguismo, uma vez que a maioria dos brasileiros é monolíngue e ainda pensa que o Brasil é um país de uma única língua.

2.2 Riscos à diversidade linguística

A diversidade linguística encontra-se sob ameaça. Das cerca de 6.700 línguas faladas no mundo, 90% são faladas por apenas 4% da população mundial e 50% das línguas estão ameaçadas de desaparecerem até o final deste século (UNESCO, 2006). No Brasil, o declínio dessa diversidade é notório se considerarmos a perspectiva histórica. Segundo Rodrigues (1993a, p. 90-93), pelo menos 1.078 línguas indígenas eram faladas em território brasileiro no tempo da chegada dos colonizadores portugueses, das quais hoje sobrevivem menos de 30%.

8. Outro ranking, o *Top 20 Languages by Number of Languages Spoken Data source*, apresenta o Brasil como o 11º país em número de línguas (ETHNOLOGUE, 2005).

Para as línguas indígenas observamos um quadro alarmante sobre o número de falantes para cada língua[9]. Cerca de metade das línguas possuem menos de cem falantes. Línguas com até quinhentos falantes somam pouco mais de um terço de todas as línguas indígenas. Menos de dez por cento dessas línguas possuem mais de dois mil falantes. As línguas com maior número de falantes são: Guaraní Kaiowa, com 26.528 falantes; Tikuna, com 34.069 falantes; Kaingang, com 22.027; e Xavante, com 13.290 (BRASIL, 2012).

As consequências da extinção das línguas são diversas e irreparáveis, tanto para as comunidades locais de falantes quanto para a humanidade como um todo (cf. RODRIGUES, 1993b). Ela tem impacto imediato na perda de diversidade cultural, uma vez que cada língua possui os meios específicos, historicamente construídos de se conceber, conhecer e agir sobre o mundo, incluindo conhecimentos altamente técnicos (cf. FRANCHETTO, 2005; MOORE E GABAS, 2004; HARRISON, 2007). Ao mesmo tempo, as consequências da repressão linguística e da imposição de uma língua dominante na educação e em outros espaços públicos têm efeitos psicológicos e sociais danosos para o desenvolvimento individual e para a cidadania de coletividades falantes de línguas indígenas e minoritárias.

De modo geral, a crise da diversidade linguística tem suas causas na expansão do padrão corrente de economia-política, intimamente relacionada com as mesmas condições históricas relativas à crise da diversidade cultural e da biodiversidade do planeta, dramaticamente acentuadas no século XX (cf. HALE, 1992; NETTLE, ROMAINE, 2000; HINTON, 2001; MAFFI, 2005; ASH et al., 2001).

No Brasil, a partir de análise dos dados do Censo Demográfico 2010, percebemos que há proporcionalmente mais pessoas que disseram falar línguas indígenas nas gerações acima de 65 anos e abaixo de 40 anos, seja para populações em terras indígenas, em áreas rurais ou áreas urbanas. A proporção menor de falantes entre 40 e 65 anos mostra como macropolíticas do Estado, sobretudo as políticas educacionais e desenvolvimentistas instauradas pelo Estado-Novo, acentuadas na década de 1950 e no período da ditadura militar (entre 1964 e 1985), foram extremamente danosas para a vitalidade das línguas indígenas.

Isso está ligado também ao desconhecimento da diversidade linguística por grande parte da população brasileira, que é sustentado pela representação de uma suposta unidade da língua portuguesa como única língua falada no país. Essa falta de conhecimento e de valorização leva, por conseguinte, à marginalização e discriminação de grupos falantes de línguas minoritárias.

Por parte do Estado, é muito recente a compreensão da diversidade linguística nacional como um valor. Mais do que isso, há um histórico de omissão, de desrespeito e mesmo de repressão aos falantes de outras línguas, sobretudo

9. O censo do IBGE revelou dados ainda mais alarmantes do que estimativas anteriores, como aquelas apresentadas por Moore e Gabas (2004), que afirmavam que somente 15% dos grupos indígenas têm mais de 1000 falantes, 10% têm entre 501 e 1000 falantes, 18% têm entre 251 e 500 falantes, 25% têm entre 101 e 250 falantes, 8% têm entre 51 e 100, e 24% têm menos de 50 falantes.

daquelas indígenas e de imigração. A construção de uma política específica para a diversidade linguística, assim como o próprio Censo 2010 do IBGE, são iniciativas que procuram justamente modificar essa atuação histórica do Estado , de modo que se busque a valorização da diversidade linguística no país[10]. Atuar para a sustentabilidade da diversidade linguística, entretanto, exige articulação de produção de conhecimento, valorização e promoção das línguas tanto na dimensão local – nos contextos sociais onde as línguas são faladas – como na dimensão mais ampla, em nível nacional.

As línguas que são faladas por grupos sociais minoritários requerem atenção especial de uma política de salvaguarda da diversidade linguística, pois elas se encontram em posição de maior vulnerabilidade linguística. Tal situação decorre não só do fato de essas línguas serem faladas por grupos sociais pouco numerosos no contexto populacional do país, mas também pela falta de conhecimento e valorização de/sobre elas. Colocar no mapa as centenas de línguas ainda ocultadas pela representação majoritária de um país com uma única língua – ou seja, pela ideia de que só falamos o Português – talvez seja a possibilidade mais significativa, em médio prazo, do alcance do reconhecimento das línguas como patrimônio cultural.

10. As outras vezes em que o IBGE questionou a população a respeito das línguas faladas nos lares foram nos Censos de 1940 e 1950. No entanto, naquele período, o objetivo do levantamento, embora não estivesse explícito, acabou por subsidiar a campanha de nacionalização do ensino e a forte repressão linguística, sobretudo quanto às línguas de imigração. Segundo os dados publicados em relatórios, no Censo de 1940, 1.624.689 pessoas, de um universo de 41.236.315, informaram não falar a língua portuguesa correntemente no lar. Em 1950, de 51.944.397 pessoas, 1.305.720 declarou não utilizar a língua portuguesa habitualmente no lar.

SEÇÃO 3

A INCLUSÃO DE LÍNGUAS NO INDL

O reconhecimento das línguas como parte do patrimônio cultural do Brasil é o horizonte prioritário da Política da Diversidade Linguística. A língua, ao ser incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, faz jus ao título de Referência Cultural Brasileira.

O INDL foi concebido para identificar, comparar e reconhecer línguas distintas, pois seu foco está na diversidade das diferentes línguas que são faladas no Brasil. Os processos de reconhecimento apresentam uma série de etapas, que envolvem desde a produção de conhecimento até a análise e deliberação dos pedidos pela Comissão Técnica do INDL.

O reconhecimento de uma língua como patrimônio cultural visa a salvaguarda da diversidade linguística e representa um marco para a valorização do multilinguismo no Estado e na sociedade brasileira. Esperamos que esse reconhecimento estimule atitudes positivas para com as línguas minoritárias nos contextos sociais onde vivem seus falantes, proporcionando o aprimoramento da comunicação inter-cultural nos serviços públicos, a ampliação do espaço de atuação política e social e a garantia de direitos linguísticos.

3.1 Princípios

A inclusão de línguas no INDL considera três princípios fundamentais. A *autodeclaração*, ou seja, a possibilidade de uma comunidade se reconhecer como falante de determinada(s) língua(s) e indicar essa(s) língua(s) para a inclusão no INDL, como elemento(s) articulador(es) da sua cultura e identidade. Como consequência direta deste primeiro princípio, é necessário considerar sempre a *associação entre língua, grupo social e cultura*. Não se pode entender uma língua senão na sua relação com uma determinada comunidade linguística, pois sempre que uma prática social é considerada *referência cultural*, ela o é para alguma coletividade.

Outro princípio é *a possibilidade de contínua anexação de informações sobre uma mesma língua*, que, além de facilitar a atualização e complementação dos conheci-

mentos já existentes, permite que novas comunidades possam ser incluídas como falantes de uma língua já reconhecida, mediante a realização de pesquisas complementares e apresentação de anuência desses novos grupos. Isso torna os processos de reconhecimento mais flexíveis e amplia o alcance da política, além de permitir acolher as dinâmicas de mudança e ressignificação que são características em processos dessa natureza.

3.2 Critérios

No processo de inclusão de uma língua no INDL, a documentação apresentada precisa demonstrar que:

- a **língua é referência para a memória, a história e a identidade** dos diferentes grupos sociais que vivem no Brasil, como explicita o artigo 2º, do Decreto 7.387/2010.
- a **língua existe como parte da vida social de uma comunidade**, seja por meio de usos cotidianos, seja em situações culturais especiais, ou mesmo preservada no conhecimento de seus últimos falantes fluentes.
- a comunidade para a qual a língua é referência **está em território brasileiro há pelo menos três gerações**. Isso, além de permitir identificar os processos de transmissão e a continuidade histórica da língua, possibilita a compreensão das mudanças e transformações ocorridas, inclusive em relação aos sentidos dados pelas próprias comunidades à língua e o modo como esta é representada nos diferentes contextos de uso.

Na análise e deliberação sobre a inclusão de línguas no INDL esses três elementos são considerados, levando-se em conta as demais informações fornecidas pela pesquisa e pela documentação audiovisual.

3.3 Requisitos básicos para a solicitação de reconhecimento

Diferentemente de outros processos de reconhecimento de bens culturais como patrimônio, a pesquisa e documentação sobre a língua no INDL são realizadas antes da formalização do pedido de inclusão no Inventário.

Essa produção de conhecimento deve abranger o escopo mínimo previsto no Guia, contemplando não só a caracterização da língua e da comunidade de falantes, mas também o diagnóstico das condições em que a língua se encontra, incluindo ainda documentação audiovisual representativa da diversidade dos seus usos.

Considerando o exposto, a solicitação de inclusão de línguas no INDL deve vir obrigatoriamente acompanhada dos seguintes conteúdos:

- formulário básico do INDL preenchido;
- relatórios analíticos e de pesquisa preenchidos;
- documentação audiovisual representativa dos diferentes usos da língua a ser inserida no inventário, com duração mínima de dez minutos e legendas em Português;
- comprovação da anuência informada da comunidade quanto ao reconhecimento da língua e a sua concordância com as informações apresentadas como resultado da pesquisa;
- formulários de autorização de uso de informações, imagem e voz, e dos produtos audiovisuais.

Além desses requisitos, que **são os mínimos necessários para o Reconhecimento**, ou seja, as comunidades podem enviar outros materiais ou documentos que julgarem pertinentes e necessários à compreensão de sua língua. De forma semelhante, durante um processo de inventário, podem ser realizadas outras ações do que as requeridas para o processo de reconhecimento, gerando produtos que também podem compor o dossiê sobre a língua.

3.4 Principais etapas

Como mencionado no item anterior, para que uma solicitação possa ser encaminhada à Comissão Técnica do INDL, é necessário que a produção de conhecimento e documentação da língua já tenha sido realizada. Recomenda-se, então, que essa produção de conhecimento seja feita utilizando-se este Guia, que foi elaborado para atender aos princípios e requisitos necessários para a inclusão de línguas no INDL. Caso já exista produção de conhecimento e documentação audiovisual sobre a língua, é necessário realizar a adequação dos conteúdos ao formulário do INDL, contemplando, inclusive, atualização de dados, assim como dos demais materiais e documentos que fazem parte do processo.

O reconhecimento de uma língua como Referência Cultural Brasileira tem início com a apresentação formal da solicitação à Comissão Técnica do INDL, encaminhada pelas comunidades interessadas e acompanhada de toda a documentação obrigatória e dos materiais de identificação e documentação da língua.

A solicitação de inclusão de uma língua no INDL deve ter um caráter coletivo e representar a vontade de um grupo de pessoas que falam e reconhecem aquela língua como sua. Nesse sentido, a proposta de inclusão precisa ser feita por uma pessoa jurídica, ou seja, por uma instituição, órgão ou associação que represente a comunidade de falantes, e vir acompanhada da anuência comprovada dessa comunidade em relação ao reconhecimento.

Segundo o Artigo 8º do Decreto nº 7.387/2010, são partes legítimas para propor a inclusão de línguas no INDL órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, conforme normas expedidas pelo Ministério da Cultura.

Embora a solicitação de reconhecimento de uma língua possa ser feita por apenas uma parte dos seus falantes, recomenda-se que esse processo seja o mais inclusivo e representativo possível, tanto para permitir um diagnóstico mais abrangente da situação em que ela se encontra, quanto para garantir a legitimidade de decisões coletivas, como, por exemplo, a definição da denominação da língua ou a proposição de ações de valorização e promoção.

Após análise preliminar da documentação pelo IPHAN, que pode solicitar complementações e adequações, a solicitação será encaminhada, com Nota Técnica, à Comissão Técnica do INDL, que é a instância responsável pela análise e deliberação sobre os pedidos de reconhecimento de uma língua. A decisão da CT-INDL poderá ser no sentido de aprovar a solicitação, incluindo sugestões de aprofundamento de pesquisa ou de realização de ação de Apoio e Fomento; ou de não aprovar, indicando retorno ao proponente, para adequação ou complementação da documentação apresentada.

Após a recomendação favorável à inclusão da língua no INDL por parte da Comissão Técnica, cabe ao Ministro da Cultura conferir o título de Referência Cultural Brasileira à língua, assim como comunicar o reconhecimento às demais instâncias governamentais e entes federativos.

SEÇÃO 4

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO INVENTÁRIO

A identificação de línguas aqui proposta se estrutura em torno de três dimensões: *produção de conhecimento, documentação e mobilização social*. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO é entendida aqui em sentido amplo, ou seja, ações de pesquisa bibliográfica ou de campo, abrangentes ou pontuais, realizadas a partir de metodologias e técnicas variadas com o objetivo de compreender, explicar, identificar, caracterizar, descrever e diagnosticar um determinado objeto ou situação-problema. Neste caso, os objetos prioritários são a língua, a sua comunidade linguística e os contextos socioculturais a ela relacionados.

Entende-se DOCUMENTAÇÃO como um processo amplo de registro da língua e das dinâmicas socioculturais nas quais ela se encontra inserida, com o objetivo de gerar acervos que possam servir de referência para outros estudos e ações. Trata-se de constituir memórias de práticas culturais que, por sua natureza dinâmica e processual, podem mudar rapidamente. Nesse sentido, ela também se constitui como uma importante ação de salvaguarda.

A documentação abrange todos os conhecimentos produzidos no processo de pesquisa, sejam eles registrados nos formatos audiovisual, visual, sonoro ou escrito. Essa documentação da língua inventariada ganha materialidade nos produtos gerados pela pesquisa, que podem ser editados e publicados – como vídeo-documentários ou livros – ou produzidos para acervos, organizados e indexados, como registros de entrevistas, de práticas culturais, mapas, relatórios, etc.

O termo MOBILIZAÇÃO SOCIAL envolve todas as ações que têm como finalidade garantir o envolvimento dos falantes da língua e de outros atores estratégicos no processo de inventário, permitindo que este seja, de fato, participativo. Na perspectiva das políticas patrimoniais, considera-se fundamental o processo participativo junto às comunidades, de modo que se garanta a qualidade dos resultados da pesquisa e da documentação, a tomada de decisões em relação à sua língua e, principalmente, a possibilidade de continuidade das ações de salvaguarda da língua, mesmo após o encerramento do inventário.

Além da participação das comunidades, pensar ações de fortalecimento e sustentabilidade de uma língua implica a mobilização de outros atores interessa-

dos – prefeituras, associações locais, Organizações não Governamentais (ONGs), instituições de pesquisa –, que possam atuar como parceiros não só nos processos de inventário, mas também na implantação de ações que visem garantir direitos linguísticos.

Embora cada uma dessas dimensões possa fazer uso de metodologias e técnicas específicas, elas são consideradas parte de um mesmo processo de pesquisa e, portanto, interdependentes. Não é possível, por exemplo, produzir conhecimento e documentar uma língua sem mobilizar a comunidade linguística, pois inventariar pressupõe a participação efetiva dos falantes, tanto na produção de conhecimento quanto na definição daquilo que querem mostrar da sua cultura, do modo como desejam caracterizar e representar a sua língua. De forma semelhante, a documentação não pode prescindir dos processos de pesquisa e de participação da comunidade, inclusive na validação dos registros realizados.

Durante o processo de inventário é muito importante que essas três dimensões sejam contempladas de forma equitativa, embora ênfases em uma ou outra possam existir em decorrência da natureza do objeto, do perfil das equipes de pesquisa e das condições de realização do inventário.

4.1 Tipos de Inventário

Considerando a necessidade de produzir uma proposta flexível e ágil para a identificação e documentação de línguas, o escopo da produção de conhecimento prevista no INDL possui dois níveis diferentes: um *básico* e outro *amplo*.

O conteúdo básico requerido para o reconhecimento de uma língua está contido no INVENTÁRIO BÁSICO, considerando a necessidade de caracterização da língua, da comunidade linguística e da realização de diagnóstico sociolinguístico. Ele requer um conjunto menor de questões, com respostas mais objetivas e menos dissertativas, e com flexibilidade maior para o uso de estimativas e dados secundários.

O INVENTÁRIO AMPLO contempla aquele básico, com o acréscimo de questões que visam complementar e aprofundar os temas tratados no primeiro nível, podendo implicar um período maior de pesquisa de campo. A opção por realizar um inventário básico ou amplo depende das motivações dos proponentes e das condições objetivas de realização do inventário. Quando se tratar de uma língua pouco estudada, optar por se fazer um inventário amplo pode ser a solução mais interessante, pois garante uma documentação mais abrangente e detalhada. Por outro lado, se uma língua se encontrar em risco iminente de desaparecimento, pode-se optar por um inventário básico, que permite uma documentação mais rápida.

Além de níveis de aprofundamento diferentes, o INDL também possibilita dois tipos de abrangência no que diz respeito ao recorte sociolinguístico para pesquisa: *inventários individuais*, nos quais apenas uma língua é contemplada, ou *inventários*

múltiplos, que acontecem geralmente em contextos regionais, onde mais de uma língua é objeto de identificação. A pesquisa de um inventário regional se dá em áreas onde haja coexistência de duas ou mais línguas, inclusive em nível individual (sujeitos que são bilíngues ou plurilíngues).

Em termos de escopo, o inventário regional implica o levantamento de informações específicas para cada língua e sua respectiva comunidade linguística, bem como de informações voltadas para a caracterização da região e descrição das situações de coexistência das diferentes línguas nesse contexto. Mesmo que a identificação de diferentes línguas seja feita no âmbito de uma única pesquisa, as informações geradas para cada uma delas devem ser sistematizadas em formulários e relatórios específicos. A realização de inventários regionais é uma estratégia interessante para acelerar os processos de produção de conhecimento otimizar os recursos financeiros.

4.2 Produtos

Ao serem finalizados, os inventários poderão gerar os seguintes produtos, sendo os quatro primeiros obrigatórios:

- formulários;
- relatórios;
- acervo digital;
- anuências, autorizações de uso e documentos normativos;
- publicações.

Os ***FORMULÁRIOS***, principais instrumentos para a sistematização dos resultados de um inventário, são documentos imprescindíveis para o reconhecimento da língua. Eles serão tratados de forma detalhada no Volume 2 deste Guia.

Os ***RELATÓRIOS*** são fundamentais para a compreensão do inventário e sistematização final dos conhecimentos produzidos e se dividem em dois tipos: o relatório de pesquisa e o relatório analítico. O **RELATÓRIO DE PESQUISA** tem a finalidade de contextualizar a produção de conhecimento e documentação, explicitando as opções teórico-metodológicas adotadas e as técnicas de coleta de dados. Os processos de elaboração de instrumentos (por exemplo, questionários, roteiros, entre outros) e os meios de sistematização dos levantamentos sociolinguísticos.

Devem ser incluídos também os desafios encontrados com relação às equipes de pesquisa, à metodologia proposta pelo INDL, à gestão de cronogramas, entre outros pontos relevantes. O relatório precisa conter ainda a descrição e qualificação dos processos de mobilização social, de construção de anuência, de validação dos dados e participação dos falantes na realização da pesquisa, assim como as deliberações, demandas e pactuações produzidas junto à comunidade.

Já o **RELATÓRIO ANALÍTICO** tem como finalidade apresentar um olhar abrangente sobre a língua documentada, a partir da interpretação, comparação e cruzamento dos diferentes dados coletados. De caráter monográfico, configura-se como espaço ideal para tratar das relações entre língua, contextos socioculturais, história, representações, memória e identidade – ou seja, permite a articulação de conhecimentos e temas que nos formulários são apresentados de forma mais objetiva ou fragmentada. Pode acolher também questões não previstas ou com pouco destaque no formulário. Nesse relatório também deverão ser analisados os dados de diagnóstico da língua, assim como possíveis ações necessárias para o seu fortalecimento.

O terceiro produto dos inventários é o ***ACERVO DIGITAL***. Ele reúne toda a documentação audiovisual, visual e sonora realizada sobre a língua, contemplando materiais editados ou não. Também fazem parte deste acervo, os arquivos gerados na documentação do próprio processo de pesquisa e das ações de mobilização social.

No âmbito desse acervo, são requisitos obrigatórios para o reconhecimento uma documentação representativa dos usos sociais da língua (para o inventário básico, de 10 minutos, e para o amplo, de 15 minutos) e a coleta de listas de palavras da língua (lista de 100 palavras de Swadesh) . Os demais documentos que deverão integrar o acervo digital são indicados na Seção 6.

As **ANUÊNCIAS E AUTORIZAÇÕES DE USO** compreende a apresentação de todos os documentos que registram a concordância da comunidade com o processo de inventário e reconhecimento da língua, assim como as permissões das pessoas que participaram da pesquisa e dos profissionais que realizaram a documentação, quanto ao uso das imagens, sons, informações e documentos produzidos.

A anuência das comunidades linguísticas se dá em duas modalidades:

- **ANUÊNCIA PARA INVENTÁRIO –** a anuência prévia e informada da(s) comunidade(s) deve ser solicitada na etapa inicial do inventário, após a mesma ter sido instruída quanto aos objetivos e perspectivas do projeto de inventário;
- **ANUÊNCIA PARA O RECONHECIMENTO** – produzida na etapa de conclusão dos inventários, quando a comunidade valida os dados apresentados pela pesquisa e decide quanto à solicitação de reconhecimento da língua. Deve explicitar o desejo da coletividade quanto à inclusão da língua no INDL.

As anuências são obrigatórias e devem ser documentadas preferencialmente em papel, podendo-se utilizar, entretanto, registros em meio digital. Em um ou outro suporte é fundamental que se explicite a que se está anuindo, e, ainda, os dados básicos de quem se manifesta, incluindo indicações sobre a sua relação com a língua ou seu papel social dentro da comunidade.

Além de documentação das anuências, os inventários devem coletar **autorizações de uso** de voz, imagem e informação das pessoas entrevistadas, filmadas e/ou fotografadas. Recomenda-se a utilização dos Termos de Autorização de Uso elaborados pelo IPHAN e disponibilizados no Suplemento Metodológico do Guia. Esses termos devem ser assinados individualmente, por cada entrevistado. Em alguns casos é possível registrar essa autorização em meio audiovisual ou sonoro, sendo necessário deixar claro, na mesma gravação, o que está sendo autorizado, por quem e em que termos. Como será visto na Seção 6.4, cada arquivo digital precisa conter metadados que indiquem o nível de autorização permitido.

Além da autorização das pessoas entrevistadas, é preciso coletar a autorização dos profissionais que elaboraram os registros audiovisuais, para que as imagens possam ser utilizadas posteriormente. Existe também um formulário específico para este fim.

Como ***PUBLICAÇÕES*** entendemos todos os produtos gerados a partir da documentação realizada no âmbito do inventário, e que são editados e publicados, visando à circulação, promoção e divulgação da língua ou do projeto. As publicações podem ser livros, dicionários, livros didáticos, catálogos de exposição, vídeo-documentários, CDs, etc. Esses produtos não são obrigatórios para o inventário, mas recomenda-se a elaboração de pelo menos uma publicação, pois elas são importantes para as ações devolutivas junto às comunidades e também para a valorização da língua em um contexto mais amplo, pois viabilizam a divulgação dos resultados do inventário.

4.3 Conceitos estruturantes

O INDL se estrutura em torno de conceitos relativos a três grandes temas:

- **LÍNGUA (**o quê?);
- **COMUNIDADE** (quem?);
- **TERRITÓRIO** (onde?).

Esses temas, que, no campo das ciências humanas, possuem suas próprias dinâmicas, historicidades, referências teóricas e epistemológicas, são fundamentais para a constituição da diversidade linguística como objeto do campo da cultura e, especificamente, do patrimônio cultural. Ou seja, a definição desses conceitos, além de contribuir para a delimitação do universo de pesquisa e para a construção do objeto, permite qualificar, na perspectiva do INDL, a relação entre a língua, falantes da língua e território onde se fala essa língua.

4.3.1 *LÍNGUA*

Nesta seção serão abordados três conceitos referentes ao objeto de um inventário: *língua de referência* (ou seja, a língua a ser reconhecida); *línguas em contato* com a língua de referência e *variedades* de uma língua de referência.

A salvaguarda da diversidade linguística tem como objeto o elemento língua, somado aos seus respectivos falantes e contextos socioculturais. Toda língua a ser incluída no INDL é (ou foi) um meio de comunicação de um grupo de indivíduos localizados no tempo e no espaço. Como instrumento de reconhecimento de valor patrimonial, entretanto, o INDL pressupõe o entendimento da língua para além da sua caracterização como meio de comunicação ou dos seus elementos puramente linguísticos, pautando-se naquilo que a língua representa como *referência de identidade coletiva e elemento de transmissão de cultura.*

Desse modo, o primeiro conceito relacionado ao inventário é expresso pelo termo língua de referência, que sintetiza a perspectiva da língua como uma "referência cultural" de determinado grupo social. Essa língua, que é indicada por uma coletividade como elemento articulador de sua cultura, identidade, ação e memória, é a que será reconhecida e incluída no INDL. Ela representa, enfim, a língua que é indicada por uma coletividade como elemento articulador da sua cultura, identidade, ação e memória.

Um grupo social pode ser monolíngue ou multilíngue (bilíngue, trilíngue, etc.), usando mais de uma língua em sua vida social. Ser multilíngue é a regra, e não a exceção, para a maioria das populações no mundo (cf. UNESCO, 2003b, p. 12-13). Ainda que multilíngue, entretanto, há situações de usos linguísticos e valores culturais que diferenciam cada língua para esse grupo social. Os inventários devem analisar esses papéis específicos das línguas existentes numa comunidade linguística, identificando a l*íngua de referência*, em contraste com as demais. Por isso, adotamos, no contexto do inventário, a distinção entre multilinguismo e plurilinguismo, proposta por Altenhofen e Boch (2011); para eles, o multilinguismo se refere à "coexistência de línguas em determinado território", enquanto o plurilinguismo está relacionado à "postura plural do indivíduo, refletida nas habilidades/competências em mais de uma língua". Neste sentido, enquanto o multilinguismo é uma característica da sociedade, o plurilinguismo é uma marca do indivíduo. Essa distinção é central, pois é a condição plural que irá manter a diversidade linguística viva. Mais do que gerar conhecimentos sobre uma língua específica, é importante conhecer a realidade multilíngue em que se vive e promover o plurilinguismo. Não basta garantir espaços à língua, mas sim criar uma consciência linguística e uma atitude favorável plurilíngue, tanto para os membros das comunidades quanto para outros de fora dela.

No caso de inventários regionais (consultar Seção 4.1 Tipos de inventários), temos um único inventário com mais de uma língua de referência. A caracterização das línguas na comunidade se assemelha aos estudos tradicionais de multilinguismo, em que se procura identificar para um indivíduo bilíngue ou plurilíngue qual é sua língua materna *versus* as demais línguas que ele domina (cf. ALTENHOFEN, 2002).

No INDL, entretanto, há uma diferença conceitual entre língua materna e língua de referência, pois pode ocorrer a situação de a língua a ser reconhecida não ser a língua materna da maioria dos membros da(s) comunidade(s) linguística(s). Além disso, língua materna tem uma conotação mais individual, "língua materna para uma pessoa", e língua de referência pressupõe sempre conotação coletiva, "língua de referência para a comunidade".

Tendo como base o estudo de Altenhofen (2002) sobre o conceito de língua materna, a caracterização tanto da língua de referência quanto do multilinguismo se baseia em questões como:

- o relativo grau de importância social da(s) língua(s);
- a proficiência oral/gestual e, se se aplicar, em escrita e leitura dos indivíduos na(s) língua(s);
- os usos sociais específicos da(s) língua(s);
- a taxa de transmissão intergeracional da(s) língua(s);
- as atitudes e representações da comunidade com relação à(s) língua(s).

Língua e variedades

Língua é uma entidade abstrata, variedade é sua manifestação concreta, heterogênea e dinâmica. Do ponto de vista dialetológico ou sociolinguístico, nenhum indivíduo fala uma língua (o Português, o Espanhol), mas sim variedades de língua(s). Toda língua tem múltiplas variedades, que são comumente conhecidas por uma gama de termos como "sotaques", "jargões", "gírias", "falares", "patoás", "dialetos", entre outros. Embora existam definições técnicas para esses termos, eles são muitas vezes empregados para se referir a "sub-línguas", sejam elas variedades não dominantes, ou variedades que não possuem escrita e/ou tradição literária, ou mesmo que não tenham um respaldo institucional do Estado, adquirindo, muitas vezes, uma perspectiva pejorativa.

A dificuldade de compreensão desses fenômenos complexos advém, em grande parte da falta de dados sobre diversidade linguística, mas também decorre da multiplicidade de perspectivas, em muitos casos contraditórios, sobre o que deve ser reconhecido como língua e como variedade de uma língua.

Com relação a esta última distinção, Coseriu (1982) observa que a língua é um conceito baseado numa abstração em dois níveis[11]:

- Por um lado, o nível sistêmico, referente à língua enquanto um sistema baseado num conjunto de normas, signos e convenções sociais que substancia a comunicação entre indivíduos e grupos sociais.

11. Consulte também o Volume 2 do Guia para orientações práticas para a identificação e documentação de variedades linguísticas.

- Por outro lado, o nível simbólico-político, referente aos valores socioculturais, políticos e ideológicos construídos historicamente, que definem uma língua em relação a outras línguas, ou uma língua que abarca diversas variedades internas (ou seja, dialetos, sotaques, entre outros).

Para o nível sistêmico, ainda de acordo com Coseriu (1982), qualquer variedade é uma língua plena; porém, para o nível simbólico-político, variedades não são línguas, mas antes entidades simbolicamente subordinadas a uma língua autônoma. Existe, no entanto, uma tensão entre os níveis sistêmico e simbólico-político não facilmente resolvível, o que revela que a compreensão dos limites entre língua e variedade são, em última instância, frutos de negociações históricas entre pessoas, grupos, instituições.

Considerando o exposto, entende-se que aquilo que é língua e aquilo que é variedade deverá ser discutido e estabelecido junto às comunidades linguísticas, para cada língua específica, devido principalmente ao caráter simbólico-político do reconhecimento patrimonial das línguas. Nesse sentido, o que é compreendido como língua deve ser debatido e problematizado no processo de pesquisa com a participação das comunidades linguísticas e da equipe que desenvolvem o inventário. É muito importante, nesse sentido, que esse debate esteja explicitado na documentação da língua, e que as opções tomadas sejam amparadas por argumentos e justificativas consistentes, que permitam compreender não só as negociações e posicionamentos estabelecidos em relação às perspectivas teóricas do campo da linguística, mas também em relação à dimensão simbólico-identitária que envolve essa definição.

4.3.2 *COMUNIDADE*

No que se refere aos falantes da língua, operamos com dois conceitos: *comunidade linguística* e *comunidade de referência* da língua a ser reconhecida.

- **COMUNIDADE LINGUÍSTICA:** população que fala a língua de referência e/ou que com ela se identifica por pertencimento étnico ou por filiação a falantes dessa língua.
- **COMUNIDADE DE REFERÊNCIA:** grupo social específico de uma comunidade linguística com o qual os inventários efetivamente se desenvolveram.

Nesse contexto, partimos da compreensão de comunidade como "qualquer agrupamento a grupamento humano caracterizado por interações regulares e frequentes por meio de um conjunto de signos linguísticos, e diferenciado de outros agrupamentos semelhantes por diferenças significativas nos usos linguísticos" (GUMPERZ, 2009 [1968], p. 66, tradução nossa).

Embora tenha cunhado primeiro o termo *language community* (comunidade de língua), Gumperz (2009 [1968]) recodifica-o em *speech community* (comunidade de fala) (DURANTI, 2009, p. 19). Comunidade de fala é um conceito sociológico mais amplo, que dá conta dos dinamismos culturais e linguísticos num dado grupo social, sobretudo em sociedades multilíngues. Uma comunidade de fala pode ser qualquer tipo de organização social (p.ex. uma família, uma associação, um grupo de adolescentes, entre outros). Apesar de o termo comunidade de língua ser menos dinâmico, ele permite que se veja um recorte social a partir de uma língua em questão, como é o caso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Sugerimos o termo híbrido COMUNIDADE LINGUÍSTICA por ele abranger a relação entre língua e sociedade de duas maneiras: primeiro, parte da identificação de uma língua para então identificar o grupo social representativo dessa língua (comunidade de língua); segundo, parte desse grupo social para então diagnosticar seu comportamento linguístico, incluindo o uso de outras línguas (comunidade de fala).

Pertencem a uma comunidade linguística todos os indivíduos que **falam a língua** ou **se identificam**, por etnia ou por filiação, **com o grupo social de falantes da língua**. Alguns exemplos servem para ilustrar esse conceito:

- **Nem todas as pessoas que se identificam com a língua são falantes**: Por exemplo, uma pessoa pode ser filho de pais que falam Pomerano, mas ela própria apenas fala o Português. Isso não impede que ela se identifique com a língua Pomerana e a tenha como uma referência cultural.
- **Nem todas as pessoas que falam a língua são do grupo social originalmente identificado com essa língua:** Por exemplo, uma mulher Desáno – que fala Desáno e Tukáno – casada com um homem Tukáno, pode pertencer à comunidade linguística Tukáno.
- **Um indivíduo pode fazer parte de mais de uma comunidade linguística**: Por exemplo, o filho de pais falantes de Pomerano pertence à comunidade linguística do Pomerano por identificação cultural e à comunidade linguística do Português por falar essa língua. Da mesma forma, a mulher Desáno pertence à comunidade linguística Desáno por identificação étnica e por falar essa língua, e também à comunidade linguística Tukáno, por falar também o Tukáno.

Identificar essa comunidade, localizá-la no território e descrever seus aspectos culturais, históricos e sociolinguísticos, problematizando a definição do conceito de comunidade de fala em relação a cada língua específica, é parte do processo do inventário.

A COMUNIDADE DE REFERÊNCIA representa a parcela da comunidade linguística que foi efetivamente envolvida no processo de pesquisa e mobilização social em um inventário. Se considerarmos que comunidade linguística é um termo que engloba uma realidade muito abrangente, ou seja, todas as pessoas que falam ou se identificam com a língua, independentemente de um espaço geográfico específico, constataremos a importância de se empregar uma noção mais precisa, como a de comunidade de referência, a qual deve sempre ser localizada e definida de modo concreto em cada inventário, o que é algo importante por diversos fatores, tais como: para tornar mais precisa a produção de conhecimentos, para subsidiar o planejamento de ações de salvaguarda (incluindo aquelas de complementação da própria pesquisa) e para que o reconhecimento de uma língua seja resultante de um processo de participação de um grupo social específico.

Em certos tipos de inventários, a comunidade linguística e a comunidade de referência podem ser as mesmas. Isso ocorre, sobretudo, para comunidades mais homogêneas, com um número pequeno de falantes e com pouca extensão territorial. Por exemplo, se uma língua é falada apenas em cinco localidades e foi possível realizar a pesquisa e mobilização com as pessoas dessas localidades, a comunidade linguística e a comunidade de referência são coincidentes. Essa situação corresponde ao CENÁRIO 1, descrito na Seção 4.3.4.

No entanto, em outros tipos de inventários, com línguas com grande população e distribuição territorial, e grupos sociais mais heterogêneos e multilíngues, poderá ser necessário fazer um recorte de amostra populacional. Assim, a comunidade de referência será menor do que a comunidade linguística da língua. Por exemplo, se uma língua é falada em 10 municípios, e o inventário focou apenas em 4 municípios, a sua comunidade de referência será aquela dos 4 municípios, e a comunidade linguística da língua será aquela composta pelo total dos 10 municípios. Isso corresponde aos CENÁRIOS 2 e 3, descritos na Seção 4.3.4. Nesses casos, recomenda-se que o planejamento dos inventários, principalmente no caso de línguas de muitos falantes, construa uma perspectiva de comunidade de referência que garanta representatividade demográfica, política e sociocultural em relação à comunidade linguística como um todo.

Para inventários regionais, que tratam de regiões multilíngues, haverá para cada língua uma comunidade de referência e uma comunidade linguística. Por exemplo, no Parque Indígena do Xingu, especificamente no Alto Xingu, falam-se doze línguas. Os falantes de Kalapalo estão concentrados em localidades específicas, mas também há falantes dessa língua espalhados em outras localidades. Todos os falantes de Kalapalo são parte da comunidade linguística Kalapalo, mas o inventário deverá ainda identificar a comunidade de referência para a língua Kalapalo, com sua respectiva delimitação territorial (ver CENÁRIOS 4 e 5, descritos na Seção 4.3.4).

Comunidades linguísticas não são entidades estanques e homogêneas, por isso devem ser vistas como dinâmicas e processuais, que se reinventam, e (res) significam os sentidos de identidade e pertencimento em diálogo com o tempo

presente e com as experiências vividas enquanto coletividade. Ao fazer uso deste termo, propomos que, em cada processo de inventário, a definição do que se entende como *comunidade linguística (ou de referência)* seja elaborada, de forma crítica e reflexiva, junto com os falantes da língua envolvidos no processo de pesquisa e documentação, a partir dos elementos sugeridos neste Guia, como referências para sua conceituação. Nesse sentido, mesmo que se parta de hipóteses iniciais, essas categorias podem ser revistas, ampliadas e requalificadas na medida em que as atividades de documentação da língua se desenvolvem.

Falantes e demais pessoas da comunidade linguística

As pessoas de uma comunidade linguística são categorizadas de acordo com sua relação com a língua de referência. Essa relação segue três parâmetros, propostos pelo relatório do levantamento de línguas indígenas da Austrália (NILS, 2005):

- **saber a língua;**
- **usar a língua;**
- **identificar-se com a língua.**

"**Saber**" se relaciona diretamente com os níveis de proficiência de uma pessoa numa língua, seja proficiência oral/gestual seja em escrita e leitura. "**Usar**" está relacionado com a frequência do uso de uma língua e com a diversidade de tipos de usos e domínios sociais em que ela é falada. Uma pessoa pode saber uma língua, mas não usá-la, pois talvez tenha sido proibida de usar a língua, tenha vergonha, ou mesmo não tenha ninguém com quem falar. "**Identificar-se**" se baseia, no campo simbólico, no fato de uma pessoa ter uma determinada língua como uma referência cultural, como uma marca de identidade ou mesmo como um signo afetivo, diferenciado de outras línguas que ela conheça. Uma pessoa pode, enfim, se identificar com uma língua por ser um elemento definidor de sua identidade, e, no entanto, não a utilizar por não conhecê-la de modo satisfatório.

Categorizar os indivíduos em tipos de falantes faz parte dos diagnósticos sociolinguísticos e é crucial para responder a diversos campos do formulário, incluindo sobre "quantos falantes têm a língua?". A identificação de indivíduos pode estar vinculada a mais de uma comunidade linguística, desde que ao menos um dos parâmetros ("saber", "usar" e "identificar-se" a outra língua) seja atestado. Isso requer que se esteja atento ao multilinguismo e plurilinguismo em sua área de pesquisa.

Os tipos de falantes propostos pelo INDL com base no critério de "saber a língua" são os seguintes:[12]

12. Para uma discussão mais aprofundada sobre proficiência linguística, ver Volume 2 do Guia.

FALANTES FLUENTES são pessoas que, no mínimo, podem se comunicar de forma natural e espontânea numa língua, em diferentes situações comunicativas do dia a dia. Obviamente, há diferentes níveis de habilidades comunicativas entre falantes fluentes: em nossa sociedade, identificamos pessoas que são boas oradoras, boas escritoras, boas contadoras de histórias e piadas, entre outras. Também há diferenças importantes sobre a variedade da língua usada por diferentes falantes, como, por exemplo, uma variedade mais conservadora em termos gramaticais, lexicais e estilísticos *versus* uma variedade menos conservadora. Falantes fluentes são mais recorrentes para qualquer língua cuja transmissão intergeracional se dê de modo estável e que seja utilizada nas mais diversas situações sociais.

Podem ser incluídas nessa categoria pessoas que aprenderam a língua como sua primeira língua ou, para falantes plurilíngues, como uma de suas primeiras línguas ou mesmo como segunda língua, que chegaram a dominar de modo satisfatório. Assim, sugerimos não só identificar os falantes fluentes com base na proficiência, mas também detalhar diferentes nuances que caracterizam o universo dos falantes fluentes, como, por exemplo, com relação a suas habilidades comunicativas, variedades que falam ou forma de aquisição da língua. É importante ainda esclarecer que, no âmbito do INDL, quando se utiliza o termo *falantes*, sem algum outro qualificativo, está se referindo exclusivamente a falantes fluentes.

FALANTES PARCIAIS são pessoas que têm uma compreensão razoável da língua, mas que não produzem conversações e outros usos linguísticos do mesmo modo como falantes fluentes. Em geral, "entendem bem, mas falam pouco sua língua", ou "entendem um pouco, mas não falam a língua". Isso ocorre devido a uma aquisição parcial, sobretudo na infância e adolescência, ou porque, ainda jovens, essas pessoas vieram a falar outra língua como principal, deixando de usar aquela que fora sua primeira língua. Há também casos de pessoas mais velhas que falavam a língua até certa fase da vida, e, por nunca mais terem voltado a falar, entraram num processo gradual de esquecimento.

Em geral os falantes parciais têm uma importância fundamental em comunidades cuja língua está em franco declínio, pois eles podem ser grandes incentivadores de processos de revitalização linguística. Assim, sugerimos abordar-se, de modo detalhado, a categorização desses falantes quando se tratar de uma língua nesse contexto (para subcategorias sobre falantes parciais, consultar GRINEVALD; BERT, 2012; CAMPBELL; MUNTZEL, 1989).

NÃO FALANTES são pessoas que fazem parte de uma comunidade linguística, mas não dominam, em nenhum grau, a língua de referência. O fato de eles não falarem a língua é significante para se compreender o multilinguismo na comunidade e o grau de ameaça à língua, bem como as formas de socialização linguística na comunidade. Uma grande população de indivíduos que não falam a língua, mas cujos pais e/ou avós são falantes, aponta para uma crise profunda na sua transmissão. Para todos os tipos de não falantes, é importante identificar que língua eles usam

no seu dia a dia, uma vez que vivem dentro do território de uma comunidade linguística – mesmo não falando a língua de referência de sua comunidade.

Identificar, quando possível, o grau e a dimensão de conhecimento e usos que esses falantes possuem da língua de referência também é importante. Por isso, as poucas palavras que eles saibam ou as poucas expressões memorizadas podem ser, por exemplo, um indicativo da relevância cultural dessas palavras e expressões. É ainda possível fazer uma distinção no universo dos não falantes com relação à forma de identificação com a língua de referência. Isso será discutido na seção seguinte.

A dimensão simbólica, que está na base da noção de "identificar-se" com a língua, suscita a proposição das categorias *Falantes de Referência* e *Falantes Potenciais*. Não existe relação de obrigatoriedade entre "identificar-se" e proficiência, embora "saber" a língua seja uma dimensão importante para a caracterização dos falantes de referência.

FALANTES DE REFERÊNCIA são, em geral, identificados entre os falantes fluentes, mas, em casos especiais, podem ser identificados entre os falantes parciais. Idealmente, deve-se produzir uma caracterização dessas pessoas nos inventários. O denominador comum aos falantes de referência é simples: são pessoas tidas como referência dentro das comunidades por terem um conhecimento linguístico-cultural destacado dos demais indivíduos e por desempenharem uma função social de destaque, em decorrência de seu conhecimento linguístico-cultural e/ou de sua atuação na valorização e promoção da língua e da cultura na comunidade.

Entre os falantes fluentes, os de referência, em geral, destacam-se por serem reconhecidos como bons oradores, bons escritores, bons contadores de histórias, bons sabedores da história e cultura de seu grupo, ou até mesmo falantes de uma variedade da língua considerada pelas pessoas de sua comunidade como a mais pura, a mais conservadora, a ideal. Esse tipo de falante é, sobretudo, de grande relevância para ações de salvaguarda linguística. É comum que falantes de referência também acumulem outros tipos de referência sociocultural dentro de sua comunidade, como líderes políticos, religiosos, sabedores, pajés, professores, entre outros.

Quando existem poucos falantes de determinada língua, todos eles tendem a ser considerados como falantes de referência, devido a seu valor para a memória e eventual transmissão da língua. No entanto, nesses casos, ou em casos em que não há mais falantes vivos para uma língua, é fundamental buscar falantes de referência entre os falantes parciais, ou seja, aquelas pessoas que detenham um conhecimento linguístico-cultural melhor qualificado do que os demais indivíduos, mas, principalmente, são também as pessoas que são grandes animadores de movimentos locais para a promoção e valorização da língua e da cultura da comunidade. Dessa forma temos uma distinção entre falante de referência que são falantes fluentes e aqueles que são falantes parciais.

FALANTES POTENCIAIS são pessoas que não falam a língua fluentemente, mas que, potencialmente, poderiam se tornar falantes fluentes em decorrência de movimentos pela retomada da transmissão da língua em sua comunidade. Estão nessa categoria os falantes parciais, mas também certos "não falantes", que, apesar de não falarem a língua, consideram-na como uma referência cultural para sua identidade dentro da comunidade de referência. A relevância dos falantes potenciais para a salvaguarda das línguas é bem documentada na literatura especializada (cf. HINTON, 2012 apud GRINEVALD; BERT, 2012).

4.3.3 TERRITÓRIO

A delimitação territorial é uma operação fundamental no processo de inventário de uma língua, sobretudo devido à sua profunda relação com o conceito de comunidade linguística e de referência. Nesse sentido, propomos quatro níveis de delimitação territorial:

- ***LOCALIDADE DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA*** – todo lugar onde há falantes ou falantes potenciais da língua de referência no território nacional e fora dele.
- ***ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA*** – porção territorial que representa a área total compreendida pelo projeto de pesquisa.
- ***ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA*** – porção territorial que corresponde à comunidade de referência da língua.
- ***ÁREA FOCAL DA PESQUISA*** – porção territorial que representa uma delimitação específica dentro da área abrangência da pesquisa, selecionada como forma de aprofundar alguma dimensão necessária do processo de pesquisa e mobilização social, a partir de critérios variados.

Toda língua deve ser identificada com base numa comunidade linguística que, por sua vez, deve estar localizada num território. O inventário deverá dar conta, sempre que possível, do território da comunidade linguística a partir da identificação de um conjunto de ***LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA*****.** Por exemplo, se temos notícia de cerca de cento e cinquenta localidades onde se fala a língua Kaingáng, a extensão da comunidade linguística Kaingáng pode ser delimitada pelo polígono constituído por todas essas localidades.

As localidades de ocorrência correspondem, em termos cartográficos, a quaisquer pontos no mapa que indiquem a presença de falantes e falantes potenciais de uma língua. Elas podem corresponder à área de um município ou de um bairro, de uma terra indígena ou de aldeias dentro dela, de uma vila ou de domicílios dentro de uma vila, entre outros. Os pesquisadores são estimulados a prover informações sobre a comunidade linguística como um todo, mesmo que sua área de abrangência da pesquisa não abarque todas as localidades onde há membros da comunidade linguística.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA é a delimitação espacial do projeto de inventário, que pode ter extensão variada, de acordo com o objeto de pesquisa. Esta é uma categoria ampla, em relação a qual todas as outras se estruturam. A área de abrangência da pesquisa pode incluir ou não todas as localidades de ocorrência de uma língua, a depender do recorte territorial do inventário, da extensão geográfica e do tamanho populacional da língua. Línguas com grande extensão territorial, por exemplo, podem ter apenas algumas localidades incluídas na área de abrangência da pesquisa.

Cada inventário deve identificar uma comunidade de referência para cada língua inventariada; essa definição se traduz territorialmente pelo que denominamos de ***ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA***. Essa noção compreende todas as localidades que os inventários identificaram como parte do território da comunidade de referência de uma língua. Em alguns casos, essa área pode ser coincidente com a área de abrangência da pesquisa. Em outros, ela é uma especificação desta última, o que ocorre geralmente com línguas de grande população de falantes, quando é necessário proceder recorte populacional representativo da língua para a realização do inventário, principalmente, em inventários regionais.

A ***ÁREA FOCAL DA PESQUISA*** é um recorte opcional de cada inventário. Será sempre uma especificação dentro da área de abrangência da pesquisa, tendo em vista o aprofundamento de alguma dimensão da identificação, diagnóstico e documentação da língua ou de uma situação/problemática relacionada a contextos de multilinguismo. Por exemplo, suponhamos que, na área de abrangência de pesquisa de um inventário, haja três núcleos urbanos onde será realizado um censo linguístico. Esse três centros podem constituir uma área focal da pesquisa. Esse conceito pode ser utilizado tanto para inventários individuais quanto para inventários regionais e não precisa estar relacionado a uma língua em particular.

Para inventários com comunidades mais homogêneas, com número reduzido de falantes, a área de abrangência da pesquisa e a área da comunidade de referência podem ser iguais à área de todas as localidades de ocorrência da língua. Por exemplo, se uma língua é falada apenas em cinco localidades foi possível pesquisar e mobilizar as pessoas dessas localidades, a área de abrangência da pesquisa, a área da comunidade de referência e as localidades de ocorrência da língua são coextensivas, ou seja, espacialmente iguais. Isso corresponde ao CENÁRIO 1 descrito na Seção 4.3.4.

Para outros tipos de inventários, com grande população e distribuição territorial, e com grupos sociais mais heterogêneos e multilíngues, poderá ser necessário fazer um recorte da distribuição espacial da língua. Assim, a área de abrangência da pesquisa poderá ser menor do que a área compreendida por todas as localidades de ocorrência da língua. Por exemplo, se uma língua é falada em dez municípios e o inventário se limitou apenas a quatro municípios, a área de abrangência da pesquisa será aquela dos quatro municípios. Nesse caso, a área de abrangência

da pesquisa e a área da comunidade de referência serão, em tese, coincidentes, mas menores do que a área que abrange todas as localidades de ocorrência da língua. Isso corresponde ao CENÁRIO 2 descrito na Seção 4.3.4.

Dependendo do tamanho da área de abrangência da pesquisa, entretanto, poderá ser necessário propor um recorte geográfico ainda menor, para que o trabalho de pesquisa e mobilização social possam ser mais consistentes. Nesse caso, a área da comunidade de referência é menor que área de abrangência da pesquisa. Por exemplo, suponhamos que um inventário da língua Kaingáng tenha identificado 150 localidades de ocorrência da língua. Dessas, o inventário delimita 70 localidades como a área de abrangência da pesquisa, na qual serão realizadas apenas pesquisas e levantamentos preliminares, geralmente com dados secundários. Como esse número de localidades ainda é ainda muito extenso, o inventário pode delimitar a área ainda menor, abrangendo 20 localidades de ocorrência da língua, para aprofundamento da caracterização e diagnóstico da língua. Essas 20 localidades corresponderão à área da comunidade de referência. Ver CENÁRIO 3 descrito na Seção 4.3.4.

A delimitação de uma área da comunidade de referência menor do que a área de abrangência pode, entretanto, responder a outras necessidades. Utilizando o mesmo exemplo, podemos considerar a possibilidade de parte da população de falantes não querer participar do inventário. Suponhamos que tenham sido realizadas ações de mobilização preliminar, com a apresentação do projeto de inventário nas 70 localidades que compõem a área de abrangência da pesquisa. Nesse processo, a população de 15 localidades decidiu que não desejaria ter a sua língua documentada e, muito menos, encaminhada para o reconhecimento. Nesse caso, a área da comunidade de referência corresponderia ao território das outras 55 localidades que, efetivamente, participaram do desenvolvimento da pesquisa.

Embora a delimitação da porção territorial a que se refere cada uma dessas categorias se dê ao longo de todo o processo de pesquisa, o inventário deve partir sempre de uma proposta preliminar de recorte territorial, construída com base nos conhecimentos já disponíveis – em fontes secundárias ou coletadas em visitas preliminares ao campo, por exemplo. Esta, entretanto, deverá ser aprofundada, complementada, revista na medida em que a pesquisa de campo acontece e se ampliam os conhecimentos acerca da comunidade de referência e da situação da língua. É para isso que usamos os conceitos de área da comunidade de referência e área focal da pesquisa, ou seja, para permitir uma especificação territorial e sociolinguística da pesquisa de modo mais dinâmico e fiel às necessidades do campo.

4.3.4 *SÍNTESE E ILUSTRAÇÕES*

Podemos observar os conceitos estruturantes do INDL no quadro abaixo: um conceito referente à língua; dois, à comunidade; e quatro, ao território. Aqueles da primeira linha decorrem da existência concreta da própria língua, ou seja, da presença de pessoas que falam ou se identificam com ela. Na segunda linha, conceitos que são definidos em função da pesquisa, no processo de construção do objeto, que envolve olhares dos pesquisadores e também dos falantes participantes do inventário.

LÍNGUA	COMUNIDADE	TERRITÓRIO
Língua de referência	Comunidade linguística	Localidades de ocorrência da língua
	Comunidade de referência	Área de abrangência da pesquisa Área da comunidade de referência Área focal da pesquisa (opcional)

Esses conceitos estão relacionados entre si e são interdependentes. A definição de cada um deles no âmbito de um inventário é feita a partir de um conjunto de relações possíveis. No que se refere especificamente à língua de referência, temos:

- a identificação de uma língua de referência só é possível a partir de uma COMUNIDADE LINGUÍSTICA, ou seja, da existência de pessoas que falam ou que se identificam com a língua;
- a representação espacial da COMUNIDADE LINGUÍSTICA deve ser feita com base nas localidades de ocorrência da língua.

Para os ***INVENTÁRIOS DE UMA ÚNICA LÍNGUA DE REFERÊNCIA***, a correlação entre os conceitos estruturantes é a seguinte:

- todo inventário deve definir a área de abrangência da pesquisa a partir das localidades de ocorrência da língua;
- para toda área de abrangência da pesquisa é necessário delimitar uma área da comunidade de referência (que pode ser igual ou menor àquela);
- opcionalmente, os inventários podem propor áreas focais de pesquisa, visando atender a necessidades específicas de identificação e documentação da língua.

Para os ***INVENTÁRIOS REGIONAIS***, a correlação entre os conceitos estruturantes é a seguinte:

- a área total da região selecionada para a realização do inventário corresponde à área de abrangência de pesquisa;
- a área de abrangência da pesquisa engloba mais de uma língua de referência.

Para cada ***LÍNGUA DE REFERÊNCIA*** presente nessa região deverão ser definidas:

- a extensão territorial da COMUNIDADE LINGUÍSTICA de cada língua (ou seja, as localidades de ocorrência de falantes e falantes potencias de cada língua);
- a COMUNIDADE DE REFERÊNCIA de cada língua (junto com as áreas dessas comunidades de referência).

Nesses inventários também poderá haver áreas focais da pesquisa, associadas diretamente a uma língua em identificação ou à investigação de contextos específicos da região ou de situações de multilinguismo.

Já os conceitos que dependem do olhar construído pela pesquisa são definidos de modo particular para cada inventário. Por isso, Língua de Referência, Comunidade de Referência e Área de Abrangência da Pesquisa são conceitos estratégicos para o processo de inclusão da língua no INDL, pois eles permitem delimitar que língua vai ser reconhecida, qual é a população para a qual ela é referência – população esta que participou do inventário e que efetivamente solicita essa inclusão – e, ainda, onde se encontra localizada essa comunidade.

A seguir ilustramos a inter-relação entre os principais conceitos com base em alguns cenários possíveis de serem encontrados em campo. Em todos os casos, trabalhamos com as seguintes legendas:

LOCALIDADE DE OCORRÊNCIA DE UMA LÍNGUA		"esfera"
ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA		"linha pontilhada"
ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA		"linha contínua"

Vale destacar que estamos representando as áreas como território contínuo por razões puramente ilustrativas, pois uma área pode ser definida por um conjunto de pontos (locais) não necessariamente contínuos no espaço.



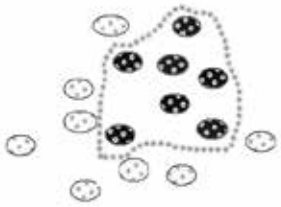
CENÁRIO 1

Inventário com uma única língua de referência

A área de abrangência da pesquisa engloba todas as localidades de ocorrência da língua.

Neste caso, a comunidade de referência e a comunidade linguística são iguais.

Logo, a área de abrangência de pesquisa coincide com a área da comunidade de referência.



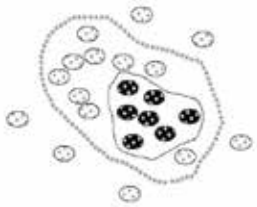
CENÁRIO 2

Inventário com uma única língua de referência

A área de abrangência da pesquisa é menor do que a extensão das localidades de ocorrência da língua.

Neste caso, a comunidade de referência corresponde a todas as localidades dentro da área de abrangência da pesquisa (destacadas pelos círculos pretos).

Logo, a área de abrangência da pesquisa coincide com a área da comunidade de referência.

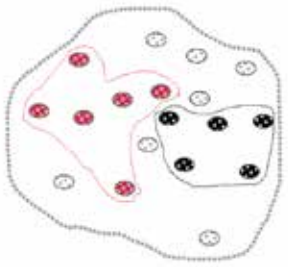


CENÁRIO 3

Inventário com uma única língua de referência

A área de abrangência da pesquisa é menor do que a extensão das localidades de ocorrência da língua.

Depois de realização de pesquisa preliminar na área de abrangência de pesquisa, torna-se necessário especificar uma área da comunidade de referência menor do que a área de abrangência da pesquisa.

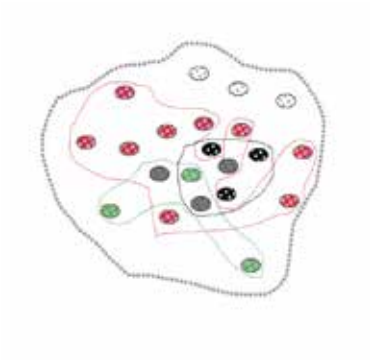


CENÁRIO 4

Inventário regional envolvendo duas línguas

A área de abrangência da pesquisa contém duas áreas da comunidade de referência, uma para cada língua (em preto e vermelho).

Há ainda certos locais que o inventário não identificou como área da comunidade de referência de nenhuma delas (em branco), apesar de poder haver falantes dessas línguas nessas localidades.



CENÁRIO 5

Inventário regional envolvendo três línguas

A área de abrangência da pesquisa contêm três áreas da comunidade de referência, uma para cada língua (em preto, vermelho e verde).

Existem certos locais dentro da área de abrangência da pesquisa em que todas as línguas ocorrem, mas que a pesquisa não identificou como áreas de comunidades de referência de nenhuma língua (em branco).

Finalmente, há ainda certos locais que foram identificados como parte da área da comunidade de referência de mais de uma língua, de modo que nesses locais há sobreposição das áreas (em cinza).

A ***ÁREA FOCAL DA PESQUISA*** não foi representada nos cenários acima, pois ela não assume uma relação direta com a comunidade linguística. Ela é uma possibilidade de recorte metodológico para a produção de conhecimentos e mobilização social para a abordagem de alguma questão específica. Alguns exemplos possíveis de sua aplicação são os seguintes:

EXEMPLO 1: tomando como base o inventário do CENÁRIO 1 acima, digamos que haja em apenas duas localidades escola de ensino básico. Suponhamos, então, que foram selecionadas essas duas localidades onde haja escolas para realizar um diagnóstico aprofundado sobre questões relacionadas ao ensino da língua, à formações de professores e à pesquisa sobre alfabetização, escrita e leitura.

EXEMPLO 2: tomando como base o inventário do CENÁRIO 2, digamos que somente em três localidades existam pessoas que, de fato, dominam certos usos linguísticos especiais da língua (p.ex. cantos antigos e diálogos cerimoniais). Para realizar a documentação dos usos especiais da língua, optou-se por criar uma área focal somente para este propósito, abrangendo as três localidades onde HÁ FALANTES QUE DOMINAM ESSE TIPO DE USO LINGUÍSTICO.

EXEMPLO 3: tomando como base o inventário do CENÁRIO 5, suponhamos que as localidades em cinza sejam de especial relevância para se investigar situações mais complexas de multi e plurilinguismo, tais como "qual língua é mais dominante em situações onde há falantes que dominam as três línguas?". Nesse caso, essas três localidades em cinza constituem uma área focal para o aprofundamento das questões relativas ao multilinguismo e ao plurilinguismo.

SEÇÃO 5

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O INVENTÁRIO

A produção de conhecimento e documentação proposta por este Guia tem como pressuposto pensar língua, simultaneamente, como objeto de políticas públicas e objeto do campo do patrimônio cultural, em particular, do patrimônio imaterial. Nesse sentido, ele apresenta um conjunto de temas que visam atender aos requisitos necessários para a inclusão de línguas no INDL e, ao mesmo tempo, oferecer orientações em relação à produção e sistematização desses conhecimentos, considerando esses mesmos pressupostos.

Não cabe a este Guia, portanto, eleger uma metodologia específica de produção de conhecimento, nem tampouco definir um conjunto de técnicas de coleta de dados que sejam definitivas. Desse modo, é atribuída à equipe de pesquisa autonomia para definir esses aspectos, de acordo com o objeto do inventário e as possibilidades concretas de realização da pesquisa. Ela deve, entretanto, considerar a natureza específica do conhecimento a ser produzido, tendo em vista sua inserção nos dois campos descritos acima.

5.1 Delimitação territorial e demográfica da pesquisa

Como mencionado no Capítulo 4, a construção das categorias referentes a território e população de um inventário se dá de forma processual e dinâmica, ao longo da pesquisa. Para o início de um projeto, entretanto, é necessário estabelecer uma definição preliminar dessas categorias como ponto de partida. Esse processo é distinto para inventários de uma única língua e inventários regionais. Apresentamos, abaixo, os principais procedimentos para essa definição.

NOS INVENTÁRIOS DE UMA ÚNICA LÍNGUA:

- Identificam-se preliminarmente, as **localidades de ocorrência** da língua com base em conhecimentos prévios e fontes secundárias de informação (essas informações poderão ser checadas e revistas em campo).
- Faz-se uma seleção desses locais, propondo a **área de abrangência da pesquisa**.
- Identifica-se a **comunidade de referência** potencial entre os locais dentro da área de abrangência da pesquisa (o que poderá coincidir ou ser menor que a área de abrangência da pesquisa).
- Opcionalmente, pode-se ainda propor **áreas focais da pesquisa**, quando houver necessidade de aprofundamento de algum tema ou questão.

NOS INVENTÁRIOS REGIONAIS:

- Define-se, inicialmente, a **área de abrangência da pesquisa** com base numa região que abarque mais de uma língua de referência.
- Identificam-se as **localidades de ocorrência** dessas línguas dentro da área de abrangência da pesquisa.
- Dentro dessa área, identifica-se a **comunidade de referência** e seu território (cf. área da comunidade de referência) para cada língua.
- Opcionalmente, é possível propor **áreas focais da pesquisa**, quando houver necessidade de aprofundamento de algum tema ou questão relacionado tanto a uma das línguas ou a situações que são transversais a mais de uma língua.

5.2 Equipes

Com base na experiência acumulada por meio de projetos-piloto, apresentamos algumas sugestões de composição de equipes para a pesquisa. Do ponto de vista da composição, é importante que a equipe de pesquisa seja constituída por especialistas e membros da comunidade de falantes. A quantidade de uns e de outros depende de muitos fatores, desde características da própria comunidade até as variáveis concretas de execução do projeto, como recurso financeiro e tempo. Recomenda-se, entretanto, que sejam incluídos, pesquisadores da própria comunidade linguística.

Em relação às especializações, o ideal é que a equipe seja multidisciplinar, com profissionais de diferentes áreas. É imprescindível que componham a equipe um linguista e um profissional de ciências sociais, com experiência em trabalho de campo e, preferencialmente, também em pesquisa participativa. No que se refere aos profissionais da área da linguística, é importante que eles possuam experiência em sociolinguística, geolinguística, dialetologia e/ou linguística aplicada em

comunidades falantes de línguas minoritárias, bem como em documentação linguística. Do ponto de vista dos profissionais em ciências humanas, que sejam, preferencialmente, antropólogos, historiadores ou cientistas sociais.

A composição das equipes, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, varia de acordo com a abrangência do projeto e das características específicas do objeto de pesquisa. Recomenda-se, entretanto, que ela seja adequada às características da pesquisa, considerando seu escopo, complexidade dos conhecimentos a serem produzidos e atividades previstas para documentação e mobilização social.

A EQUIPE MÍNIMA POSSÍVEL SERIA, PORTANTO, COMPOSTA DE:

- pessoa(s) da comunidade de falantes da língua;
- um(a) coordenador(a) responsável pelo projeto, com experiência em trabalho de campo;
- um(a) linguista.

Embora o ideal seja que a equipe trabalhe sempre em conjunto, em alguns casos pode ser necessário dividir as atividades ou mesmo contratar profissionais em diferentes etapas do projeto. Para a **documentação de usos da língua**, pode-se optar por ter uma equipe permanente no projeto unicamente dedicada às atividades de documentação, ou contratar serviços de empresas profissionais do campo audiovisual, por exemplo. Por outro lado, um **linguista** pode ser membro efetivo ou consultor dessa equipe, participando de apenas algumas etapas do projeto. O mesmo vale para a gestão financeira e para os pesquisadores de outras especialidades.

No caso de equipes constituídas dessa forma, o trabalho de coordenação geral da pesquisa assim como aquele das equipes em campo devem ser intensos e cuidadosos, pois será necessário articular o tempo e a produção das diferentes equipes e profissionais para garantir a coerência dos resultados. É importante, nesse sentido, considerar os diferentes papéis que estruturam uma equipe de pesquisa. Mesmo que a sugestão de estrutura mínima seja a de coordenador e pesquisadores, quando a abrangência do inventário é muito grande ou quando ele envolve situações ou grupos sociais muito heterogêneos, é fundamental pensar em outras estruturas, mais complexas, como, por exemplo, aquelas que contemplam coordenador de pesquisa, coordenador de campo e, ainda, supervisor de pesquisa.

A participação de **membros da comunidade** de falantes na elaboração, execução e/ou gestão dos inventários geralmente pressupõe estratégias para sua formação e capacitação como pesquisadores. Nesse sentido, é extremamente oportuno contar com membros da comunidade linguística que são, ao mesmo tempo, especialistas ou estudantes da área de Letras ou de Ciências Sociais. Estes configuram um tipo privilegiado de participante da pesquisa, pois são os que, ao conjugar identidade na língua e formação acadêmica, podem futuramente contribuir de maneira substancial na gestão da(s) língua(s) de suas comunidades de origem.

No que se refere aos papéis desempenhados por membros de comunidades, podemos apontar algumas possibilidades:

- coordenador e/ou coordenador de campo;
- pesquisador;
- articulador;
- documentarista;
- consultor – tanto com relação a aspectos da produção de conhecimentos sobre a realidade linguístico-cultural e histórica do grupo social, quanto com relação a aspectos de apoio logístico, técnico e de mobilização social para a realização dos inventários.

Cabe ainda mencionar que a gestão de alguns projetos de inventário pressupõe uma estrutura mínima de outros profissionais, como especialistas administrativos destinados a promover as condições operacionais para a realização da pesquisa, nas suas diferentes instâncias. Esses profissionais são particularmente relevantes para inventários regionais e para aqueles que contemplam grandes populações ou grandes extensões territoriais.

5.3 Etapas

No trabalho de pesquisa, os inventários são divididos em três etapas principais:

ETAPA INICIAL	Planejamento da pesquisa, construção do objeto e definições iniciais dos conceitos de território e população. Elaboração de plano de trabalho. Formação das equipes e capacitação. Preparação de metodologia e de instrumentos de pesquisa. Mobilização inicial das comunidades de falantes. Registro da anuência ao inventário. Levantamento e qualificação de dados secundários.
ETAPA DE DESENVOLVIMENTO	Pesquisa em campo. Aplicação dos instrumentos de pesquisa: realização de entrevistas, reuniões, questionários, entre outros. Documentação audiovisual.
ETAPA DE CONCLUSÃO	Sistematização das informações. Reuniões de validação dos dados com as comunidades. Coleta/produção da anuência quanto à inclusão da língua no INDL. Finalização dos produtos. Elaboração das publicações. Ações devolutivas para a(s) comunidade(s). Promoção e divulgação dos resultados.

O fato de essas etapas estarem ordenadas em sequência não representa uma disposição rígida em termos cronológicos. Pelo contrário, espera-se que as atividades de preenchimento dos formulários e a produção e organização do acervo digital sejam estruturantes do processo de pesquisa. Em inventários de grande abrangência recomenda-se não deixar para a etapa final a realização de tais atividades, pois o acúmulo de dados e a distância temporal entre a coleta e a sua sistematização podem comprometer a qualidade dos resultados, além de sobrecarregar a equipe. É importante, ainda, que todas as etapas do inventário, sobretudo as relativas à mobilização social, sejam documentadas por meio audiovisual e constem no relatório de pesquisa.

Embora essas orientações sejam restritas à parte técnica do projeto de inventário, vale lembrar que a execução de projetos por meio de editais e outras formas de financiamento possui fluxos de gestão administrativa e financeira que precisam ser levados em conta para que o resultado final não seja comprometido.

A seguir, comentamos cada uma das etapas com maiores detalhes.

ETAPA INICIAL

A etapa inicial deve ter, em média, a duração de um quarto do tempo total do projeto de inventário. Sua função básica é a de organizar equipes e comunidades com relação a um **plano de trabalho** para a execução do inventário. Para isso, espera-se que as seguintes atividades ocorram nessa etapa:

- levantamento aprofundado de fontes secundárias de informação;
- definição das metodologias de pesquisa e construção dos instrumentos que possibilitarão o levantamento das informações necessárias;
- definição do escopo da pesquisa e da documentação com relação a:

  cobertura geodemográfica da comunidade de falantes;

  tipos de dados que serão produzidos em pesquisa de campo, os dados secundários que deverão ser atualizados e os demais dados secundários que serão utilizados;
- definição do cronograma de atividades e do plano de logística;
- definição inicial das categorias *território* e *população*.

Com relação à mobilização social, destacamos os seguintes pontos da etapa inicial:

- ampla divulgação da realização dos inventários na comunidade linguística;
- realização de reuniões para discussão do inventário e das possibilidades de metodologias e instrumentos para o trabalho de campo;
- esclarecimento sobre o processo de reconhecimento;
- anuência para elaboração do inventário.

Recomenda-se que aquilo que for definido na etapa inicial conste em um **plano de trabalho** acessível e seja divulgado na comunidade de falantes, bem como entre as organizações e instituições envolvidas, como instrumento de transparência e acompanhamento da execução dos inventários.

A etapa inicial deve servir também para o planejamento de instrumentos e técnicas de pesquisa para minimizar erros e garantir que o levantamento tenha a eficácia esperada. Sugere-se que, nesta etapa, a equipe retome cuidadosamente os objetivos da pesquisa e identifique quais elementos do roteiro temático poderão ser investigados por meio dos diferentes instrumentos. Por exemplo, as distintas denominações da língua de referência podem ser contempladas em uma questão do levantamento demográfico, em entrevistas com pessoas-chave ou ainda em levantamentos bibliográficos. É o conhecimento da realidade da comunidade linguística que possibilita à equipe decidir quanto ao procedimento de investigação mais adequado e, assim, delinear a pesquisa, planejar as investigações, delimitando, inclusive, aquilo que será necessário aprofundar em campo ou a partir de fontes secundárias.

O planejamento de cada instrumento e/ou técnica a ser utilizado deve levar em conta os **dados a mensurar**, o **público-alvo da investigação** e as **possibilidades de coleta**. Listamos, abaixo, algumas perguntas que podem orientar o início do planejamento de técnicas e instrumentos de pesquisa.

- O inventário trabalhará com a comunidade linguística como um todo ou será necessário compor amostras?
- Com base nos diversos tipos de informações demandadas para compor um inventário linguístico e conhecendo o contexto e a realidade da comunidade, quais técnicas e procedimentos serão mais adequados para a geração de cada um dos tipos de informações?
- A equipe contará com pesquisadores em campo? Como estes foram capacitados? São pesquisadores pertencentes à comunidade linguística ou falantes da língua de referência? Caso não sejam, haverá pesquisadores ou intérpretes da comunidade acompanhando o trabalho?

Ainda nessa etapa, é importante que os pesquisadores já estejam familiarizados com todos os instrumentos para esse tipo de produção de dados. Aliás, o melhor é que esses pesquisadores tenham participado da elaboração desses instrumentos. Caso não seja possível, sugerimos que sejam realizadas oficinas de formação para a utilização dos instrumentos.

ETAPA DE DESENVOLVIMENTO

A segunda etapa se refere aos levantamentos sociolinguísticos em campo e à documentação de usos da língua. No entanto, não há uma separação rígida entre a pri-

meira e a segunda etapa, pois é possível que, na etapa de levantamento preliminar, as equipes já comecem a executar a pesquisa e a documentação.

Pesquisa e documentação de usos da língua são dimensões diferentes do processo de inventário, mas interdependentes. Durante o inventário, sempre que possível, elas devem caminhar juntas. Isso não quer dizer que tudo o que for pesquisado precise ser documentado. Em termos de cobertura geodemográfica e utilização de dados secundários ou primários, por exemplo, a pesquisa geralmente é mais abrangente do que o escopo da documentação de usos da língua. Se a pesquisa visitou 15 localidades onde se fala a língua, não é necessário que a documentação de usos da língua seja feita para cada uma dessas localidades.

Com relação aos processos de mobilização social, destacamos as seguintes ações referentes à segunda etapa dos inventários:

- formação de pesquisadores da comunidade;
- engajamento da comunidade linguística nos processos de trabalho dos inventários, sobretudo na realização das tarefas de campo e no acompanhamento do desenvolvimento da pesquisa.

ETAPA DE CONCLUSÃO

Essa é a etapa de sistematização dos resultados das pesquisas, produção escrita e conclusão da confecção dos produtos finais dos inventários, bem como de encerramento do projeto junto à comunidade de falantes e às organizações e instituições envolvidas. Espera-se que sejam realizadas nessa etapa as ações descritas abaixo.

- Preenchimento final dos formulários.
- Finalização dos relatórios.
- Finalização do acervo digital.
- Organização dos documentos de autorização/anuência.
- Elaboração das publicações, quando previstas.
- Finalização dos procedimentos administrativos.

Nessa etapa de finalização, sugerimos que a equipe executora do inventário possa realizar reuniões e discutir conjuntamente os resultados, as interpretações e a produção final do material com toda a equipe que integrou a pesquisa. Como muitas vezes é necessário o trabalho de diversos pesquisadores num mesmo projeto e a consequente divisão de tarefas, há a necessidade desses encontros para a consolidação das informações levantadas, sobretudo com a participação de membros da comunidade linguística.

Outro processo de trabalho que pode se evidenciar durante a finalização dos inventários é a tradução de materiais de/para as línguas de referência. Essa etapa de transcrições e traduções na/para a língua de referência exige acompanhamento e, de preferência, experiência de tradução por aqueles que irão realizá-las.

Outro ponto que merece destaque é o cuidado necessário com a organização dos materiais bibliográficos, arquivos audiovisuais, fotográficos, entre outros, pois todos devem contar com metadados e informações contextuais sobre a coleta. Na SEÇÃO 6 deste Guia, há sugestões para a organização dos dados digitais gerados pelos inventários.

Tendo consolidado os resultados e interpretações, também é necessário realizar reuniões para apresentar as informações e discuti-las com a comunidade linguística. Essa atividade é muito importante para que a comunidade valide e se aproprie dos resultados e do próprio inventário, e possa promover ações relacionadas à promoção e/ou revitalização de sua língua. Cabe ressaltar que essa validação deve ser realizada antes da finalização dos relatórios e dos produtos, pois esse processo pode implicar mudanças consideráveis na divulgação dos resultados da pesquisa.

Com relação aos processos de mobilização social, destacamos abaixo os pontos referentes à etapa final.

- Validação da comunidade sobre os resultados apresentados.
- Construção e registro da **anuência ao reconhecimento.**
- Promoção do debate acerca de outras ações futuras.
- Seminários para divulgar os resultados dos inventários, entrega do dossiê e demais produtos.

5.4 Considerações sobre os dados da pesquisa

5.4.1 DADOS PRIMÁRIOS E DADOS SECUNDÁRIOS

Os dados que servirão de fonte de informação para os inventários são de dois tipos:

- **dados primários**, produzidos em pesquisa de campo;
- **dados secundários**, a partir de diferentes fontes de informação.

Recomenda-se que, na pesquisa, as equipes busquem um equilíbrio entre os dois tipos de dados, sempre se pautando em rigor técnico e nos princípios de qualidade descritos a seguir.

- **Atualidade**: informações mais recentes sobre o estado da arte de uma língua.
- **Confiabilidade**: informações produzidas com o devido rigor metodológico que os temas necessitam.
- **Representatividade**: dados que representem a língua e a comunidade de falantes na sua complexidade, diversidade e originalidade linguística e sociocultural.

Em geral, **pesquisas de campo** que produzem dados primários são as fontes mais atuais e tendem a ser mais confiáveis e mais representativas da realidade da língua

e da comunidade de falantes, sobretudo se houve uma boa etapa inicial de levantamento de informações secundárias. Dados secundários, entretanto, podem ser tão ou mais representativos dessa realidade, dependendo do objeto e natureza da pesquisa que os gerou. Como os inventários têm uma perspectiva mais horizontal com relação à produção de conhecimentos, tocam em diferentes pontos para se construir um quadro da situação de uma língua. Por outro lado, pesquisas específicas tendem a ter uma perspectiva mais vertical, realizando aprofundamento em temáticas pontuais e importantes que nem sempre são contempladas pelo inventário. O mesmo vale para as línguas que já passaram por projetos de documentação linguística, os quais tendem a ter um escopo e objetivos diferentes do que é solicitado para o inventário.

Nesse sentido, considera-se a pesquisa com dados secundários complementar àquela de dados primários e não apenas subsídio para organização e planejamento da pesquisa do inventário. Em alguns casos, pesquisas e documentações linguísticas já realizadas podem ser incorporadas à proposta do INDL, com as complementações de campo necessárias e desenvolvimento das ações de mobilização.

A pesquisa em fontes secundárias, incluindo a pesquisa bibliográfica, deve acontecer durante todo o processo de um inventário, enquanto a pesquisa de campo possui um momento mais pontual (ou vários momentos, dependendo da realidade territorial e demográfica da comunidade linguística). A elaboração do próprio projeto, de sua metodologia, dos instrumentos e do plano de trabalho são subsidiados pelo trabalho de pesquisa documental, bibliográfica e por outras fontes secundárias. Salientamos esses aspectos para que não se subestime a importância desse tipo de pesquisa nos processos de inventários.

As orientações não são apenas para coletar dados secundários, mas também para qualificá-los e selecioná-los para que sejam feitos comentários sobre as principais fontes de informação acerca de uma língua. Muitas vezes as informações disponíveis em fontes secundárias sobre uma determinada língua ou comunidade linguística poderão estar desatualizadas ou parciais, necessitando de uma avaliação prévia para poderem servir de referência para os pesquisadores que atuarão em campo.

Recomenda-se, nesse sentido, que seja privilegiada a produção de dados primários para as questões com pouca ou nenhuma cobertura em dados secundários. Quando existem dados secundários sobre certas questões, é necessário qualificar as informações, atualizando-as, se necessário, buscando novas informações, ou mesmo contestando as informações de dados secundários. É importante que tudo isso esteja claro nos formulários, mas, sobretudo, nos relatórios, informando os tipos de dados e os procedimentos efetuados para sua coleta ou qualificação.

A pesquisa em dados secundários potencialmente levantará uma série de documentos sobre a língua e a comunidade linguística que oportunamente deverão fazer parte do acervo digital dos inventários. Esses documentos são de diversas naturezas, como fotografias, mapas, livros, folhetos, gravações em áudio e vídeo, documentos oficiais, fac-símiles de leis de oficialização, entre outros, e atendem

a diferentes itens dos campos temáticos propostos no inventário. Para integrar o acervo digital, esses documentos deverão ser digitalizados por meio de um escâner ou mesmo de fotografias digitais, a depender do seu estado de conservação, acesso e permissões de uso.

5.4.2 *ABRANGÊNCIA DOS DADOS*

Em virtude dos desafios que os distintos padrões de tamanho e dispersão populacional impõem, faz-se necessário que as equipes planejem com cuidado a abrangência da pesquisa. Em algumas situações a utilização de amostragens da comunidade linguística (em vez de cobertura global da população) se fará inevitável em função do tempo e dos custos correspondentes que seriam necessários para dar conta da totalidade da população da comunidade linguística.

Este Guia propõe uma classificação das línguas com base em seu tamanho populacional:

- Línguas com população pequena – entre 1 e 500 falantes.
- Línguas com população média – entre 501 e 2000 falantes.
- Línguas com população grande – com mais de 2000 falantes.

Além disso, as línguas variam de acordo com o padrão de distribuição geográfica de sua população de falantes:

CONCENTRADA EM UMA ÁREA GEOGRÁFICA: quando há uma relativa continuidade espacial entre os locais onde há falantes da língua (padrão também conhecido como *ilha linguística*).

DISPERSA EM ÁREAS GEOGRÁFICAS DESCONTÍNUAS: quando as localidades de ocorrência da língua estão dispersas no território, com possíveis interposições de outros grupos sociais (padrão também conhecido como *arquipélago linguístico*, envolvendo um conjunto de ilhas ou rede de comunidades dispersas).

Nos inventários que tratam de línguas de populações pequenas (até 500 falantes, embora esse contexto seja variável, sendo necessária uma avaliação caso a caso pelas equipes) e concentradas geograficamente, o ideal é trabalhar com a população global daquele grupo. Nesse caso, a área de pesquisa do inventário abrangeria todas as localidades de ocorrência da língua.

Para os inventários com línguas de maior população e dispersão geográfica, recomenda-se uma combinação de técnicas por amostragem e levantamento por população total. Por exemplo, em uma comunidade linguística de tamanho médio, com cerca de 1500 falantes, e concentrada geograficamente, o projeto poderá optar por levantar dados demográficos e linguísticos de toda a população, mas, com relação a informações educacionais e/ou sobre o ensino da língua,

por exemplo, poderá optar pela aplicação de questionários, entrevistas ou outro método com amostragens de professores e profissionais da educação escolar.

O uso mais extensivo de amostras ou subconjuntos da população total é recomendado para o caso de línguas com grande população e/ou muito dispersas geograficamente. As amostras precisam ser representativas porque, a partir delas, se aplica o raciocínio indutivo da inferência estatística para a população total, inclusive para compreender o grau de vitalidade de uma dada língua. Para definir uma amostra representativa, estudos probabilísticos costumam basear-se em fatores como amplitude do universo, nível de confiança estabelecido desses dados, erro máximo permitido (geralmente entre 3% e 5%) e percentagem com que as mesmas características são verificáveis no universo maior (cf. GIL, 1999).

Como exemplo do uso de amostras na pesquisa, mencionamos o Inventário da Língua Guarani Mbya, projeto-piloto para o INDL empreendido pelo IPOL, que definiu critério próprio para o estabelecimento de amostragem do levantamento sociolinguístico. Nesse projeto, foi realizada coleta proporcional ao número de moradores declarado pela liderança de cada comunidade (das 69 localidades Guarani Mbya), contemplando uma média de 20 questionários por aldeia:

Aldeias:

- com até 30 habitantes – 100% dos moradores entrevistados;
- de 31 a 50 habitantes – 50% dos moradores entrevistados;
- de 51 a 75 habitantes – 35% dos moradores entrevistados;
- de 76 a 100 habitantes – 25% dos moradores entrevistados;
- de 101 a 200 habitantes – 20% dos moradores entrevistados;
- acima de 200 habitantes – 10% dos moradores entrevistados.

Pautando-se nesses critérios, são muitas as possibilidades de definição para o tamanho das amostras e a equipe deverá levar em conta as possibilidades de **representatividade** e **confiabilidade** (em relação ao universo da comunidade linguística como um todo) para definir o melhor recorte. Como possibilidades a explorar, embora não nos atenhamos detidamente a cada um desses modelos aqui, destacamos que existem diferentes modelos de amostragem, como, por exemplo: amostragem aleatória simples; sistemática; estratificada; por conglomerados; por etapas; por acessibilidade; por tipicidade; por cotas. (cf. GIL, 1999, p. 93).

Dentre esses modelos, a amostragem aleatória simples, por exemplo, é um "procedimento básico que consiste em elementos selecionados aleatoriamente, através de tábuas de números aleatórios. Nem sempre é fácil, pois exige a atribuição de cada elemento a um número, e despreza conhecimentos prévios que porventura o pesquisador possa ter" (GIL, 1999, p. 93). A amostragem estratificada, por sua vez, consiste na obtenção de "amostras de cada subgrupo, que pode ser

proporcional, mantendo as características do grupo maior, ou não proporcional, para comparar os subgrupos" (GIL, 1999, p. 93).

Cada uma dessas possibilidades de amostragem, tanto das não probabilísticas quanto das probabilísticas (com escolha deliberada ou não dos elementos da amostra pelos pesquisadores), representa uma solução possível, adaptável a um contexto de pesquisa específico. O fundamental é que cada inventário linguístico, dentro das possibilidades de obtenção de informações, baseie-se nos critérios de quantidade e de qualidade para calcular o tamanho de sua(s) amostra(s), oferecendo significância estatística de seus dados.

5.4.3 *ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS*

A pesquisa proposta pelo Guia contém questões e técnicas de investigação que combinam diferentes aspectos de pesquisas objetivas e interpretativas. Diversas questões propostas pelo formulário e colocadas pela realidade sociolinguística a ser abordada requerem que dados quantitativos e qualitativos sejam integrados e comparados. Por isso, as pesquisas devem saber combinar a produção, a análise e a interpretação desses dados.

Em regra, o levantamento demográfico, os questionários individuais e certos elementos da pesquisa em fontes secundárias nos fornecem dados de natureza objetivo-quantitativa. Alguns desses dados requerem análise mais simples por se tratarem de uma única variável. Por exemplo, o "número de falantes de uma língua" é a soma de todos os indivíduos identificados como falantes da língua em questionários e levantamentos demográficos. No entanto, outros dados requerem um cruzamento de diferentes variáveis, como, por exemplo, a "taxa de transmissão da língua", em que idade e proficiência linguística devem estar correlacionadas.

Já os dados provenientes de entrevistas, reuniões e observação etnográfica são essencialmente de natureza interpretativo-qualitativa. São fontes de dados essenciais para responder a questões subjetivas à comunidade linguística, como sua história oral, atitudes sobre as línguas, entre outras. Por outro lado, a análise de dados interpretativo-qualitativos pode ser utilizada para responder a questões objetivas para as quais não há dados objetivos. Por exemplo, o item do formulário "grau de transmissão da língua" pode ser respondido de duas maneiras: de modo interpretativo, com base em evidências diversas, ou combinando-se uma análise objetiva da taxa de transmissão da língua com a interpretação de quem analisa.

Uma mesma questão pode ser abordada por diferentes técnicas. Vejamos, por exemplo, a seguinte questão do formulário "Qual língua é mais comumente aprendida como primeira língua?". Caso tenha sido realizada uma extensa pesquisa com questionários individuais, essa questão pode ser respondida com base em um dado estatístico, considerando a proporção de dados individuais. Por outro lado, ela pode ser igualmente respondida com base em entrevistas com pessoas chave da comunidade, a partir do que essas pessoas indicaram, ou mesmo a partir de

observações etnográficas, por exemplo. Da mesma forma, "proficiência linguística" pode ser investigada por meio de diferentes tipos de questionários individuais, como, por exemplo, questionários para estudantes, questionários para rádios e questionários por correio ou internet. A escolha por um método é decisão que cabe às equipes, respaldada pelo conhecimento da realidade em questão.

O ideal é que dados interpretativo-qualitativos sejam complementares a dados objetivo-quantitativos, visando a uma análise que ofereça uma interpretação complexa de diferentes fenômenos. Várias questões do formulário, contido no volume 2, requerem esse tipo de análise, a saber:

ITEM	MÓDULO
Síntese das características da área de abrangência da pesquisa.	pesquisa
Línguas em contato.	pesquisa
Percebe-se que a língua possa estar em maior ou menor risco em diferentes locais dentro de seu território?	território
Detalhamento sobre o território e os diferentes locais onde a língua é falada.	território
Língua e variedades.	língua
Contexto escolar. Identificar a situação atual das escolas.	língua
Caracterização da comunidade linguística.	comunidade
Quais são as línguas mais comuns que um indivíduo plurilíngue domina.	diagnóstico sociolinguístico
Grau de transmissão da língua.	diagnóstico sociolinguístico
Qual língua é mais frequentemente usada nas situações cotidianas na comunidade?	diagnóstico sociolinguístico
Dinâmica dos usos da língua de referência.	diagnóstico sociolinguístico
Atitudes linguísticas na comunidade.	diagnóstico sociolinguístico
Língua(s) de maior importância.	diagnóstico sociolinguístico
Vitalidade linguística.	diagnóstico sociolinguístico

5.5 Técnicas de pesquisa

Com relação aos métodos de pesquisa, o primeiro tópico se refere à abrangência e profundidade da produção de dados da pesquisa, tema que se relaciona com os tipos de questões colocadas pela equipe durante o processo de inventário. São três os tipos de questões principais para a pesquisa:

- **objetivas** (p.ex., "quantas línguas são faladas na comunidade linguística");
- **interpretativas** (p.ex., "quais são os principais fatores de ameaça à língua?");
- **deliberativas** (p.ex., "qual a denominação da língua a ser utilizada para o reconhecimento?").

Para responder a essas questões, sugerimos as seguintes possibilidades de técnicas de pesquisa:

- questionários individuais;
- entrevistas;
- observação etnográfica;
- reuniões.

A relação entre tipos de questões e técnicas de pesquisa pode ser entendida pelo quadro abaixo: (onde "+++" indica o maior grau de adequação de cada técnica ao tipo de questão de proposta e "+", o menor grau de adequação):

TIPOS DE QUESTÕES	TÉCNICAS DE PESQUISA			
	QUESTIONÁRIOS INDIVIDUAIS	ENTREVISTAS	REUNIÕES	OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA
objetivas	+++	++	++	+
interpretativas	+	+++	+++	+++
deliberativas	+	++	+++	+

A classificação dos níveis de adequação das técnicas e tipos de questões visa unicamente a fornecer às equipes subsídios para organizar suas pesquisas. No caso de não ser possível aplicar uma das técnicas, orientar quais outras técnicas seriam mais apropriadas. Não há apenas uma maneira de se produzir informações para as diferentes questões propostas no escopo temático do INDL e, por isso, não há uma definição de métodos rígidos e universais para todas as situações possíveis. Trabalha-se, entretanto, com a perspectiva de padronização e comparabilidade dos *resultados* das pesquisas, entendendo que a produção de conhecimentos pode ocorrer de forma mais flexível. Por essa razão, é muito importante que haja no relatório do inventário uma ampla discussão sobre a elaboração e aplicação dos métodos de pesquisa.

Enquanto certas técnicas de pesquisa são importantes para coletar informações diretamente com indivíduos, outras focam na comunidade, ou seja, em grupos sociais mais amplos em que o indivíduo deixa de ser uma variável primária.

A escolha das melhores técnicas de pesquisa deve variar conforme as características de cada inventário e dos enfoques da pesquisa. Uma diferença entre inventário básico e inventário amplo é que este último deve ser aplicado utilizando-se técnicas de pesquisa com indivíduos, sobretudo com ampla aplicação de questionários individuais, para poder responder de forma mais objetiva às questões sociolinguísticas propostas. Os inventários básicos podem ser desenvolvidos com uma pesquisa baseada mais em fontes secundárias e em técnicas de pesquisa com a comunidade. Nas seções abaixo explicaremos cada uma dessas técnicas de pesquisa.

5.5.1 TÉCNICAS DE PESQUISA COM INDIVÍDUOS

Não se pode fazer um inventário sem considerar os indivíduos como uma dimensão importante do processo. Um indivíduo nem sempre está atrelado somente a uma língua ou a uma comunidade linguística, pois ele pode ser bilíngue ou plurilíngue, e também participar do universo social de duas ou mais comunidades linguísticas – sobretudo em áreas culturais mais complexas. Por isso, é imprescindível um trabalho consistente de documentação das expressões linguísticas dos indivíduos, de modo que esses dados estejam disponíveis para inventários de outras línguas.

A pesquisa pode ser baseada em questionários ou entrevistas. No primeiro caso, os questionários podem ser aplicados para cada indivíduo ou por domicílio/família. Há de se destacar, nesse sentido, que existe um tipo mais completo de questionário, já tratado aqui: o de levantamento demográfico.

Tanto para as entrevistas quanto para os questionários, sugere-se uma técnica em três tempos (seguindo proposta desenvolvida por Harald Thun [*Dreischritt-methode*] e amplamente aplicada por Cléo Altenhofen, em suas pesquisas sobre línguas de imigração):

- **perguntar** (p.ex. “quais línguas você fala?” / “Como chama a sua língua?”);
- **insistir** (p.ex. “você fala outras línguas?” / “Há outros nomes para sua língua?”);
- **sugerir** (p.ex. “você fala Português?” / “Você chama sua língua de...?”).

Essa técnica possibilita um “diálogo aberto” com os falantes que, desta forma, se veem estimulados a exprimir comentários metalinguísticos (sobre língua), destacando aspectos da sua fala e da de outros. Comentários como “meu avô falava assim” e “na localidade X falam assim (ou diferente)” são comuns e ajudam a reconstruir o quadro histórico e social da língua. De modo geral, essa técnica

em três tempos costuma ser aplicada nas entrevistas com pluralidade de informantes, ou seja, em que mais de um falante é entrevistado ao mesmo tempo. Com isso, garante-se maior representatividade dos dados, além de captar um conjunto mais amplo de aspectos da língua, uma vez que os falantes entrevistados negociam entre si os significados de cada dado sobre a língua.

Antes de discutirmos as técnicas de pesquisa, vejamos um conjunto de variáveis sociolinguísticas que recomendamos para os inventários.

Algumas variáveis sociolinguísticas

Alguns indicadores demográficos são padronizados para todas as comunidades linguísticas, enquanto outros deverão ser escolhidos pelas equipes executoras dos inventários, de acordo com as particularidades da realidade sociolinguística em que trabalham. Há uma série de outros indicadores possíveis que as equipes podem definir como pertinentes a uma determinada comunidade linguística.

LÍNGUAS E VARIÁVEIS RELACIONADAS

Os questionários devem perguntar que língua(s) as pessoas falam. Essa pergunta é fundamental para se calcular o número de falantes das línguas e o multilinguismo na comunidade. No entanto, é importante que essa questão seja acompanhada, a depender do nível de aprofundamento do inventário (se básico ou amplo), das seguintes questões:

- Aferição da **proficiência** dos indivíduos no uso oral/gestual e escrito da(s) língua(s).
- A **aquisição** da língua, se foi como primeira ou segunda língua, por exemplo.
- Para indivíduos bilíngues ou multilíngues, saber qual a língua usada com maior **frequência** e quais os **contextos sociais** em que os indivíduos tendem a usar as diferentes línguas.
- Em qual língua se deu / se dá a alfabetização.
- As **atitudes** dos indivíduos para com as diferentes línguas em sua comunidade.

FAIXA ETÁRIA OU IDADE

Sugerimos cinco categorias geracionais para abarcar a variável idade: **criança, jovem, adulto I, adulto II e idoso**. As cinco categorias são um detalhamento do modelo de três gerações proposto como temporalidade básica para o reconhecimento das línguas pelo INDL e usado em pesquisas sociolinguísticas: 1ª geração 0-25 anos, 2ªgeração 26-50 anos e 3ª geração + 50 anos. Optamos por fazer um detalhamento na 1ª geração, reconhecendo duas fases: **criança** e **jovem**. A 2ª geração foi também desmembrada em duas, **adulto I** e **adulto II**, avançando sobre a 3ª geração, que agora se limita a indivíduos **idosos**. Um maior detalhamento das gerações favorece uma amostragem mais matizada da variação sociolinguística

nas gerações mais jovens, o que é fundamental para a pesquisa sobre a situação de vitalidade das línguas.

A especificação das cinco categorias pode seguir uma lógica numérica ou sociocultural. Como lógica numérica, listamos as faixas etárias recomendadas para a pesquisa.

Informação numérica	faixas etárias do INDL
0-12 anos	criança
13-25 anos	jovem
26-40 anos	adulto I
41-60 anos	adulto II
+60 anos	idoso

Como lógica não numérica, o padrão são os fenômenos socioculturais próprios de uma comunidade linguística. Deve ser usada sempre que a idade numérica dos indivíduos não seja precisa. O quadro abaixo ilustra essa possibilidade:

Informação sociocultural	faixas etárias do INDL
até a puberdade	criança
após a puberdade	jovem
após se casar	adulto I
após o primeiro filho se casar	adulto II
pessoa com netos (ou bisnetos)	idoso

ASCENDÊNCIA

Os levantamentos demográficos por indivíduos devem produzir informações para, no mínimo, três gerações. Idealmente, os mesmos tipos de informação produzidos sobre um indivíduo devem ser produzidos para a geração ascendente e descendente. Essas informações são:

- o indivíduo entrevistado (ego);
- uma geração acima do indivíduo (ego+1);
- uma geração abaixo do indivíduo (ego-1).

Em situações sociolinguísticas mais complexas, recomenda-se o uso de quatro gerações, acrescentando-se *ego+2*.

SEXO

Propõe-se a identificação do sexo dos indivíduos como *masculino* e *feminino*. Caso as equipes optem pela categoria de gênero e proponham, desse modo, outras categorias, isso deverá estar explicitado e justificado no relatório. As adequações entre as categorias devem ser realizadas de forma coerente.

RESIDÊNCIA E FAMÍLIA

O local de residência é um indicador de suma importância para se produzir mapas de localidades de ocorrência das línguas e do território da língua de referência. Identificar o número de pessoas e os tipos de relações sociais entre elas é também algo fundamental para se investigar os usos linguísticos dentro do lar, o multilinguismo, a composição étnica da comunidade linguística, entre outros. Para cada pessoa na residência, deve-se buscar um conjunto igual de informações sobre variáveis demográficas e sociolinguísticas.

Esse item pode ainda ser desenvolvido numa dimensão histórica, a partir de tópicos como:

- local de nascimento;
- locais de residência anteriores;
- casamentos anteriores para os indivíduos;
- pessoas que já moraram na residência.

Uma dimensão histórica sobre as pessoas da residência é importante para se investigar tendências migratórias na(s) comunidade(s), relações com outros grupos sociais dentro e fora da(s) comunidade(s), bem como se aprofundar em questões mais gerais relativas ao multilinguismo.

OUTROS TIPOS DE VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS

As equipes executoras dos inventários podem propor outros tipos de variáveis demográficas sempre que necessário para se produzir um diagnóstico sociolinguístico mais completo da comunidade linguística. De acordo com os padrões culturais e de organização social da comunidade, há diferentes tipos de variáveis que podem ser exploradas, tais como as indicadas abaixo.

- **Escolaridade –** recomendado para os inventários em sociedades escolarizadas.
- **Etnia** – sobretudo para comunidades indígenas e de imigração.
- **Religião** – sobretudo quando se observa que há diferenças nos padrões de usos linguísticos de acordo com a religião de grupos sociais de uma comunidade.
- **Profissão e Classe Socioeconômica** – sobretudo para comunidades linguísticas com divisões sociais marcadas por divisões no sistema produtivo, poder aquisitivo, acesso a bens e serviços públicos e privados, entre outros.
- **Clãs ou Subgrupos –** para grupos indígenas com organizações sociais mais complexas, bem como para outros tipos de comunidades nas quais se possa reconhecer subgrupos culturais com práticas linguísticas distintas.

Questionários

Questionários contemplam, em oposição às entrevistas, questões mais objetivas e que podem ser fechadas ou abertas. Esses instrumentos possibilitam uma sistematização mais fácil e rápida das informações em planilhas ou bases de dados, que podem gerar análises quantitativas e cruzamento de variáveis. Por isso sua utilização é recomendada para o levantamento de informações de natureza sociolinguística que se fizerem necessárias.

A pergunta "Quais são os temas da pesquisa e as informações necessárias que podem ser levantadas por meio de questionários?" deve estar sempre no horizonte da equipe que planeja a pesquisa para um inventário linguístico: **o que** se quer conhecer, **por que** se quer saber, o **que será feito** com essa informação (de que modo ela será sistematizada e apresentada), **como** será levantada tal informação. Isso permite a coerência do processo e a consistência dos dados levantados.

Além disso, o planejamento deve levar em conta com qual **público** cada tipo de informação será levantada. É possível que os pesquisadores elaborem diferentes questionários (ou instrumentos diversificados) aplicáveis a diferentes públicos dentro da comunidade linguística, direcionados conforme o tipo de informação que se espera obter em cada uma das situações: um questionário específico aos professores, por exemplo, que identifique aspectos sobre o ensino (ou não) da língua de referência nas escolas é uma boa possibilidade.

Instituições profissionais de pesquisa (como o IBGE) costumam incluir perguntas de cobertura, além das perguntas do próprio questionário, variando os termos e algumas vezes a sintaxe das questões para que o pesquisador tenha opções em campo e consiga obter a informação desejada por meio de diferentes formulações de perguntas ou termos.

Caso a aplicação do questionário seja acompanhada por um pesquisador, a orientação é de que esse indivíduo esteja familiarizado com o instrumento, tendo passado pela sua construção (situação ideal) ou por algum tipo de capacitação sobre o tipo de informação que se busca obter com esse instrumento. Além disso, há de se considerar a possibilidade de que esse pesquisador seja falante da língua de referência ou mesmo esteja acompanhado por falantes intérpretes.

No caso de o instrumento ser diretamente respondido pelo informante, sem acompanhamento de pesquisadores, há a necessidade de que as questões sejam claras e objetivas para evitar incompreensões dos termos e da formulação dos enunciados. Além disso, em se tratando de levantamentos de áreas bilíngues ou multilíngues, a equipe deve levar em conta a possibilidade/necessidade de os questionários (estendendo-se recomendação aos outros instrumentos) estarem na língua de referência ou na língua falada pela maioria da população, no caso de serem respondidos diretamente pelos informantes.

Para organizar a informação e facilitar o processo de preenchimento do questionário, um formato bastante sugerido e praticado é a separação de blocos

temáticos, de modo que as questões que possuam semelhanças sejam realizadas num mesmo momento (à semelhança dos questionários de Censo do IBGE).

Como todo instrumento, é recomendável que haja testes com o questionário em pequenos grupos antes de sua aplicação junto à comunidade linguística. Esse procedimento é importante porque a equipe poderá avaliar o desempenho do instrumento e realizar, em tempo, a correção de possíveis falhas (como ambiguidades nas questões e respostas lacônicas, por exemplo).

No Suplemento Metodológico, apresentamos alguns exemplos de questionários produzidos pelos projetos-piloto do INDL.

Tipos de questões em um questionário

Existem, em geral, três tipos básicos de questões em um questionário, como se pode ver abaixo.

1. **Múltipla escolha**: são apresentadas diferentes opções para se responder a uma pergunta. O questionário pode pedir que o entrevistado escolha uma entre várias respostas, ou permitir que ele escolha mais de uma. Por exemplo:

Com quem você costuma falar na sua língua?

- Familiares
- Amigos e Vizinhos
- Com ninguém

2. **Questão dicotômica**: similar à múltipla escolha, porém há apenas duas respostas possíveis e o entrevistado deve escolher apenas uma delas. As respostas devem apresentar dois polos opostos sobre um mesmo fato, por exemplo:

Você concorda que deveria haver mais horas para o estudo da língua nas escolas?

- Sim
- Não

3. **Escalar:** perguntas cuja resposta implica na hierarquização de certas possibilidades. Um modelo recorrente é quando se pede que o entrevistado classifique o seu ponto de vista dentro de uma escala, por exemplo:

As famílias deveriam receber incentivo financeiro para ensinar a língua dentro de casa.

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo plenamente

Outro modelo é quando se pede que o entrevistado hierarquize um conjunto de afirmações, por exemplo:

Quais ações a prefeitura deveria apoiar para valorizar a língua? (liste as duas mais importantes em sua opinião).

- formar professores falantes nativos
- apoiar publicações na língua
- criar pré-escolas monolíngues

4. **Resposta livre:** o entrevistado responde livremente a uma pergunta escrita pelo entrevistador. Algumas perguntas são mais objetivas, por exemplo, "Qual o nome da sua língua?" ou "Quando você aprendeu a escrever?". Outras perguntas podem ser mais abertas, por exemplo: "Qual língua você gosta mais de falar? Por quê?".

Levantamento demográfico

Os inventários amplos somente podem ser realizados tendo como base um **levantamento demográfico** da comunidade linguística. Por levantamento demográfico entendemos a aplicação de questionários individuais de modo sistemático para uma parte significativa da população no território de uma língua de referência. Esses levantamentos podem ser feitos a partir de um questionário universal, unificado, ou a partir de diferentes questionários. Esse levantamento pode ser um censo linguístico, mas pode ser entendido como algo além de um censo, pois pode ser feito por diferentes instrumentos e tratar de questões mais heterogêneas do que geralmente se trabalha em um censo.

No Suplemento Metodológico, encontra-se uma planilha para levantamentos demográficos dos inventários como sugestão de organização e sistematização das principais variáveis sociolinguísticas. Para a planilha, foram selecionadas variáveis com características mais "universais" para grupos de línguas com características geodemográficas distintas. É importante, entretanto, que os inventários incluam nas pesquisas e na referida planilha de resultados todas aquelas variáveis que forem consideradas pertinentes e representativas para demonstrar algum aspecto específico de cada uma das línguas de referência. Na planilha estão disponibilizados também os tipos de cruzamentos de dados necessários para se responder a certas questões dos formulários. Devemos salientar que essa planilha é fornecida a título de exemplificação, de modo que as equipes podem optar por utilizá-la ou não.

Entrevistas

Entrevista diferencia-se de questionário por ser uma técnica que permite a interação do pesquisador com o pesquisado, possibilitando que o entrevistado discorra

sobre itens que lhe são questionados ou, nas chamadas *entrevistas não diretivas*, em que o entrevistado pode responder livremente.

Para os inventários, sugerimos que as equipes trabalhem com entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, ou seja, com questões previamente elaboradas em um roteiro, de modo a garantir que os temas previstos sejam efetivamente abordados. O planejamento prévio também permite a elaboração de estratégias variadas para se chegar à informação desejada, porque, em muitos casos, a pergunta precisa ser refeita ou outras questões de cobertura precisam ser aplicadas, de modo a garantir a compreensão do entrevistado sobre aquele tema.

Embora o melhor método para categorizar informações seja o questionário, a partir de entrevistas estruturadas também é possível obter respostas categorizáveis que atendam às especificidades e necessidades de cada inventário – essa é outra vantagem da elaboração prévia de roteiros para entrevistas. Salientamos, no entanto, que os pesquisadores têm autonomia para selecionar o melhor método e que entrevistas não estruturadas – como a gravação de relatos de história de vida ou mesmo um diálogo entre pesquisador e pesquisado – também podem oferecer material muito pertinente para análises de características socioculturais das comunidades linguísticas.

Como a proposta das entrevistas é que os sujeitos discorram livremente sobre as questões, não é interessante que o entrevistador registre apenas por escrito o conteúdo da fala, mas sim que seja feita uma documentação audiovisual. A utilização desse tipo de técnica é mais onerosa. A manipulação dos registros após a realização de entrevistas demanda escutá-los novamente, realizar transcrição de trechos ou da íntegra e, eventualmente, também traduzi-los.

Por esse motivo, a utilização de entrevistas não é aconselhável para contemplar todo o universo da pesquisa ou em grandes escalas, mas sim para levantamentos de caráter qualitativo e para obtenção de informações específicas, com pessoas-chave da comunidade linguística (lideranças, falantes de referência, professores, entre outros). Questões relativas a atitudes linguísticas, por exemplo, podem ser contempladas em entrevistas, uma vez que, dentre os objetivos do método, está o de identificar o que os indivíduos pensam, sabem, compreendem e fazem.

Algumas entrevistas possuem um significado cultural de maior destaque seja pela natureza dos temas das entrevistas seja pela relevância da pessoa entrevistada para a comunidade linguística e língua de referência. Por essa razão, é desejável que essas entrevistas mais significativas sejam gravadas em vídeo na língua de referência do inventário e, posteriormente, editadas, seguindo os procedimentos-padrão para o registro dos usos sociais da língua (ver Seção 6 deste Guia). Abaixo apresentamos alguns temas possíveis das entrevistas e sua correspondência para itens específicos dos campos temáticos.

- História oral da comunidade linguística (tema **Historicidade**).
- Explicações sobre usos especiais da língua (tema **Usos linguísticos**).

- Explicações sobre termos de autodenominação e heterônimos para o grupo social e para a língua de referência (tema **Denominações**).
- Atitudes e representações com relação à língua.
- Discussão sobre **ações de salvaguarda** para a língua.

Além dos pontos acima, sugerimos que os inventários produzam "retratos biográficos" de certos membros da comunidade linguística. Esses retratos seriam gravados em vídeo e conteriam uma curta autoapresentação dos falantes, de sua história de vida e de seu contexto sociocultural. No Suplemento Metodológico, disponibilizamos alguns roteiros de entrevistas utilizados em projetos-piloto.

5.5.2 *TÉCNICAS DE PESQUISA COM A COMUNIDADE*

As técnicas de pesquisa referidas como **observação etnográfica** e **reuniões** são importantes quando se tem a necessidade de se investigar coletividades sem um foco no indivíduo. Observação etnográfica é importante para todas as questões relativas à investigação do comportamento sociolinguístico e cultural da comunidade. Reuniões, por sua vez, são recomendadas sempre que é necessária a elaboração coletiva de certos conhecimentos ou deliberação coletiva sobre certas problemáticas (por exemplo, denominação da língua).

De modo a reafirmar a necessidade do trabalho conjunto com a comunidade linguística, quando não for ela mesma a proponente do inventário, destacamos, por exemplo, que, com relação aos conhecimentos a serem produzidos, dentre as temáticas apresentadas no Volume 2, há aqueles para os quais a mobilização social é um componente indispensável, tais como:

- Denominação para o reconhecimento;
- História oral;
- Situações de uso da língua;
- Atitudes e representações;
- Língua e variedades;
- Educação escolar;
- Demandas para a salvaguarda da língua;
- Falantes de referência.

Oficinas são os procedimentos mais comuns para a capacitação de pesquisadores locais. Essas capacitações devem ocorrer na etapa inicial ou de desenvolvimento dos inventários. Além disso, é muito importante que os pesquisadores comunitários sejam pessoas mais familiarizadas com o universo da escrita.

É desejável que haja documentação em fotos e gravações em vídeo que documentem o próprio processo de realização dos inventários. Esses registros devem abranger as principais etapas e atividades, sobretudo aquelas de caráter coletivo, como reuniões, oficinas, rodas de conversa, entre outros. Sempre que essas atividades produzirem situações de relevância para o registro de usos sociais da língua, recomenda-se que elas sejam gravadas em vídeo e editadas (por completo ou em partes mais significativas), conforme o padrão de edição delineado na seção 6.1.4.

Observação etnográfica

A pesquisa etnográfica proveniente do campo da antropologia consiste na vivência e na tentativa de compreensão cotidiana de processos ou objetos por meio da inserção do pesquisador em determinada realidade. Não se propõe uma "pesquisa etnográfica", mas que se possa utilizar técnicas e métodos, caso seja condizente com as possibilidades e especificidades de cada projeto, para realizar observações e relatos pautados na etnografia, ou seja, em observações de *cunho etnográfico*.

A observação etnográfica permite a abordagem de temáticas não diretamente investigadas por questionários e entrevistas. Isso é relevante, sobretudo, para questões comportamentais, que envolvam hábitos e rotinas numa comunidade. Faz-se necessário, assim, que a observação etnográfica possa se estender por semanas e meses, o que novamente a difere das entrevistas e questionários. Pelo tipo de questões a serem contempladas pela observação etnográfica e sua extensão temporal, é sempre oportuno que ela possa ser realizada por pesquisadores oriundos da comunidade linguística.

Em todo caso, sugerimos a elaboração de roteiros observacionais para os pesquisadores que atuarão nessas atividades. Esses roteiros devem ser baseados na seleção dos itens contemplados na temática do INDL (cf. Volume 2 do Guia). No Suplemento Metodológico, disponibilizamos os questionários de observação etnográfica elaborados pelo Projeto-Piloto da Língua Asuriní do Trocará.

Reuniões

A realização de encontros ou reuniões com a comunidade linguística, além de ser um fator fundamental relativo ao eixo de mobilização social, ainda pode funcionar como um espaço rico para o levantamento de informações. Por um lado, uma reunião pode funcionar de modo prático para se realizar entrevistas e aplicar questionários, por exemplo. Por outro, a própria reunião deve ser vista como um fórum ímpar de produção de conhecimentos, em que a presença de diversos indivíduos é algo proveitoso e até mesmo necessário.

Sugere-se que esses momentos sejam planejados previamente e os membros convidados com antecedência. Deve-se estar atento, no convite aos participan-

tes, para as dinâmicas locais da comunidade, os papéis sociais e hierárquicos a partir dos quais ela se estrutura, procurando-se incluir representantes de todos os grupos existentes. Além disso, é relevante realizar registros em áudio e vídeo dessas oportunidades, quando possível.

Atores na comunidade de especial relevância para a pesquisa

No inventário, certas pessoas numa comunidade linguística têm relevância especial para a pesquisa. Abaixo, apresentamos um sumário de quem são elas:

PESSOAS-CHAVE

As pessoas-chave são aquelas pessoas a serem entrevistadas para coleta de boa parte dos dados qualitativos em campo, realização de reuniões comunitárias e complementação dos dados de levantamentos demográficos. Eles são cruciais para a produção de dados que sejam representativos da visão da comunidade linguística sobre sua língua e para a organização geral dos inventários.

PESQUISADORES COMUNITÁRIOS

Pessoas essenciais para a execução da pesquisa dos inventários, sobretudo para os levantamentos demográficos, documentação de usos sociais da língua e interpretação qualitativa dos dados. Podem ser pesquisadores falantes, ou não falantes, dependendo da especificidade do objeto da pesquisa.

O projeto Nahukwa-Matipu foi especial por seu foco na documentação linguística, largamente realizada por pesquisadores indígenas. O Projeto-Piloto da Língua Asuriní do Tocantins, seguindo o instrumental elaborado pela linguista Terezinha Maher (cf. MAHER, 2008) em sua atuação junto a professores indígenas no Acre, destacou-se entre os demais por fornecer um instrumental diversificado para os pesquisadores comunitários, desde roteiros de observação etnográfica a questionários e atividades de entrevistas. O Projeto-Piloto da Língua Talian teve destaque pela presença de pesquisadores comunitários na coordenação do inventário.

SEÇÃO 6

ACERVO DIGITAL E DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

Nesta seção são apresentados os princípios, técnicas e procedimentos para a documentação da língua visando à produção do ACERVO DIGITAL. Compreende-se acervo digital como o conjunto de documentos sobre a língua (gerados durante a pesquisa ou coletados em outros acervos) que seja passível de apresentação em suporte digital. Neste escopo, encontram-se, então, desde registros audiovisuais até produções textuais digitalizadas, incluindo-se fotografias, gravações de áudio, entre outros.

Abaixo sintetizamos os diversos produtos, tratados nesse volume e no VOLUME 2 do Guia, que podem ser integrados ao acervo digital.

ITEM	OBSERVAÇÕES	OBRIGATORIEDADE
Documentação audiovisual de usos sociais da língua	Documentação com legendas em Português; gravação contínua de 15 minutos, para inventários amplos, ou de 10 minutos, para inventários básicos	Obrigatório
Lista de Swadesh de 100 palavras		Obrigatório
Mapas e coordenadas geográficas	Área de abrangência da pesquisa; Área da comunidade de referência	Obrigatório
Comprovação de anuência ao inventário e ao reconhecimento	Somente quando as anuências tenham sido registradas em formato audiovisual	Obrigatório
Amostras de escrita na língua		Obrigatório (apenas para o inventário amplo)
Documentação audiovisual das localidades onde se fala a língua	Documentação sonora, fotográfica e audiovisual	Opcional
Documentação audiovisual de entrevistas com falantes de referência	Documentação sonora, fotográfica e audiovisual	Opcional

Documentação audiovisual das atividades de mobilização da comunidade, de coleta da anuência e de validação dos dados	Documentação sonora, fotográfica e audiovisual	Opcional (recomendado para demonstração do processo de construção de anuência)
Documentos digitalizados	Documentos de cooficialização, patrimonialização ou outros marcos legais de relevância para a língua; publicações e outros documentos produzidos na e sobre a língua; fotografias e gravações várias sobre a língua e a comunidade linguística	Opcional

6.1 Documentação de usos sociais da língua

A documentação de usos sociais das línguas pelos inventários se apoia largamente no campo da *Documentação Linguística*. Nas últimas décadas, esse campo veio a ser reconhecido como uma área da linguística com objetivos e metodologias específicos, visando à documentação audiovisual de formas variadas de usos de uma língua, produção de informações com anotações mínimas sobre as amostras (ao menos transcrição e tradução) e seu armazenamento apropriado em acervos digitais multifuncionais. Cada vez mais se reconhece que a documentação linguística tem um caráter prático ao subsidiar ações para garantir a sustentabilidade das línguas, bem como para produzir novos conhecimentos científicos de forma interdisciplinar.

A *documentação linguística* aqui proposta parte do campo da linguística, mas adquire algumas características particulares devido à natureza própria dos inventários, como veremos a seguir.

Para mais detalhes sobre o que é documentação linguística, sugerimos as seguintes referências: Gipper et al. (2006); site do PRODOCLIN (http://doc.museudoindio.gov.br/prodoclin), site do Museu Emílio Goeldi (http://saturno.museu-goeldi.br/lingmpeg/portal).

6.1.1 O QUE DOCUMENTAR?

A meta de documentar uma língua exige da equipe de pesquisadores um conhecimento etnográfico dos usos linguísticos por uma sociedade, pois é importante termos amostras tanto da língua em usos sociais quanto em usos especiais. Ou seja, não se trata de uma meta exaustiva, até porque documentar uma língua à exaustão é algo impossível. Por isso, essa documentação dos usos de uma língua deve ser vista como um processo seletivo em que equipe(s) e comunidade(s) linguística(s) devem saber escolher muito bem o que e como documentar.

Existem dois princípios básicos para determinar o que uma documentação linguística deve abranger. São eles:

- **Diversidade de usos linguísticos:** usos da língua em diferentes situações sociais cotidianas, praticadas por pessoas da comunidade, utilizando-se tipos textuais diversos como diálogos, narrativas, instruções, comandos, entre outros.
- **Relevância cultural:** usos linguísticos que ilustram a relação entre língua e cultura, sobretudo os usos linguístico-culturais especiais, aos quais se atribui valor estético, simbólico e/ou social pela comunidade.

Ressaltamos que a documentação linguística não está focada na documentação de usos "puros" das línguas de referência, sobretudo no que se refere aos usos sociais cotidianos da língua. Não se espera que os falantes se utilizem apenas da língua de referência, pelo contrário, é natural que eles se utilizem de outras línguas em sua comunidade, conforme a dinâmica do multilinguismo em seu contexto social.

O tempo total do conjunto de amostras que deve compor o acervo digital da língua deve ser maior do que 15 (quinze) minutos de áudio e vídeo, para inventários amplos, e de 10 (dez) minutos, para os inventários básicos. Essas amostras podem estar num único vídeo ou em diferentes clipes, e estarem editadas conforme descrito no Suplemento Metodológico deste Guia.

Ressaltamos que os itens abaixo, referentes a diferentes temáticas da pesquisa, também contam como documentação de usos sociais da língua e, portanto, atendem ao que se pede para o produto final da documentação linguística. São eles:

- Registro em vídeo de entrevistas com membros da(s) comunidade(s) linguística(s) (sobretudo os falantes de referência).
- Registro em vídeo de reuniões e outras atividades relativas aos trabalhos dos inventários.

Notamos que algumas línguas podem já contar com acervos preexistentes de documentação linguística. Se esses acervos atendem às questões fundamentais discutidas nesta seção, eles podem ser incluídos como parte do produto de documentação linguística.

6.1.2 *COMO DOCUMENTAR?*

Duas questões de método são recomendadas para se organizar a documentação de usos sociais das línguas:

- a participação de membros das comunidades linguísticas na equipe de documentaristas como **pesquisadores-comunitários**;

- a produção de conhecimentos relativos ao tema **Usos linguísticos** (Volume 2 do Guia), sobretudo os itens relativos a usos sociais da língua e usos especiais da língua.

A partir do trabalho de observação etnográfica para se identificar as situações de usos sociais e usos especiais da língua, tem-se um leque de possibilidades sobre o qual as equipes executoras dos inventários poderão selecionar os usos mais significativos. No entanto, dada a riqueza e diversidade das situações sociolinguísticas no país, as possibilidades do que deve ser selecionado para a documentação de usos sociais das línguas são infinitas. Por isso, é importante organizar o que deve ser documentado devido às restrições de tempo e recursos.

Isso é algo importante a ser considerado para inventários regionais ou com línguas geograficamente dispersas e com grande população. Nesses casos de organização de pesquisa de campo mais complexa, sugere-se que exista uma equipe de documentaristas que possa realizar registros da língua em uma quantidade seleta de localidades.

É importante que a documentação dos usos sociais das línguas ocorra sempre que possível nos locais onde vivem os seus falantes. As diferentes situações sociais, como reuniões, diálogos, festas, contos de histórias, entre outras, podem ser registradas espontaneamente ou em situações controladas, organizadas especialmente para a realização dos registros. Gravações em estúdio são interessantes quando se planejam produtos audiovisuais com maior nível de controle de ruídos e distrações do ambiente social, mas esses registros tendem a ter menor naturalidade e originalidade do que os gravados *in loco*.

Sugerimos o uso de diferentes técnicas e equipamentos para a captação de amostras de usos das línguas. Por um lado, é importante que um grupo seleto de registros seja feito com equipamentos de alta qualidade técnica. Por outro lado, as amostras podem ser documentadas através de ferramentas leves, populares e dinâmicas, como *tablets*, computadores e telefones celulares, desde que essas ferramentas tenham bons dispositivos de captação audiovisual (ver informações técnicas no Suplemento Metodológico deste Guia).

6.1.3 EQUIPE DE DOCUMENTARISTAS

Em inventários de grande população ou extensão territorial é importante que haja uma equipe de documentaristas com um plano de atividades específico, ainda que coordenado. Isso permite que a documentação tenha uma lógica de execução própria, otimizando o tempo e os recursos financeiros, permitindo, assim, que a documentação de amostras da língua se paute pela seleção de situações exemplares e representativas.

As funções básicas a serem desempenhadas pela equipe de documentaristas são:

- organizar situações para captar fotos, vídeos e áudios;
- pesquisar dados em acervos preexistentes;
- editar e digitalizar os produtos de documentação;
- catalogar e organizar os dados;
- compilar o Acervo Digital.

A qualificação das pessoas selecionadas para desempenhar essas funções pode variar de caso para caso, mas é necessário que as equipes demonstrem competência para a realização de registros audiovisuais de qualidade, bem como saibam organizar um acervo digital. É necessário que haja pelo menos a seguinte composição nas equipes:

- um linguista familiarizado com técnicas e princípios de documentação linguística;
- pessoa(s) capacitada(s) para captação, edição, catalogação e organização dos dados;
- membros da(s) comunidade(s) linguística(s).

Não há restrição sobre o tamanho e composição das equipes. Em casos especiais, a equipe pode ter apenas um ou dois membros, desde que correspondam às funções desejadas. Profissionais do audiovisual é recomendável, mas não obrigatório caso as pessoas da equipe de documentaristas tenham capacidade de realizar este tipo de atividade. Nesse sentido, é muito importante que os inventários se organizem para a formação de equipe de documentaristas e/ou contratação de pessoas especializadas.

Formação de documentaristas na comunidade linguística

Contar com documentaristas da comunidade é algo benéfico para a documentação da língua devido a três fatores principais:

- coletar uma gama diversa de usos da língua, em situações de comunicação mais próximas ao uso natural e com acesso a temáticas que não são alcançáveis por pessoas de fora da comunidade;
- permitir que membros das comunidades escolham os usos linguísticos de maior relevância para seu grupo social, garantindo, assim, maior representatividade linguístico-cultural de amostras da língua;
- facilitar os processos de tradução e catalogação dos dados documentados.

As competências e habilidades para a formação dessas pessoas podem variar conforme a natureza de cada projeto, mas, em suma, deveriam dar conta dos seguintes pontos:

- captação de áudio, vídeo e foto;
- armazenamento de dados;
- edição de dados, especialmente em termos de tradução e catalogação.

É importante que a formação de documentaristas na comunidade ocorra no início de cada inventário, de acordo com os seguintes passos:

Oficina 1: Técnicas de captação

Tema I: "O que queremos ao documentar amostras de usos da língua?"

Tema II: "Como organizar as pessoas e planejar as situações na comunidade para a documentação?"

Tema III: Apresentação dos equipamentos de captação.

Tema IV: Prática no uso de equipamentos.

Tema V: Teste-piloto de documentação de um tipo de uso social da língua.

Oficina 2: Edição de amostras de usos da língua

Tema I: Transferindo as amostras gravadas dos equipamentos de captação para o computador.

Tema II: Nomeação dos arquivos audiovisuais e criação de arquivos para anotações (por exemplo, Programa ELAN ou planilhas).

Tema III: Salvando em local apropriado os arquivos de anotação e audiovisual correspondentes.

Tema IV: Realizando a tradução:

- como traduzir de forma literal e livre;
- alinhamento temporal entre a tradução e o áudio.

Tema V: Realizando outras anotações

Oficina 3: Organização do acervo digital (consultar seção 6.4)

6.1.4 *Como editar as amostras de usos sociais da língua?*

Antes de realizar qualquer tipo de edição aos arquivos de áudio e vídeo, é importante que os arquivos originais tenham uma cópia que permaneça intacta a

qualquer ação de edição. Como guardá-los e organizá-los para o acervo digital está descrito na SEÇÃO 6.4.

As amostras de usos da língua, tendo sido catalogadas, deverão ser apresentadas em arquivos de áudio ou vídeo, e ter um conjunto mínimo de metadados (ver SEÇÃO 5 para mais informações). Além disso, deseja-se que essas amostras tenham um conjunto de anotações produzidas em programas como ELAN ou Transcriber, contendo os seguintes itens:

- transcrição Ortográfica/Fonética (opcional – porém recomendável);
- tradução (obrigatório);
- observações linguístico-culturais (desejável sempre que oportuno).

Os arquivos audiovisuais de amostras de uso da língua podem ser editados seguindo o procedimento básico de edição que iremos descrever abaixo. Alternativamente, também é possível outros procedimentos de edição das amostras, como, por exemplo, quando os inventários optem por produzir documentários, álbuns de áudio ou outros produtos audiovisuais. É importante reforçar que, seja por meio do procedimento básico ou de outros procedimentos, os inventários deverão fornecer um conjunto de amostras de usos das línguas com anotações minimamente detalhadas.

Uma anotação mínima é entendida como uma tradução livre da língua de referência para o Português. As traduções devem ter correspondência temporal direta com o segmento de fala sendo traduzido. Isso quer dizer que, se a palavra, frase ou sentença tiver a duração de um segundo, a tradução deve corresponder a este tempo de fala na língua, alinhada/simétrica com o segmento de fala que está sendo traduzido. Em alguns casos, pode-se utilizar de um intervalo de tempo maior para a tradução, especialmente quando se estiver fazendo legendagens em um vídeo, desde que a tradução não ocupe o tempo de um segmento de fala diferente.

Outros tipos de anotações que idealmente devem acompanhar as amostras de uso da língua são:

- **Transcrição ortográfica e/ou fonética;**
- **Tradução literal;**
- **Notas linguísticas** – com observações sobre elementos importantes da estrutura e do uso da língua;
- **Notas socioculturais** – com observações sobre questões pragmáticas e culturais que servem para referenciar ou explicar um dado comportamento linguístico.

Para informações sobre programas de computador, planilhas de decupagem, fontes e teclados para o trabalho com as anotações, ver o Suplemento Metodológico deste Guia.

6.2 Documentação de listas de palavras da língua

As listas de palavras são recursos importantes para comparar as diversas línguas faladas no Brasil a partir de palavras em comum, bem como para se produzir materiais de divulgação para o grande público. São também importante ferramenta para se comparar variedades internas de uma língua, bem como para se explorar a relação entre língua, sociedade e cultura a partir do léxico.

6.2.1 QUAIS LISTAS DEVEM SER DOCUMENTADAS?

São muitas as possibilidades de listas de palavras. Seguem abaixo algumas sugestões, das quais apenas a primeira é obrigatória para todos os inventários. As quatro primeiras listas são padronizadas e as demais são não padronizadas, ou seja, cabe às equipes de inventário elaborá-las.

- Lista de Swadesh de 100 palavras
- Lista de Swadesh de 207 palavras
- Lista do setor de linguística do Museu Goeldi de 320 palavras
- Lista de Swadesh e Rowe de 375 palavras
- Vocabulário específico
- Vocabulário do inventário
- Vocabulário comparativo de variedades de uma língua
- Vocabulário ilustrativo de grafias na língua

Todos os inventários deverão produzir ao menos uma lista de vocabulário básico para cada língua de referência. Essa lista deve seguir a lista de 100 (cem) palavras de Morris Swadesh (doravante Swadesh-100), apresentada no Suplemento Metodológico deste Guia. A lista Swadesh-100 é bem limitada e possui poucos verbos, por isso também incluímos a lista Swadesh-207, que contém quase todas as palavras da lista Swadesh-100.

Para inventários de línguas indígenas, além da lista Swadesh-100, sugerimos listas mais extensas, como a lista de palavras do Museu Goeldi (com cerca de 320 palavras) ou a lista de Swadesh e Rowe (com cerca de 375 palavras). Essas duas últimas listas contêm a maior parte das palavras das listas de Swadesh.

Para inventários de línguas de imigração, línguas de sinais e línguas afro-brasileiras, bem como de línguas indígenas, é recomendável que outras listas de palavras sejam produzidas durante o processo de pesquisa. Um tipo bem interessante são listas de vocabulário específico, criadas para se registrar os termos referentes a valores e conhecimentos culturais especializados das comunidades linguísticas, incluindo neologismos, empréstimos. O Projeto-Piloto da Língua Talian, por exemplo, produziu uma "lista de palavras de significância especial", eleitas pelos membros da comunidade linguística como as mais significativas e representativas da sua identidade. O Projeto-Piloto de Línguas Afro-brasileiras coletou palavras referenciadas na literatura especializada sobre o léxico de origem africana no Português.

Outro tipo de lista de palavras muito oportuna é a coleta de um vocabulário com base na pesquisa das diversas temáticas do INDL (cf. VOLUME 2 do Guia). São palavras que entram no universo dos vocabulários específicos, porém elas servem como aporte e sistematização mais utilitária para as pesquisa dos inventários. Algumas temáticas são propícias para esse tipo de lista, entre as quais destacamos as seguintes:

- autodenominações da língua de referência, bem como de outras línguas na região;
- denominação de variedades internas à língua;
- denominações de usos especiais da língua;
- empréstimos linguísticos do Português, bem como de outras línguas;
- neologismos e empréstimos;
- denominações de locais onde se fala a língua;
- nomes tradicionais dos falantes de referência da língua.

Listas de palavras também são suportes importantes para a investigação de temas como **língua e variedades** e **situações de escrita na língua** (cf. VOLUME 2 do Guia), de modo que essas também devem estar no acervo digital como uma das listas de palavras opcionais. Enquanto as listas padronizadas sugeridas acima podem servir para o propósito de comparar variedades internas e amostras de escrita da língua, é sempre mais apropriado produzir listas de palavras originais para servir a esses propósitos. Salientamos que, para amostras de uso da língua escrita, é interessante documentar o que se convencionou chamar de paisagem linguística, ou seja, documentar a presença visual da língua escrita em placas, cartazes, estabelecimentos comerciais, inscrições em cemitérios, entre outros.

6.2.2 *COMO DOCUMENTAR AS LISTAS DE PALAVRAS?*

As listas de palavras deverão ser gravadas em áudio e/ou vídeo. Cada palavra das listas na língua de referência deve ser repetida duas ou três vezes pelos falantes.

Elas devem ser transcritas, usando-se de uma ortografia para a língua (ou transcrição fonética, se necessário), e conter notas sobre tradução de termos e aspectos linguístico-culturais relevantes. Essas anotações podem ser feitas em programas como ELAN e Transcriber, ou podem ser feitas em planilhas de decupagem. Como salientamos anteriormente, é interessante que as palavras sejam traduzidas isoladamente e em frases simples.

Muitas das palavras nas listas padronizadas sugeridas são difíceis de serem traduzidas sem um contexto gramatical nas línguas de referência. Em geral, alguns substantivos como "pé" precisam de um possuidor ("pé de alguém"). Verbos fora de uma frase podem ter um sentido ambíguo entre formas transitivas (por exemplo, quebrei a cadeira) e intransitivas (a cadeira quebrou). Tempo, pessoa e outras flexões verbais também podem gerar ambiguidades (sugerimos a tradução para situações em que os argumentos verbais sejam sempre na 3ª pessoa e o tempo no passado recente). Assim, sugerimos que, na coleta de palavras para cada lista, palavras isoladas sejam coletadas primeiramente, e, em seguida, as mesmas palavras numa sentença.

Para as listas de vocabulário específico não é interessante partir de uma seleção de termos em Português para então pedir sua tradução. A melhor metodologia é escolher campos semânticos (ou seja, domínios do conhecimento cultural) e explorar a expressão de conceitos dentro desses campos. Citamos alguns exemplos de campos semânticos:

- culinária;
- doenças e curas;
- caça;
- mundo sobrenatural;
- plantas (comestíveis, da roça, do mato, entre outras);
- música e dança.

Para se produzir listas dessa natureza é recomendável um trabalho coletivo, sobretudo por meio de reuniões e observações etnográficas, além do trabalho de pesquisadores-falantes.

6.3 Documentação gramatical

Este Guia não propõe explicitamente a coleta de informações relativas à organização gramatical das línguas. Mesmo assim, esse tipo de dado pode ser incluído no acervo digital. Além disso, esse tipo de informação pode ser extremamente útil para se caracterizar as diferenças entre as variedades de uma língua.

Levando essas questões em consideração, disponibilizamos como um recurso extra duas listas de frases que visam à documentação gramatical. A primeira é uma lista básica, sumária, elaborada pela linguista Bruna Franchetto. A segunda, bem mais extensa, é o Formulário para pesquisa tipológica em línguas indígenas brasileiras do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaborado por Ruth Monserrat, Marília Facó Soares e Tania Clemente de Souza. Apesar de seu foco inicial ter sido as línguas indígenas, ele pode ser implementado para outras línguas também. As equipes ainda podem elaborar seus próprios questionários gramaticais, caso desejem.

6.4 Armazenamento, organização e catalogação dos dados do acervo digital

Nessa seção, apresentamos um conjunto de orientações para se organizar o ACERVO DIGITAL durante a pesquisa. Recomendamos que os dados sejam sempre armazenados em mais de um disco rígido externo, e que sejam realizadas cópias de segurança (*backups*) periodicamente.

O acervo digital é concebido a partir de três tipos de dados: *dados primários*, *dados de fontes secundárias* e *metadados*. Dados primários é tudo o que a equipe executora do inventário conseguiu produzir em primeira mão, enquanto dados de fontes secundárias foram produzidos por outros. Metadados são os "dados sobre os dados", ou seja, um conjunto de especificações e descrições que explicam e categorizam tanto os dados originais quanto os dados não originais. São importantes para catalogar e fornecer informações sobre os itens do acervo digital. Deverão ser fornecidas informações de metadados para todo e qualquer item do acervo de documentação linguística.

Deseja-se que os inventários possam produzir o máximo possível de dados primários, mas entende-se que, em certos casos, já existam bons dados de documentação que seriam oportunamente integrados aos inventários. *Hyperlinks* para fontes de dados secundários na internet podem ser utilizados, mas é necessário que cópias físicas desses dados sejam disponibilizadas ao final dos inventários, de modo a compor um futuro sistema informatizado. Os metadados, no entanto, deverão ser todos produzidos pelas equipes executoras dos inventários, seguindo os padrões de catalogação e organização dos dados discutidos a seguir.

Para informações sobre formatos de arquivos do acervo digital, ver o SUPLEMENTO METODOLÓGICO.

6.4.1 *FLUXO DE CATALOGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS*

Para efeito de organização dos dados, sugerimos que seja criado um diretório (uma pasta) em um disco rígido externo de pelo menos 300Gb, que seja especí-

fica para o acervo digital do projeto. Os dados devem vir organizados em seções, sendo cada seção um subdiretório (pasta) no computador das equipes que realizam os inventários.

Recomenda-se criar uma seção correspondente a cada situação ou evento com um tema e recorte específicos dentro do universo social da língua, com os quais um ou mais arquivos estão relacionados. Por exemplo, suponhamos que uma equipe documentou uma canção. Caso se tenha apenas um arquivo de áudio dessa canção, temos assim uma seção com um único arquivo. Se durante essa canção foram tiradas fotos, feito um vídeo (além do áudio) e depois foi realizada a transcrição dessa canção, temos assim uma seção com diversos arquivos: o áudio, o vídeo, as fotos e o arquivo contendo a transcrição da canção.

Quando eventos culturais mais complexos forem gravados, pode-se optar por organizar os dados em seções distintas – cada uma sendo relevante a uma situação em particular dentro do evento. Outra possibilidade é a organização do evento numa única seção dividida em subseções. Uma subseção nada mais é que uma seção dentro de outra mais abrangente, e deve ter um diretório (pasta) específico dentro da seção. Por exemplo, suponhamos a documentação de uma festa. Durante a festa ocorrem diferentes eventos de fala, como discursos, canções, além de danças, músicas, entre outros. Cada um desses eventos pode ser delimitado como uma subseção, onde os produtos de documentação específicos a esses eventos serão encontrados. Dados referentes ao evento como todo, mas não a uma subseção deverão estar dentro do diretório da seção, mas fora de qualquer subseção.

Cada seção deve ter um título. Esse título deverá ser copiado para cada um dos arquivos contidos na mesma seção. Caso haja mais de um arquivo com a mesma extensão ou tipo (áudio, anotações, fotos, entre outros) sugerimos o uso do símbolo "_" e uma numeração sequencial. Por exemplo:

 Foto da maloca_1.jpeg

 Foto da maloca_2.jpeg

O mesmo vale para as subseções, que deverão ter o mesmo título da seção principal, seguido de "_" e o nome da subseção: título.seção_título.subseção, como no exemplo abaixo:

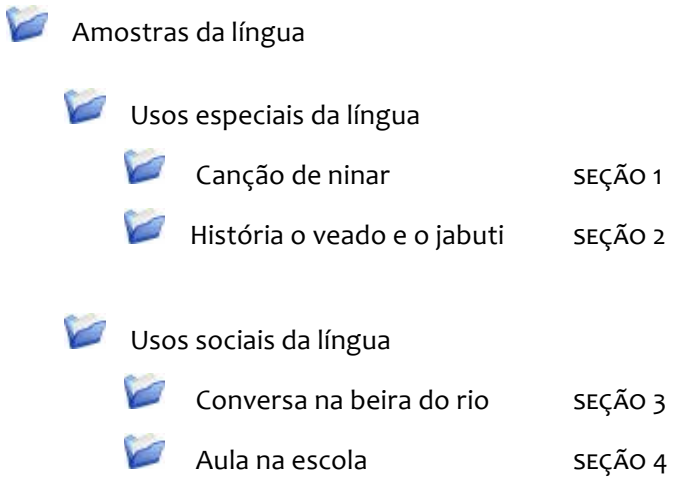
 Festa da polenta — TÍTULO DA SEÇÃO

 Festa da polenta_cozinha — TÍTULO DA SUBSEÇÃO

 Festa da polenta_receitas_panela no fogo.jpeg — TÍTULO DO ARQUIVO

Caso sejam feitas divisões nos arquivos de áudio e vídeo em seções e subseções (usando programas como Audacity ou Soundforge), é necessário que se conserve uma cópia inalterada de todo o arquivo conforme a captação original. Esse arquivo pode ficar no diretório maior, que inclui os diretórios menores e subseções.

Para efeitos práticos, sugerimos que se organize as seções seguindo a lógica dos objetivos da documentação linguística aqui proposta. Assim, as equipes devem criar um diretório para cada objetivo de documentação e dentro deles um conjunto de seções e subseções pertinentes. Por exemplo, para o objetivo *Documentação da língua* teremos um diretório, e dentro dele teremos um diretório para *Usos sociais da língua* e outro para *Usos especiais da língua*. Haverá ainda uma seção para cada evento documentado. As seções estarão dentro do diretório pertinente: ou no diretório de *Usos sociais da língua* ou no diretório de *Usos especiais da língua*, como demonstra o exemplo a seguir.



As tabelas a seguir dão mais detalhes sobre esse formato de organização:

DIRETÓRIO AMOSTRAS DE USOS DA LÍNGUA	EXEMPLOS DE SEÇÕES
Um diretório para *Usos sociais da língua* e uma seção para cada item documentado	Diálogo entre a senhor X e a senhora Y Homens vendendo peixe na praia Instrução sobre como fazer um bom roçado
Um diretório para *Usos especiais da língua* e uma seção para cada item documentado	Discurso proferido pelo senhor J Diálogo cerimonial entre dois cunhados Culto na igreja Z
Um diretório para *Entrevista com falantes de referência*	Entrevista_Pajé X

Observação: Dentro de uma mesma seção entrariam fotos, vídeos, áudios, anotações, entre outros, referentes ao mesmo evento ou situação.

DIRETÓRIO LISTA DE PALAVRAS	EXEMPLOS DE SEÇÕES
Um diretório para todas as listas de Swadesh e uma seção para cada situação em que a lista de 100 palavras de Swadesh for gravada	Lista de 100 palavras de Swadesh_sra X Lista de 100 palavras de Swadesh_sr Y
Uma seção para cada situação em que listas suplementares forem gravadas (opcionalmente pode-se criar um diretório para cada categoria de listas)	Lista de empréstimos linguísticos_escola estadual X; Lista de neologismos_comunidade X Lista de variação linguística_1 Lista de variação linguística_2

Observação: Caso se decida converter o áudio de uma lista de palavras em múltiplos arquivos de áudio, estes estariam naturalmente dentro de uma mesma seção.

DIRETÓRIO LOCALIDADES E TERRITÓRIOS	EXEMPLOS DE SEÇÕES
Uma única seção para todos os mapas e demais informações sobre a totalidade do território da língua e/ou da pesquisa	Território da língua M
Uma seção para cada localidade	Localidade_taboca Comunidade_ribeirão

Observação: Fotos, vídeos, mapas, bem como outras informações de cada localidade estariam na seção pertinente a cada localidade em particular. Quaisquer outras informações geodemográficas que abordam mais de uma comunidade em particular estariam na seção pertinente ao território da língua. Por exemplo, mapa sobre o território da língua, mapa mostrando número de falantes em diferentes localidades, entre outros.

DIRETÓRIO DIGITALIZAÇÕES	EXEMPLOS DE SEÇÕES
Uma seção para cada tipo de documento digitalizado.	Fac-símile de oficialização Amostras de grafias da língua Publicações na língua

Algumas equipes podem entender que certos tipos de arquivos de documentação não se encaixam em nenhuma das categorias acima. Nesse caso, sugere-se duas alternativas: ou se cria um diretório específico para abrigar o conjunto desses registros, ou se cria uma pasta de "miscelâneas" onde estes tipos de arquivos seriam encontrados.

6.4.2 *METADADOS*

O acervo digital deve ser acompanhado de metadados. Devem conter um conjunto de informações sobre os itens de documentação. Existem duas planilhas de metadados para o INDL: uma somente para os itens de áudio, vídeo e anotações, entendidos como amostras de usos sociais da língua e de listas de palavras, e outra para os demais itens de documentação (nos exemplos abaixo, cada número deverá corresponder a uma coluna na planilha).

OS METADADOS PARA AMOSTRAS DE USOS DA LÍNGUA E LISTAS DE PALAVRAS SÃO OS SEGUINTES:

SEÇÃO: o nome do diretório onde se encontram os itens de documentação.

TÍTULO DO ARQUIVO DE ÁUDIO: o nome criado para cada um dos arquivos de áudio.

TÍTULO DO ARQUIVO DE VÍDEO: o nome criado para cada um dos arquivos de vídeo.

TÍTULO DO ARQUIVO DE ANOTAÇÃO: o nome criado para os arquivos contendo traduções, transcrições e outros tipos de anotações.

PARTICIPANTES: o nome de indivíduos e/ou grupos sociais específicos que estão participando da situação ou evento sendo registrado.

CONTEÚDO: palavras-chave e breve descrição (mais ou menos 200 palavras) sobre o conteúdo de cada item.

AUTOR: instituição ou pessoas responsáveis pela criação, registro ou produção original do item.

LOCAL: a localidade onde o item foi criado, registrado ou produzido.

DATA: no formato DD/MM/AAAA (Dia, Mês e Ano), quando o item foi criado, registrado ou produzido.

CONTEXTUALIZAÇÃO: breve relato de como o item foi produzido, registrado ou criado.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS: informações sobre procedimentos técnicos que o item passou após o seu registro, criação ou produção.

ACESSO: se o item tem a permissão dos participantes como:

- **ACESSO LIVRE**, incluindo reprodução por terceiros;
- **ACESSO RESTRITO**, somente para atividades de promoção e valorização da língua, desenvolvidas pelo Iphan/MinC e demais instituições responsáveis pelas ações de salvaguarda da diversidade linguística; ou
- **INDISPONÍVEL** para o grande público (acesso permitido somente para a comunidade, instituição proponente e Iphan).

Os metadados sobre amostras de usos da língua privilegiam as seções como uma unidade máxima de referência, pois se entende que cada seção corresponde a uma unidade de uso da língua cuja documentação é primariamente por áudio e vídeo. Sugere-se ainda que as equipes possam usar e criar um sistema de metadados para os **participantes**, sobretudo para os falantes de referência.

OS METADADOS PARA OS DEMAIS ITENS DE DOCUMENTAÇÃO POSSUEM UMA ESTRUTURA MAIS SIMPLES, A SABER:

TÍTULO DO ITEM: o nome criado para cada um dos itens em uma seção.

CLASSIFICAÇÃO: a qual objetivo de documentação ele atende (se não atender a nenhum, marcar outros) (vocabulário controlado).

DIRETÓRIO/SEÇÃO: o nome do diretório onde se encontra o item.

AUTOR: instituição ou pessoas responsáveis pela criação, registro ou produção original do item.

LOCAL: a localidade onde o item foi criado, registrado ou produzido.

DATA: no formato DD/MM/AAAA (Dia, Mês e Ano) quando o item foi criado, registrado ou produzido.

CONTEÚDO: de três a cinco palavras-chave.

ACESSO: se o item tem a permissão dos participantes e produtores para ser acessado livremente, somente com permissão ou indisponível (vocabulário controlado).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASH, Anna; FERMINO, Jessie Little Doe; HALE Ken. Diversity in Local Language Maintenance and Restoration: A reason for optimism. In: HALE Ken; HINTON, Leanne (EDS.). *The green book of language revitalization in practice*. San Diego: Academic Press, 2001. p. 19-38.

ALTENHOFEN, Cléo V. *O conceito de língua materna e suas implicações para o bilinguismo* (em alemão e português). Jahrbuch. Institut Martius-Staden, São Paulo, v. 49, p. 141-161, 2002.

_____. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (ORGS.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 93-116.

ALTENHOFEN, Cléo V; BROCH, Ingrid K. Fundamentos para uma "pedagogia do plurilinguismo" baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness). In: BEHARES, Luis E. (ORG.). *V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas.* Universidad de la República y Asociación de Universidades Grupo Montevideo: Montevideo, 2011. p. 15-24.

BRASIL. **IBGE.** *Censo Demográfico.* Série Nacional, Volume 1. Rio de Janeiro: IBGE – Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibgp.ex.ov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Acesso em: 3 fev. 2014.

_____. *Decreto nº 5.626,* 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436/2002. Brasília, DF, 2005.

_____. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. 2002.

_____. Ministério da Cultura. Iphan. Portaria Iphan nº 586, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o reconhecimento de grupo de trabalho criado por instituições governamentais e não governamentais para tratar de políticas públicas voltadas à preservação e proteção do multilingüismo no país. Brasília, DF: Iphan, 2006.

_____. Ministério da Cultura. Iphan. Portaria Iphan nº 274, de 3 de setembro de 2007. Dispõe sobre o reconhecimento de grupo de trabalho criado por instituições governamentais e não governamentais para tratar de políticas públicas voltadas à preservação e proteção do multilingüismo no país. Brasília, DF: Iphan, 2007.

CAMPBELL, Lyle; MUNTZEL, Martha C. The structural consequences of language death. In: DORIAN, Nancy C. (Ed.). *Investigation obsolescence. Studies in Language Contraction and Death*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 181-196.

CARDOSO, Fabiola. *Línguas como patrimônio imaterial: etnografia de debate.* 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

CRYSTAL, David. *Language Death.* Cambridge: Cambridge University Press/United Kingdom, 2000.

DECKER, Ken; GRUMMIT, John. *Understanding Language Choices: A guide to sociolinguistic assessment.* Dallas: SIL International, 2012.

DURANTI, Alessandro. *Linguistic Anthropology.* Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. Linguistic Anthropology: History, Ideas and Issues. IN: DURANTI, Alessandro (ED.). *Linguistic Anthropology: a reader.* 2. ed. Oxford: Blackwell, 2009.

DOSSIÊ Línguas do Brasil, um conjunto de artigos publicados em *Patrimônio. Revista Eletrônica do Iphan*, n. 6, jan. 2007.

ETHNOLOGUE. Top 20 Languages by Number of Languages Spoken Data source. Ethnologue: Languages of the World, 15th ed. (2005) & CIA World Fact Book. Disponível em: <http://www.vistawide.com/languages/20_countries_most_languages.htm>. Acesso em: 29 jul. 2013.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas em perigo e línguas como patrimônio imaterial: duas ideias em discussão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 32, p. 182-205, 2005.

GARCIA, M. V. C. *Línguas como patrimônio:* Relato de um processo de busca por reconhecimento. 2006. (A criação do livro de registro das línguas realizado pela Comissão de Educação e Cultural da Câmara dos Deputados)

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIPPERT, Jost; HIMMELMANN, Nikolaus P.; MOSEL, Ulrike (EDS.). *Essentials of language documentation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

GRINEVALD, C.; BERT, M. Langues en danger, idéologies, révitalisation. Cahiers de l'observatoire des pratiques linguistiques, n 3, p. 15-32, 2012.

GTDL. Relatório Atividades do Grupo de Trabalho da Diversidade Lingüística do Brasil 2006-2007. Brasília, DF: Iphan, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/12_2 Audiência Pública Debate Diversidade Linguística no Brasil.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

GTPI. Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 2012.

GUMPERZ, John J. The speech community. In: DURANTI, Alessandro. (ED.). *Linguistic Anthropology: a reader.* 2.ed. Oxford: Blackwell, 2009. (1ª.ed. 1968)

HALE, Kenneth. Endangered languages. *Language,* v. 68, n. 1, p. 1-3, 1992.

HARRISON, David K. *When Languages Die: the extinction of the world's languages and the erosion of human knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2007

HINTON, Leanne. Language Revitalization: an overview. In: HALE, Ken; HINTON, Leanne (EDS.). *The green book of language revitalization in practice.* San Diego: Academic Press, 2001. p. 3-18.

INVENTÁRIO da Diversidade Cultural da Imigração Italiana: o Talian e a culinária. Caxias do Sul, RS: IPHAN/Universidade de Caxias do Sul, 2010.

INVENTÁRIO da Língua Guarani-Mbyá: Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Florianópolis: Ed. Garapuvu/IPOL, 2011.

LEVANTAMENTO Etnolinguístico de Comunidades Afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará. Projeto-Piloto INDL. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

LÍNGUA ASURINÍ DO TOCANTINS: projeto-piloto para a metodologia geral do INDL. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UnB)/Laboratório de Línguas Indígenas (LALI), 2011.

LUCCHESI, Dante; **BAXTER, A.**; **RIBEIRO, Ilza** (ORGS.). *O Português Afro-Brasileiro.* Salvador: EDUFBA, 2009. V. 1.

MAFFI, Luisa. Linguistics, Cultural and Biological Diversity. *Annual Review of Anthropology,* n. 34, p. 599-617, 2005.

MAHER, T. M. Em Busca de Conforto Lingüístico e Metodológico no Acre Indígena. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, v. 47, n. 2, p. 409-428, ago./dez. 2008.

MOORE, Denny. Línguas Indígenas. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (ORGS.). *Os contatos linguísticos no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 217-239.

MOORE, Denny; GABAS JUNIOR, Nilson. O futuro das línguas indígenas brasileiras. In: FORLINE, Louis; VIEIRA, Ima; MURRIETA, Rui (EDS.). *Amazônia 500 anos.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 333-354.

MORELLO, Rosângela. *A Carta de Maputo e as Políticas Linguísticas no Brasil.* Disponível em: <http://e-ipol.org/educacao-linguistica/politicas-linguisticas-no-brasil-o-reconhecimento-das-linguas-brasileiras-e-as-demandas-por-acoes-articuladas-e-inovadoras>. Acesso em: 29 jul. 2013.

NETTLE, Daniel. Explaining Global Patterns of Language Diversity. *Journal of Anthropological Archaeology,* v. 17, p. 354-374, 1998.

NETTLE, Daniel; ROMAINE, Suzanne. *Vanishing Voices: the extinction of the world's languages*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

NILS. National Indigenous Languages Survey Report 2005. Canberra: Australia, 2005.

MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Revista Gragoatá*, n. 32, p. 31-41, 2012.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: Monolinguismo e Preconceito Lingüístico. In: MOURA, F.; SILVA, H. M. (Orgs.). *O direito à fala – a questão do preconceito lingüístico.* Florianópolis: Insular, 2000.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; ALTENHOFEN, Cléo V. O *in vitro* e o *in vivo* na política da diversidade lingüística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (Orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 187-216.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. Os contatos linguísticos e o Brasil – Dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 13-56.

RODRIGUES, Aryon D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

_____. Línguas indígenas**:** 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.,* São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993a.

_____. Endangered Languages in Brazil. In: *Symposium on Endangered Languages of South America.* Leiden: Rijks Universiteit, 1993b. Manuscrito não publicado.

TUYAMA, Laura. Tese da Antropologia da UFSC enfoca linguagem criada por surdos no interior do Piauí. Notícias da UFSC, Santa Catarina, 03 jul. 2013. Disponível em: <http://noticias.ufsc.br/2013/07/tese-da-antropologia-da-ufsc-enfoca-linguagem-criada-por-surdos-no-interior-do-piaui>. Acesso em: 14 fev. 2014.

UNESCO. T. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: Unesco, 2003a.

_____. *Education in a multilingual world: Unesco education position paper.* Paris: Unesco, 2003b.

_____. *UNESCO Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. 2005.

_____. Endangered Languages. The Intangible Heritage Messenger. Paris: Unesco, 2006.

_____. ask force on languages and multilingualism: compendium on ongoing activities concerning languages and multilingualism (2006-2007). 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001508/150831e.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2013.

WEBER, Ingrid. *Multilinguismo no Brasil indígena*. Goethe-Institute. V., Online-Redaktion, dez. 2010. Disponível em: <http://www.goethe.de/ins/br/lp/kul/dub/mtl/pt6984443.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

APPEL, René; MUYSKEN, Pieter. *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona: 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. [1967]. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade.* São Paulo: UNESP, 1998.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais.* 6.ed. Florianópolis: UFSC, 2006.

BAUMAN, Richard. Verbal Art as Performance. *American Anthropologist,* v. 77, n. 2, p. 290-311, 1975.

BAUMAN, Richard; SHERZER, Joel. The Ethnography of Speaking. *Annual Review of Anthropology, v.* 4, p. 95-119, 1975.

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da "fala boa" ao português na Amazônia brasileira.* Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/FalaboaVersao2001.pdf>. Acesso em: 5 set. 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas:* o que falar quer dizer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *Language and Symbolic Power.* Cambridge: Polity, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 5,* de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012.

_____. Ministério da Educação. *Resolução nº 8,* de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRIGGS, Charles L.; BAUMAN, Richard. Genre, Intertextuality, and Social Power. *Journal of Linguistic Anthropology,* v. 2, n. 2, p. 131-72. 1992.

BRIGHT, William. As dimensões da sociolingüística. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (Orgs.). *Sociolingüística.* Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística – uma introdução crítica.* São Paulo: Parábola, 2002.

_____. *As políticas linguísticas.* São Paulo: Parábola; IPOL, 2007.

_____. *Towards an Ecology of World Languages.* Cambridge: Polity Press, 2006.

FERGUSON, Charles. Diglossia. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (Orgs.). *Sociolinguística.* Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. V. 3. p. 99-116.

FISHMAN, Joshua A. *A sociologia da linguagem.* In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (Orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. V. 3. p. 25-40.

_____. *Reversing language shift*: Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages. Clevedon (England) / Philadelphia: Multilingual Matters, 1991.

_____. (ed.). *Can threatened language be saved? Reversing Language Shift Revisited: a 2st century perspective.* Clevedon (England) / Philadelphia: Multilingual Matters, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: BRASIL. MInC. *Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial:* Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 2.ed. Brasília: Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2003.

_____. A diversidade linguística no Brasil: Considerações sobre uma proposta de política. *Dossiê Línguas do Brasil,* n. 6, jan./fev. 2007. Iphan.

FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (Orgs.). *Sociolinguística.* Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. V. 3.

GRENOBLE, Lenore A.; WHALEY, Lindsay J. *Saving Languages:* an introduction to language revitalization. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GUY, Gregory Riordan; ZILLES, Ana. *Sociolingüística quantitativa.* São Paulo: Parábola, 2007.

HAGÈGE, Claude. *No a la muerte de las lenguas.* Barcelona: Paidós, 2001.

HAMEL, Rainer Enrique. La globalización de las lenguas en el siglo XXI: entre la hegemonia del Inglés. In: HORA, Demerval da; LUCENA, Rubens Marques de. *Política Linguística na América Latina.* João Pessoa: Idéia/Ed. UFPB, 2008.

KRAMSCH, Claire. *Language and Culture.* Oxford: Oxford University Press, 2000.

LEWIS, M. Paul; SIMONS, Gary F.; FENING, Charles D. (eds.). *Ethnologue:* Languages of the World**.** 17. ed. Dallas: SIL International, 2013.

MARCHUSCHI, L. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. et al. *Gêneros textuais e ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MICHAEL, Lev. Language and Culture. In: Austin Peter K. & Julia Sallabank (eds.). *The Cambridge Handbook of Endangered Languages.* 2011.

MILLER, Carolyn. Genre as Social Action. *Quarterly Journal of Speech,* n. 70, p. 151-167, 1984.

MOSLEY, Christopher (ed.). *Atlas of the World's Languages in Danger.* 3.ed. Paris: Unesco. 2010. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>.

NETTLE, Daniel. Linguistic diversity of the Americas can be reconciled with a recent colonization. *Proceedings National Academy of Science,* v. 96, p. 3325-3329, 1999.

NICHOLS, Joan. *Linguistic diversity in space and time.* Chicago: Chicago University Press, 1992.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Línguas como patrimônio imaterial.* 2005. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=281>.

_____. *Plurilinguismo no Brasil.* Brasília: UNESCO/IPOL, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001611/161167por.pdf>.

RODRIGUES, Aryon D. Sobre as Línguas Indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura, v. 57, n. 2, 2005.*

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística.* São Paulo: Ática, 1985.

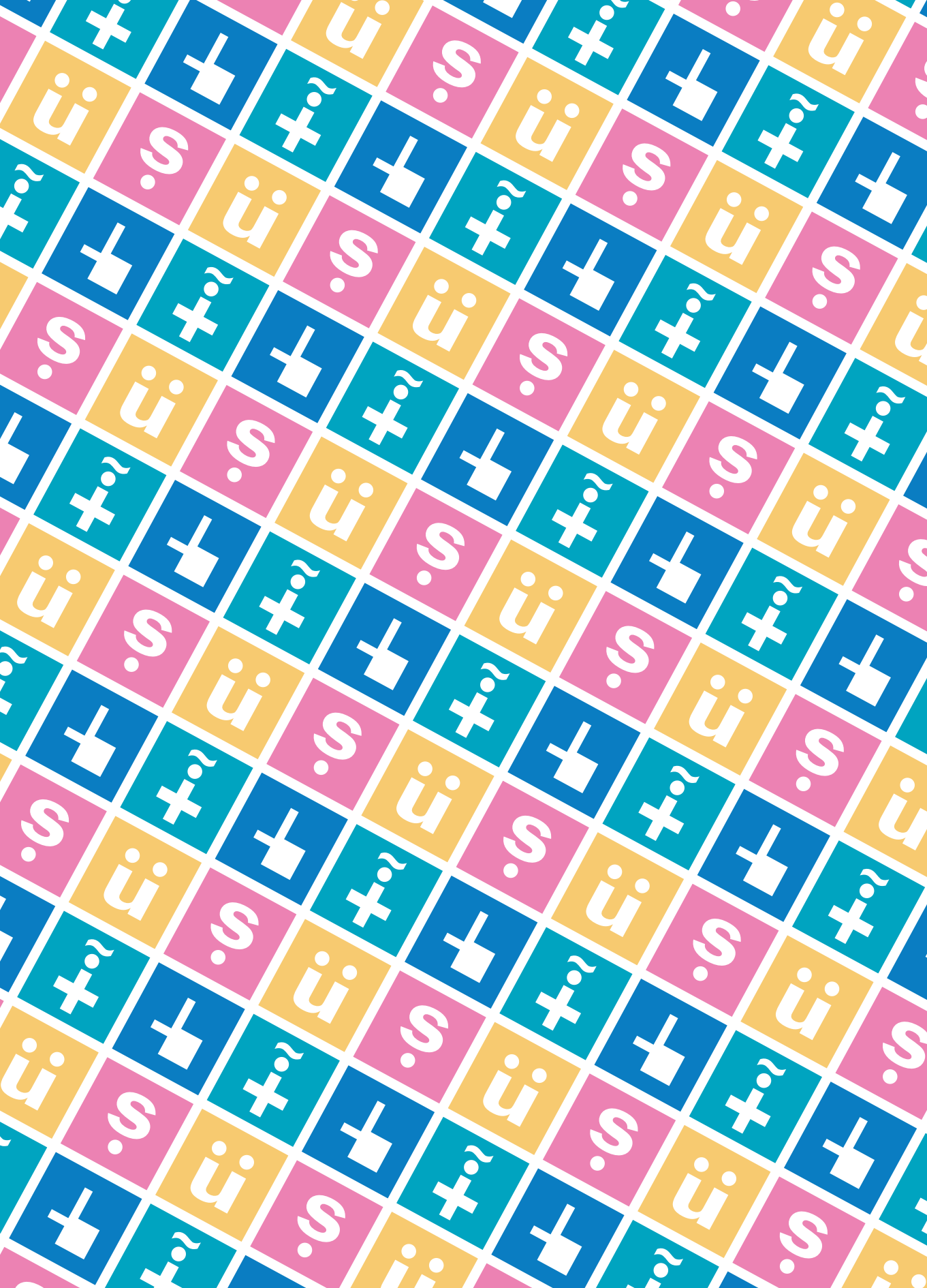
_____. *Fotografias sociolingüísticas.* Campinas, SP: Pontes e Ed. da UNICAMP, 1989.

UNESCO. Language Vitality and Endangerment (Unesco Ad Hoc Group on Endangered Languages). Paris: Unesco, 2003.

WEINRIECH, U.; LABOV W.; Herzog M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança*. São Paulo: Parábola, 2006.

WOODURY, Tony. Defining documentary linguistics. In: AUSTIN, Peter K. (ED.). *Language documentation and description.* London: Hans Rausing Endangered Languages Project, 2003. p. 35-51.

ANOTAÇÕES



IPHAN 80 ANOS 1937 2017

Ministério da **Cultura**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA